

Ano 1959

N.º 20

REVISTA

— DO —

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

DO

ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
— 1960 —

Ano 1959

N.º 20

REVISTA

— DO —

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

DO

ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

— 1960 —

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

DIRETORIA ELEITA PARA O BIÊNIO 1959/61

Presidente: Ceciliano Abel de Almeida

1.º Vice-Presidente: João Manuel de Carvalho

2.º Vice-Presidente: Jair Etienne Dessaune

3.º Vice-Presidente: Eurípides Queiroz do Valle

Secretário Geral: Cícero de Moraes

Secretário adjunto: Afrodízio Pereira dos Santos

Tesoureiro: Norbertino Bahiense

Orador oficial: Nelson Abel de Almeida

Orador adjunto: Placidino Passos

A D V E R T Ê N C I A

O presente número desta Revista é, em sua maior parte, dedicado às comemorações que registraram a passagem do centenário de nascimento do Desembargador AFONSO CLAUDIO DE FREITAS ROSA e do Doutor ANTÔNIO GOMES AGUIRRE — ambos figuras do mais alto relêvo no movimento republicano e abolicionista no Espírito Santo, ex-Governadores do Estado, e o primeiro dêles, polígrafo de projeção nacional.

Nesse caráter e também por terem sido um e outro fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, mais do que justa é a homenagem que nestas páginas modestamente se lhes presta.

AGRADECIMIENTOS

El presente trabajo sobre la historia de la medicina en el Ecuador, es el resultado de un estudio que se ha desarrollado a lo largo de los últimos años, con el apoyo de la Universidad de Guayaquil (UNUG) y de la Universidad de Cuenca (UNCU). En este sentido, quiero agradecer especialmente a los profesores de la UNUG y de la UNCU, quienes me han brindado su valioso apoyo y orientación durante todo el proceso de investigación. También quiero agradecer a los amigos y familiares, quienes me han brindado su apoyo y estímulo durante todo el proceso de investigación.

Guayaquil, Ecuador.

Después de haber estado en Guayaquil por un tiempo, he decidido trasladarme a la ciudad de Cuenca, donde he estado trabajando en la Universidad de Cuenca. En este sentido, quiero agradecer especialmente a los profesores de la UNCU, quienes me han brindado su valioso apoyo y orientación durante todo el proceso de investigación. También quiero agradecer a los amigos y familiares, quienes me han brindado su apoyo y estímulo durante todo el proceso de investigación.

CENTENÁRIO DO DR. AFONSO CLAUDIO

Sessão solene comemorativa

Realizou, o Instituto Histórico e Geográfico do Esp. Santo no dia 5 de agosto de 1959, às 20 horas, em sua sede na avenida da República, sessão solene cujo objetivo era o de registrar, festivamente, a passagem do primeiro centenário do nascimento do eminente vulto espírito-santense, Dr. Afonso Cláudio de Freitas Rosa, um dos sócios fundadores do Instituto.

A essa solenidade compareceram o Dr. Carlos Fernando Lindenberg, Governador do Estado, Sua Excia. Reverendíssima D. João Batista da Mota Albuquerque, Arcebispo Metropolitano de Vitória, Desembargadores e Juizes, o Dr. Alarico de Freitas Rosa e a Professora Judith Freitas de Almeida Mello e seu esposo Dr. Almeida Mello — representantes da Família do Desembargador Afonso Cláudio — além de inúmeros consócios do IHGES, professores, representações de Colégios, e seletos número de amigos e admiradores do saudoso intelectual espírito-santense.

No início da sessão, o Dr. Ceciliano Abel de Almeida Presidente do Instituto, proferiu breves palavras alusivas à data, ressaltando a justiça da homenagem que se ia prestar a quem fôra Governador do Estado, magistrado, professor, polígrafo de reais méritos e um dos fundadores da Casa de Domingos Martins. A seguir, o Desembargador Eurípides Queiroz do Valle, Presidente da Academia Espírito Santense de Letras e da Associação dos Juristas do Estado, em nome dessas instituições culturais associa-se às manifestações de reverência ao grande espírito-santense — de cuja solenidade participava comovidamente.

Realiza-se, então, como parte das comemorações, a inauguração do retrato do Dr. Afonso Cláudio, na Galeria dos Sócios fundadores, tendo sido a fita simbólica descerrada pela Senhora Judith Freitas de Almeida Mello e um dos seus sobrinhos, presente à sessão.

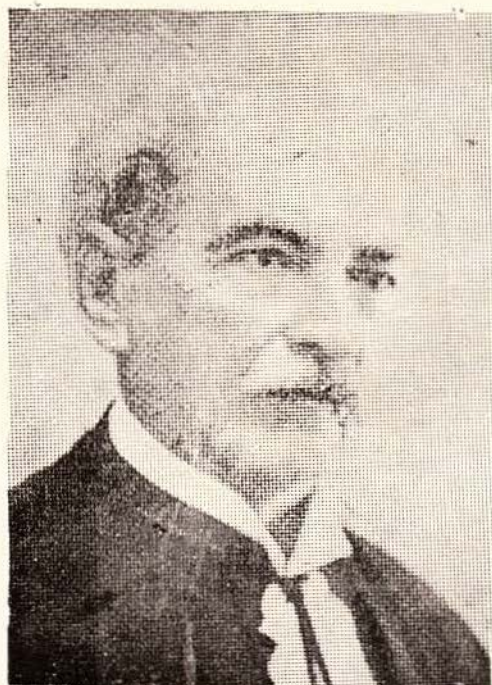
Em seguida, é dada a palavra ao orador, o consócio Desembargador Manoel Xavier Paes Barreto Filho, que lê excelente discurso, transcrito na íntegra em páginas desta Revista.

Respondendo, em nome da Família, fala, em belo e comovido improviso, o Dr. Alarico de Freitas, testemunhando os agradecimentos dos descendentes de Afonso Cláudio às instituições culturais que, ali reunidas, rendiam o preito de eloquente reverência à memória do seu ilustre e saudoso Pai — oração vibrantemente aplaudida.

Concedida a palavra à distinta intelectual e Professora Judith Freitas de Almeida Mello, lê interessante página em que ressalta o trabalho, a dedicação, o patriotismo e os sentimentos cristão de seu Pai, o Dr. Afonso Cláudio. A bela palestra — calorosamente aplaudida na ocasião — vai transcrita adiante, como registro indispensável à biografia do grande Republicano, cujo centenário o Espírito Santo comemorou.

Por proposta do consócio Prof. Nelson Abel de Almeida, foi a ilustre visitante, em face de seus estudos sobre história e muito especialmente o recente livro sobre a vida e a obra de Afonso Cláudio, eleita sócia-correspondente do IHGES, proposta unânimemente aprovada com prolongada salva de palmas.

Encerrando a sessão, o Senhor Presidente agradece o comparecimento das Autoridades e da selecionada assistência, ali reunidos para a glorificação de um dos maiores e mais marcantes vultos da História do Espírito Santo, o Desembargador Afonso Cláudio de Freitas Rosa.



Afonso Cláudio

CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE AFONSO CLAUDIO

(Discurso proferido pelo Desembargador M. X. Paes Barreto Filho, ao ensejo da inauguração do retrato do eminente homenageado).

A velha Casa de Domingos Martins abre as suas peza-das portas, acende as suas luzes e quebra a tranquilidade macia da sua vivência entre recordações suaves e investiga-ções meticulosas, para festejar com carinho o primeiro cen-tenário do nascimento dum dos seus eminentes sócios fun-dadores.

O venerando e ilustre Presidente do Instituto Histó-rico e Geográfico, o escritor Ceciliano Abel de Almeida, inau-gura auspiciosamente neste recinto austero, que tem um pouco de eternidade, a efigie respeitável de um pró homem da gleba.

Essa solenidade simples, como é do ritual do venerável Instituto, vai se entrosar à glorificação que o Estado do Es-pírito Santo, unisono, tributa a um singular vulto do pas-sado, que vive na memória de todos.

E aí estão, numa rara amalgama misturadas as asso-ciações culturais, os três poderes do Estado, a imprensa, os intelectuais e os seus ex-alunos.

Todos se confundem no mesmo pensamento e na mes-ma ação.

É a exaltação do republicano histórico, do abolicio-nista impavido, do 1.º Governador republicano, do magis-trado impoluto e do 1.º Presidente do Tribunal de Justiça, na fase definitiva da Côte.

E à unanimidade se proclama a cultura, o caráter, o idealismo, a inteligência e o patriotismo do eminente ter-rantez.

Quando o jovem filho do coronel José Cláudio de Frei-tas Rosa, ao envez de seguir para a Escola Naval se dirigiu para a tradicional Faculdade de Direito do Recife, êle não ia sòmente frequentar a veneranda Escola, centro da cultura nacional.

Ele ia, com a sua inteligência e a sua ânsia de saber, se irmanar com a elite acadêmica que, empós, se projetaria no vasto cenário nacional.

E se impregnaria das idéias abolicionistas.

Ouviria o verbo mágico dêsse admirável Joaquim Nabuco que enchia o Teatro Santa Izabel e ecoava por tôda a vastidão do Brasil.

E, como frequentador das “repúblicas” dos estudantes, que assinalavam aquela romântica e recuada época, haveria de dizer e sentir os versos imortais de Tobias e de Castro Alves.

E espírito, que já se prenunciava fulgurante, haveria por certo de sedimentar a sua estima com os luminares do direito que tanto o prezavam: Martins Junior, Virgílio de Sá Pereira, Gumercindo Bessa, Faelante da Câmara e êsse portentoso Clovis Bevilacqua, cuja memória será também festejada em outubro próximo pelos juristas do Brasil.

Os companheiros do antigo Convento de São Francisco, a placidez reluzente das águas tranquilas do Capeberibe, a harmonia gloriosa das pontes do Recife e a encantadora ambiência de requintada cultura haveriam de impressionar a sua mente privilegiada e a sua inteligência peregrina.

Assim, quando êle se formou em 1883, no esplendor dos seus 24 anos, já existia nele o abolicionista apaixonado e o republicano convicto.

Por isso, quando para cá retornou, se fez desde logo abolicionista ardoroso, que proferia conferências, escrevia nos jornais da terra e promovia a libertação dos escravos, depois de ter libertado os que possuía.

É de notar-se que a “Sociedade Libertadora”, a que pertencia, alcançava a emancipação do escravo mediante indenisação correspondente ao seu valor.

Para isso, a “Libertadora” angariava fundos e recebia até um subsídio oficial.

Vencida a campanha abolicionista integrou-se, desde logo, Afonso Cláudio, na intensiva propaganda republicana e, com a proclamação da República foi nomeado a 16 de novembro de 1889, o primeiro Governador do Estado.

Relata a sua dedicada filha —, a ilustre biógrafa Judith Freitas de Almeida Melo, no magnífico estudo que acaba de dar à publicidade, que governou no meio de dificuldades.

O tesouro, naquela época, já se encontrava endividado e o saldo em caixa se reduzia a 3.191\$824.

Enfrentou lutas de tôda a ordem. Sofreu campanha dos próprios correligionários que se viram barrados nas suas ambições pessoais. Foi injuriado e incompreendido.

As desilusões já se iam plantando na vida do idealista que chegara até a vender uma casa a Rufino Azevedo para poder manter o decôro das elevadas funções.

Atormentado e vencido pela doença acabou renunciando, depois de ter como um destemido que era, lutado durante dez tempestuosos meses para conduzir a não do Estado a águas mais tranquilas.

Estava encerrada a sua experiência como administrador, embora continuasse a acreditar na benemerência da República.

Em 24 de dezembro de 1891 a Junta Governativa, que havia assumido a direção do Estado, dissolveu o Tribunal de Justiça (instalado a 4 de julho do mesmo ano) e nomeou os novos membros, entre os quais se encontrava o dr. Afonso Cláudio que exerceu a chefia do judiciário até o ano de 1884.

E, fato curioso, no vetusto edifício do Palácio da Justiça, onde a sua efigie varonil se encontra fixada duradouramente no bronze eterno, — ali transcorrem os fatos marcantes da sua vida pública no Espírito Santo.

Ali, quando séde da Municipalidade, proferiu notáveis conferências, ao tempo da propaganda abolicionista. Ali, também, se empossou, como primeiro Governador do Estado. Ali se desincumbiu, com raro senso jurídico, das suas árduas funções judicantes.

Aposentado em 1920, depois de ter sido eleito presidente do Tribunal mais uma vez, não encerra a sua vida pública já tão recheia de trabalhos em favor da comunidade.

Vai se projetar, destacadamente, noutra seára, fóra do torrão natal.

Inicia-se, então, depois da idade provecta de 65 anos, no magistério superior, na visinha província fluminense, onde leciona com alma e com fé, durante longos dez anos, na Faculdade de Niterói, a cadeira de Direito Romano e, depois, cumulativamente, a de Direito Civil, que conquista à vista dos trabalhos publicados sôbre a matéria e que foram julgados pela eminente Comissão encarregada de dar parecer, como de valor excepcional.

E lá se repete o mesmo fenômeno observado na sua terra: é respeitado, é admirado, é venerado, pela sua cultura, pela sua dedicação extrema ao trabalho, pelo aprimorado senso de responsabilidade que imprime aos atos da sua vida

A parca inviolável e insensível o golpeou em plena e radiosa atividade, na sua amada biblioteca, onde passara a

maior parte da sua vida, no convívio envolvente dos seus livros.

Publicou extensa bibliografia que se espraia por variados departamentos do conhecimento humano, como sejam: direito romano, direito internacional privado, direito civil, direito constitucional, direito penal militar, filosofia do direito, direito processual, história e crítica, e sociologia e etnografia.

Para que se tenha uma idéia da enfiatura rija e admirável dêsse homem extraordinário permito-me recordar a explicação que êle dá, ao ensejo da publicação da "História da Literatura Espírito-Santense".

O magnífico volume, com cerca de 600 páginas, ia ser impresso na Imprensa Nacional em virtude de autorização conferida ao Presidente da República pela lei orçamentária n.º 1.617, de 1906. Os originais, com um prefácio de Clovis Bevilacqua, entregues em 1907, com um requerimento do autor e, embora houvesse sido orçado o custo da impressão, não se inicia a mesma. O autor, que era figura destacada no cenário capichaba, reclama reiteradamente e afinal pede a devolução do trabalho abrindo mão do favor que o Congresso Nacional lhe havia prodigalizado. Sem recursos para custear a edição, ficou aguardando ensejo melhor até que em 1909 o Governo do Estado inaugura a imprensa oficial e para solenizar êsse acontecimento escolheu o trabalho de Afonso Cláudio que, por isso, foi entregue ao governo. Decorridos dois anos o autor se desiludiu e pediu a restituição dos autógrafos. Finalmente o livro é editado em 1912, na cidade do Porto, sem nenhum bafejo do Governo.

Aí está a "via crucis" percorrida para a publicação dum trabalho que recebeu encomios gerais. Seis longos anos batalhou para editar o livro.

Afonso Cláudio foi um idealista, foi um lidador intemerato.

E brilhou e se destacou como político, magistrado, jornalista, advogado, professor e publicista.

Merece, sem favor, admiração dos posteros, além disso, pelas qualidades pessoais que exornavam a sua exalçada personalidade invulgar.

Tem cabida aquela legenda de Wagner: o homem vale na proporção do seu esforço e da sua inteligência.

A vida de Afonso Cláudio faz parte da história do Espírito Santo.

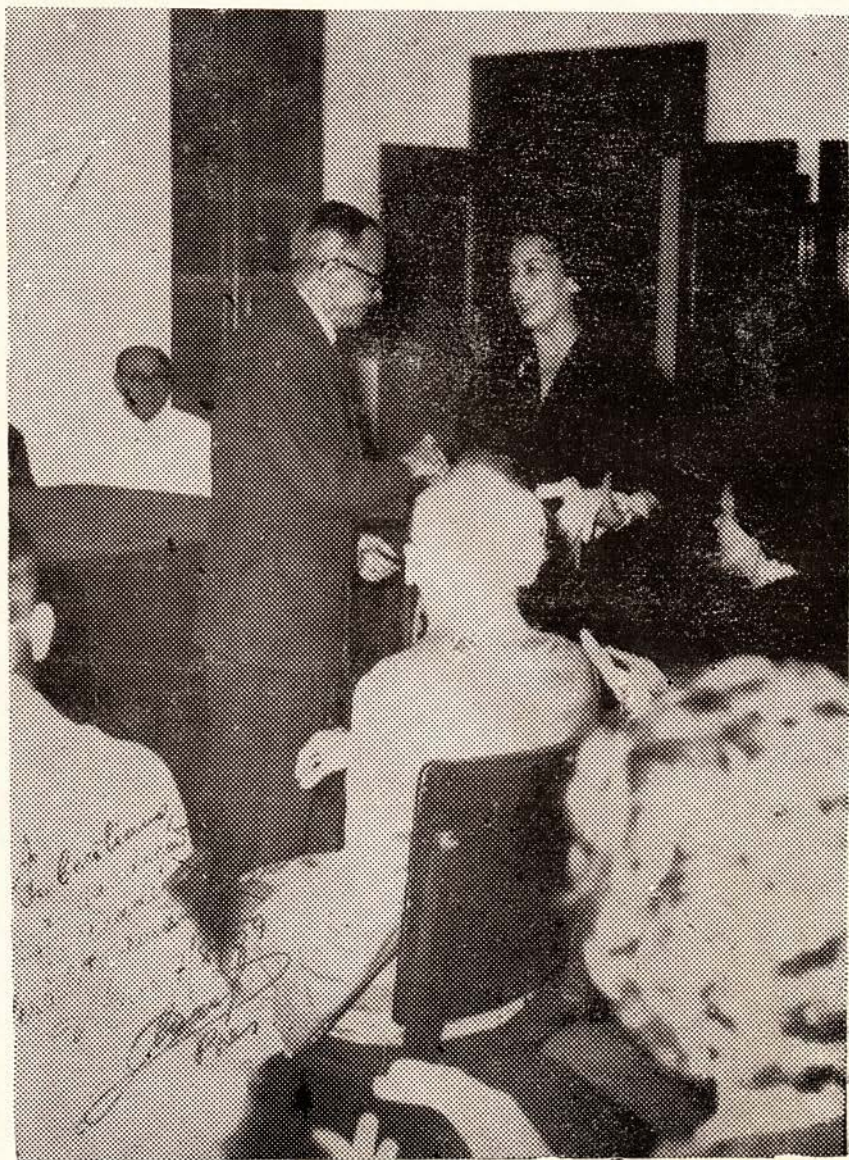
Assertava duma feita, Carlyle, que a história do progresso é a seriação cronológica das biografias dos grandes homens.

Divindade ou profeta, guerreiro ou estadista, gênio da arte ou da ciência, — o avanço da civilização é obra sua. Esses varões são os condutores de homens, os plasmadores de opinião, os criadores de idéias, os propulsores do trabalho.

Afonso Cláudio se divisa nitidamente no passado recente do Espírito Santo e forma ao lado dos nossos numes tutelares.

Daí a profunda homenagem do Instituto Histórico e Geográfico enriquecendo a sua galeria dos grandes homens com a sua efígie heraldica, ao ensejo gratíssimo do transcurso do primeiro centenário do seu nascimento, ocorrido a 2 de agosto fluente.

O Espírito Santo rememora, em glorificações festivas, a sua trajetória radiosa, a sua obra resplendente e exalta, reverente, a sua personalidade marcante e rediviva.



Sessão solene em comemoração ao centenário de Afonso Cláudio.
O Presidente do IHGES cumprimenta a Prof. Judith Freitas de
Almeida Melo, filha do saudoso polígrafo capixaba.

AFONSO CLAUDIO

Conferência lida no IHGES pela professora
Judith Freitas de Almeida Mello.

**Exmo. Snr. Governador do Estado do Espírito Santo;
Exmo. Snr. Arcebispo Metropolitano do E. Santo; Exmo. Snr.
Presidente do Tribunal de Justiça do E. Santo; Exmo. Snr.
Presidente da Assembléia Legislativa; Exmo. Snr. Prefeito
Municipal; minhas senhoras e meus senhores:**

É com o máximo prazer que volto ao Espírito Santo, depois de longos anos de ausência, encontrando Vitória uma bela cidade, com sua privilegiada e peculiar paisagem, dinâmica, impressionando pelo surto progressista que se lhe nota, ao primeiro relancear dos olhos. Que Vitória é uma jóia, da qual com razão se ufanam os capixabas, não é apenas um conceito regional, mas brasileiro — sem dúvida — e que percorre o Brasil de norte a sul.

E aqui me encontro, perante o seletto auditório desta brilhante instituição cultural que é o I.H.G.E.S., para apreciar um outro ângulo da grandeza da terra capixaba, qual o de relemburar a personalidade de um de seus filhos — Afonso Cláudio — cujo centenário de nascimento transcorre no mês fluente.

Afonso Cláudio é um nome que faz evocar os primórdios da vida republicana, no Espírito Santo. Lembra a figura de um representante do século passado, o século que preparou as brilhantes conquistas do século XX. Recorda, sob muitos aspectos, o vulto de um dos pioneiros espírito-santenses na conquista de altos objetivos político-sociais: foi propagandista do abolicionismo e da república. Exerceu destacadas funções públicas em sua terra e distinguiu-se nas Tetras jurídicas e no magistério superior.

Nascido em Cachoeiro de Santa Leopoldina — a luminosa cidade a que tanto amou, desde os primeiros anos de vida — parecia um predestinado a cumprir honrosa missão.

Não foi criança de longa infância: aos onze anos de idade já se apartava espontaneamente, do conforto que lhe oferecia a casa-grande da Fazenda de Mangaraí, de seus pais, para estudar. Sofria, sem desfalecimentos, os contratempos e a morosidade das viagens, tão penosas naquela época. Contava êle que, até de jangada tivera de viajar quando estudante, para não interromper a sequência dos estudos. Resolvia dificuldades que se lhe deparassem, e atingia, sempre, os objetivos visados. Clareza de objetivos e firmeza em alcançá-los, desde os mais tenros anos, foram um traço forte, característico da personalidade de Afonso Cláudio. Amava os livros com seriedade, e por êles trocou inúmeras de suas horas de lazer, desde rapazinho.

Aos dezesseis e aos dezoito anos, já colaborava em jornais locais. Assim é que seu nome aparece nos semanários daquela época, os jornais de pequeno formato que se chamaram — “A Aurora”, “A Liberdade”, “Eco dos Artistas”, “A Idéia” — e muitos outros, tomando parte na continuidade histórica da imprensa capixaba.

Os anos se foram passando, e Afonso Cláudio definiu o objetivo de sua vida: não seria fazendeiro, como desejaria seu Pai, mas dedicar-se-ia aos estudos, inteiramente.

A princípio, as letras jurídicas não tinham, para êle senão o significado de uma fonte de estudos. Mas o convívio de escol de que desfrutou na famosa Faculdade de Direito do Recife, sob a influência direta de Tobia Barreto, tornou-se um sedento do conhecimento científico do Direito, para sempre.

Formou-se aos vinte e quatro anos de idade, no Recife. Em seguida, regressou à terra natal.

Por êsse tempo, era um republicano convicto e se batia, com denôdo, pelo abolicionismo. Tomando essa atitude, sabia que abalava a própria segurança material, mas defendia idéias que julgava acertadas, porque legítimas.

Por demais conhecidos tornam-se seus atos naquelas pelepas, caracterizando-se pelo mais puro idealismo que se possa conceber, e pela coragem de suportar responsabilidades com firmeza, agindo por si, desbravando penosos caminhos.

Quem vos fala, tem a honra de ser filha de Afonso Cláudio, e não receia parecer pessoa suspeita em discorrer sobre a personalidade dêle, porque sua lembrança é, no presente, a de uma figura histórica. Sim, Afonso Cláudio entrou para a História do Espírito Santo pelo pórtico das brilhantes campanhas em que se empenhou no fim do século passado e pelos trabalhos que deixou, especialmente os relacionados à magistratura e ao magistério superior. Já agora Afonso Cláudio pertence mais à história do que à família, embora seu lar tenha tido tanta expressão... a ponto de tornar-se

inesquecível. Seu lar era uma rocha, do mais puro granito, onde existia uma solidariedade amorosa, acolhedora, e completa compreensão entre todos os seus membros. Havia, nele, coesão, — sempre.

Mas a história o arrebatou à família para incorporá-lo à pleiade dos valorosos espírito-santenses que a integram. como bem expressa a significativa solenidade na qual nos encontramos.

Em muitos pontos do território espírito-santense há indeléveis vestígios de sua passagem, e a História Capixaba tem seu nome gravado na lápide das memoráveis campanhas em que se empenhou na mocidade.

Aos vinte e seis anos Afonso Cláudio publicou seu primeiro livro "A Insurreição do Queimado" — e durante cinco décadas escreveu vários outros. Cada qual tem sua expressão e uma história própria. Se cada livro de Afonso Cláudio falasse, quantas peripécias contaria... os sonhos, o idealismo do autor, o tempo e a devoção que cada um exigiu dêle.

Através da correspondência que deixou, pode-se avaliar como lhe foi custosa a sua "História de Literatura Espírito Santense". Como lhe foi penosa a coleta de dados e quantos espinhos encontrou, ao enveredar pelo ingrato caminho da crítica...

Um livro escreveu, entretanto, pode dizer-se, de uma assentada: as "Trovas e Cantares Capixabas". Constituiu, êsse livro, o resultado de um verdadeiro mergulho na tradição do povo capixaba. Tinha então, sessenta e quatro anos de idade e parecia um jovem — cantando quadrinhas, interpellando velhos portadores de folclore, fazendo ressurgir lembranças que lhes brotavam do sub-consciente... Que animação mostrava nessa tarefa!

Escreveu livros de Direito com finalidade variada: uns levaram-no ao magistério superior, outros elaborou de acôrdo com as necessidades dos estudantes com os quais privou.

Segundo Sílvio Romero, há dois momentos capitais na vida da obra de um autor: o momento em que êle a escreve e a divulga — e o que corresponde à apreciação do público, depois de sua morte. O primeiro será importante para o autor, principalmente se vive das produções de sua pena, mas o segundo tem mais significação, porque, tendo a obra sofrido a depuração do tempo, alcança seu devido valor.

Com relação a Afonso Cláudio se deu o seguinte: no momento, em que publicou livros, se viu a braços com tremendos compromissos financeiros, para seus recursos pessoais. Suas edições não deram margem a poder continuar nas publicações. Por isso, não prosseguiu em escrever livros relacionados à história e à literatura, principalmente.

No presente, essas obras são citadas frequentemente; conterrâneos da nova geração perguntam por que não se reedita êsse ou aquêlê trabalho... Essas indagações me fazem pensar no famoso segundo momento a que Sílvia Romero se refere... Se o tempo não fêz esquecer a obra que êle escreveu é porque tem algum valor.

Afonso Cláudio foi, ainda, o primeiro presidente republicano em sua terra. No executivo, no judiciário ou no magistério, mostrou-se sempre devotado, despendendo energias muitas vêzes superiores às próprias forças.

Modesto, simples, franco, jamais esmoreceu. Até a véspera de morrer, aos setenta e cinco anos de idade, deu sua aula na Faculdade de Direito de Niterói, imbuido da mesma seriedade e da mesma firmeza que lhe eram peculiares, em todos os seus atos.

Já lá se vão vinte e cinco anos que sua presença física deixou a Terra e, no mês em curso, transcorre o centenário do seu nascimento. A comemoração a que tenho a honra de assistir, prova que sua vida não passou despercebida entre seus conterrâneos...

Intensamente comovida pela significação de tudo quanto patenteia a homenagem do Estado do Espírito Santo, através do I.H.G., representado pela culta diretoria, à qual tenho a honra de me dirigir, homenagem prestada a Afonso Cláudio na primeira centúria do seu nascimento — agradeço esta esplêndida comemoração em meu próprio nome e no da Família de Afonso Cláudio.

Muito obrigada.

AFONSO CLAUDIO

Carlos Xavier Paes Barreto

"Afonso Cláudio", é o título da monografia que a ilustre escritora Judith de Freitas Almeida e Melo acaba de publicar, para comemorar o centenário de nascimento, em Mangaraí, município de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo, de seu glorioso genitor.

Trata-se de brasileiro de polimórfica atividade e que sob o aspecto literário, ocupou posição primacial entre os conterrâneos. E já existiam, ao tempo, altos valores.

O afetivo carinho filial não prejudicou a verdade histórica, na divulgação das facetas várias da vida e da obra do saudoso varão descendente de arraigados agricultores e que, ao contrário de Cincinato e Serrano, amou a terra sem querer cultivá-la.

Companheiro de Clóvis Beviláqua, Martins Junior, Gumerindo Bessa, Arthur Orlando e Sá Pereira, em época de plena renovação científica, fez parte da famosa Escola do Recife que sob a atuação de Tobias Barreto, modificou a orientação jurídico filosófica.

A proximidade de Vitória a São Paulo, fê-lo transferir-se para a Academia desse Estado. Mas, estava tão identificado com a pernambucana que voltou e nela recebeu o diploma.

Cedo entrou no labor público para colaborar nos grandes movimentos em que se debateu a alma nacional.

Abolucionista convicto, prestou serviços assinalados à emancipação, pela pena e pela palavra.

O jornalista, através do "O Cachoeiro" e da "A Tribuna", vibrou golpes terríveis para a derrubada do reduto que acastelavam os que queriam reduzir homens à categoria de cousas.

Orador da "Sociedade libertadora Domingos Martins", produziu magistrais alocuções, em benefício da causa que recebeu, ainda, valiosa contribuição com a "Insurreição do Queimado".

E não foi, apenas, um teórico.

Provou alto espírito de renúncia, dando cartas de alforria aos escravos que havia herdado.

Republicano, desde preparatoriano, subscritor do manifesto contra a monarquia, quando acadêmico, presidiu mais tarde, secretariado por Bernardo Horta, o primeiro congresso republicano reunido na região.

Redigiu artigos para a imprensa e escreveu a "Propaganda republicana no Espírito Santo" que não pôde imprimir.

Foi, cronologicamente, o primeiro governador no novo regime e no cargo teve de enfrentar lutas, suportar dificuldades financeiras e ainda, sofrer a incompreensão de companheiros que não concordavam com a tolerância para com os adversários.

A autora se ocupa, com entusiasmo das credenciais intelectuais de Afonso Cláudio que, como jurista advogou em Vitória e no Rio e exerceu as funções de promotor, procurador fiscal e geral e foi autor de "Consultas e Pareceres".

Em 1901 veio a ser o primeiro Presidente do Tribunal de Justiça.

O último decênio de existência dedicou ao magistério.

Professor de Direito Romano, na "Faculdade de Direito de Niterói", mostrou a sua competência nos 2 volumes de Direito Romano, preparados para o curso, além de trabalhos sobre retenção do cadáver e domínio.

Os seus escritos de civilista relativos a contrato e a comentários do Código, deram-lhe direito à cadeira de Direito Civil.

Ensinou Direito Administrativo, Introdução à Ciência do Direito, disciplina que merecera o seu "A gênese da obrigação jurídica" e Direito Penal Militar que também era de sua especialidade de publicista.

Deu à estampa em Direito Internacional Privado, a "Extraterritorialidade da lei" e "Divórcio"; em processualística, as "Críticas à lei de organização judiciária do Espírito Santo".

Dedicou-se à História.

Além dos livros já citados são de sua lavra: "História da literatura espiritosantense", "Elogio do Padre Marcelino Ribeiro", "Biografia de João Clímaco", "Bosquejo biográfico do Dr. Clóvis Beviláqua", "Trovas e cantares capichabas" "Domingos Martins" e "O fusilamento de Domingos Martins".

Fui apresentado a Afonso Cláudio por Clóvis Beviláqua, escrevi a seu respeito em "A terra e a gente do Espírito Santo", tratei de negócios seus, fui seu amigo e com ele mantive assídua e longa correspondência.

Verifiquei diversas ocasiões quanto ele amava o seu torrão e quanto sentia ser inentendido.

Não quero fugir aqui à tentação de transcrever carta que é viva autobiografia.

"Carlos: Muitíssimo lhe agradeço as gentilezas de que

me cumula, em sua carta de 2 do corrente, pela passagem do meu aniversário. Agora já em caminho dos 73, vou verificando que há mais uns 7 ou 8 terei feito viagem para as regiões ignotas de onde, segundo o pensador alemão, ainda ninguém voltou.

Já alguém definiu a vida como a antecipada visita da morte; pode ser que a vida seja para muitos e eu estou no rol, uma bela cousa, talvez mesmo, a melhor do mundo.

Mas, o termo final não me surpreenderá porque, tenho adquirido o meu jazigo em S. F. Xavier.

Entre mim e o Estado onde tive o berço, houve sempre um antagonismo profundo; nem êle nunca me entendeu, nem eu a êle.

Questão de temperamento, influência de clima, a verdade é que jamais nos compreendemos. Aí encetei a vida pública, em 1883, como promotor interino, depois como procurador fiscal, lente de História Universal e, mais tarde, dei-lhe remate com a governadoria, em 1899 e a desembargadoria.

Aí pejelei na imprensa e nos comícios pela abolição dos negros cativos e pela libertação dos brasileiros, com a república. Outros, com folha ou fé de ofício menos densa vieram para a Câmara e para o Senado. As compensações que recebi foram a pobreza e a velhice, companheiras boníssimas que não cesso de abençoar. Soube da fundação da "Faculdade de Direito do Espírito Santo". Não recebi o seu trabalho. Li-o, porém, no "Diário da Manhã" e penso que está magnífico. Recomende-nos a Edith e as suas filhinhas".

Em diversas cartas de Afonso Cláudio vê-se o brado de desgosto do filho amante que desejava contribuir para o benefício do berço e nem ao menos é procurado.

Numa delas diz: "Não guardo ressentimentos de meus conterrâneos, nem desdouro da terra que me deu o berço... ela não considera nem sabe recompensar o esforço e o trabalho daqueles que mais a serviram na medida das suas forças".

O Espírito Santo é devedor a Afonso Cláudio, como é também a Alarico de Freitas, cujos méritos foram reconhecidos fora do seu Estado.

O capichaba centenariante que foi chefe do Estado, chefe do poder Judiciário, chefe do Ministério Público e que deixou um rastilho luminoso de passagem, fazia jus a mais do que lhe deram os seus contemporâneos.

São justas, pois, as homenagens que à sua memória estão sendo realizadas e, entre elas, refulge a que com ternura e grandeza emotiva, lhe presta sua própria filha, em obra escrita com amor e, também, com a preocupação máxima de ser fiel aos fatos.

AFONSO CLÁUDIO, NOSSO

PRIMEIRO FOLCLORISTA

Guilherme Santos Neves

Ao ensejo das comemorações do primeiro centenário de nascimento de Afonso Cláudio, é justo que se ressalte uma das facetas mais interessantes do seu espírito privilegiado: o de ter sido êle, no Espírito Santo, o nosso primeiro folclorista, o pioneiro dos estudos sérios dessa bela ciência do Homem.

Quando lançamos em julho de 1949, o primeiro número do boletim "Folclore" — órgão da Comissão Espírito-santense de Folclore — fizemos empenho em prestar, no frontespício da revista, nossa reverência a Afonso Cláudio. Dissemos, então: "Folclore" quer deixar aqui registrada, neste primeiro número, sua respeitosa homenagem ao **Dr. Afonso Cláudio de Freitas Rosa** — o primeiro que, no Espírito Santo, versou o folclore com ciência".

Êle mesmo o disse, no prefácio do seu livro "Trovas e Cantares Capichabas", publicado no Rio, em 1923: "Somos, na ex-província — e dizêmo-lo com imenso pesar — os primeiros espíritos que até agora se abalçaram à sondagem da vida do povo no que ela tem de mais significativo em seu desenvolvimento mental e emocional".

Realmente, foi êle — mercê da sua cultura e ampla visão das coisas e dos fenômenos sociais — o primeiro a, com espírito científico, recolher e divulgar, entre nós, alguns dos tesouros do nosso copioso populário: trovas infantis, amorosas e satíricas; cantigas velhas, glosas, desafios, poesias religiosas, orações e benzimentos, provérbios e adivinhas, contos populares etc. etc. — tudo recolhido da tradição oral, com o cuidado de manter, com a possível fidelidade, a linguagem dos informantes — tudo isso registrou Afonso Cláudio em seu preciso livro, infelizmente de apenas 126 páginas. Ressalte-se, assim, e da mesma forma o valôr da colheita do velho Mestre, fixando a linguagem da nossa gente, primeiro documento para estudos linguísticos da *fala capixaba* (se não levarmos em conta as notas de Saint-Hilaire em suas andanças por aqui, em 1818).

Seu referido livro — que constitui hoje em dia preciosa raridade e que (já o dizíamos em 1949) "bem merecera reeditado, pela contribuição que fornece ao estudo das nossas tra-

dições" — seu livro era, como salientou o autor no "Breve cavaco..." com que lhe abre as páginas — "uma edição preparatória de outro mais volumoso e definitivo, que, sob o título **Folk-lore Espírito Santense**, estava êle escrevendo, em colaboração "com o jovem literato Elpídio Pimentel".

Não foi publicada, infelizmente, essa segunda parte da obra. Há tempos indagamos do professor Elpídio qual o destino das notas e do acervo que constituiria o **Folklore Espírito-santense**, e a informação foi que tudo ficara na posse do illustre polígrafo capixaba.

Ainda existirão êsses elementos, entre os papéis deixados por Afonso Cláudio e em poder dos seus ilustres descendentes?

Seria interessante — e, mais do que isso, necessário e utilíssimo — se pudessem reunir o inédito e os dispersos nos jornais da época e nos seus livros (como, por exemplo, o que se contém na "História da Literatura Espírito-santense" e nos "Ensaio de Sociologia, Etnografia e Crítica") e com as "Trovas e Cantares" se publicasse o **Folklore Espírito-Santense** de Afonso Cláudio, a melhor homenagem que se poderia render, no setor da ciência folclórica, àquêle que em primeira mão e sob moldes científicos e sérios, focalizou, entre nós, o populário capixaba.

Em outros Estados do Brasil assim se tem feito: a obra folclórica de Sílvia Romero (de Sergipe); a de Pereira da Costa, em Pernambuco; a de Manuel Quirino, na Bahia — para só citar três grandes figuras pioneiras do folclorismo nacional — tudo foi recolhido e publicado, algumas delas em edições anotadas por mestres como Câmara Cascudo com referência á de Sílvia Romero.

Só a obra folclórica de Afonso Cláudio — pioneira também nêsse mesmo setor, e tão valiosa quanto as demais — continua reduzida às "Trovas e Cantares" assim mesmo livro esgotado e raro.

Vai aqui, pois, o nosso apêlo em tal sentido ao Governo do Estado, agora em mãos operosas de quem sempre pugnou na defesa das nossas tradições populares; aos ilustres membros da Assembléia Legislativa Estadual, tão ciosos, às vêzes, dessas mesmas tradições; às instituições particulares, tão virgens de iniciativas próprias, acostumadas, quase sempre (velho vêzo muito capixaba...) de só contar com a iniciativa e os auxílios dos poderes públicos, em cujos ombros largos (ou débeis) habitualmente se acostam...

Vai aqui o nosso veemente apêlo: É preciso publicar para divulgação melhor e mais intensa e fácil, a obra folclórica de Afonso Cláudio, nosso primeiro folclorista!

AFONSO CLAUDIO NO CENTENARIO DE NASCIMENTO

Placidino Passos

Há cem anos o Espírito Santo serviu de bérço a um ente que ao se projetar na vida engrandeceu gloriosamente esta terra do seu nascimento. Na pia batismal teve o nome de Afonso Cláudio.

Acontecimento auspicioso que, em 2 de agosto de 1859, ficou assinalado com uma pedra branca e provocou um alvoroço de contentamento num recanto de ricas paisagens, propriedade do casal José Cláudio de Freitas Rosa e Rosa Cláudio de Freitas Rosa genitores do recém-nascido, recanto situado no município de primitivo nome Pôrto do Cachoeiro de Santa Leopoldina onde Graça Aranha escreveu "CANAA", inspirado pelas maravilhas naturais de um panorama.

Havendo alcançado um grau elevado de primorosa cultura demonstrou que o início dos seus estudos foi com dedicado amor aos livros — **"O livro êste audaz guerreiro — Que conquista o mundo inteiro"** — e realmente interessado pela ilustração da sua inteligência, pela sua formação intelectual. E com os livros conviveu sempre, num revelado gosto pela leitura, segundo confirma um dos seus descendentes numa obra que publicou em comemoração ao centenário de nascimento do seu venerando Chefe.

Sábios mestres guiaram-lhe com segurança os primeiros passos no campo da instrução e outros eminentes enriqueceram-lhe a mente com mais preciosos conhecimentos filosóficos, sociológicos, filológicos e científicos.

Aprendeu as primeiras letras na Escola Pública do Una de Santa Maria, no município onde nasceu, dirigida pelo professor José do Patrocínio Grijó. Iniciou o curso secundário no Rio como interno no Colégio Neves dirigido pelo educador latinista Manoel Ferreira das Neves filho dêste Estado, terminando êsses estudos aqui em Vitória. Começou o curso superior em Recife prosseguindo em São Paulo e terminando na Capital pernambucana para onde voltou, colando grau em 9 de novembro de 1883. (1).

Apreciemos a luminosa trajetória no vasto campo das suas atividades. Recém-formado iniciou a sua vida pública

como advogado nesta Capital e, mais tarde, no Distrito Federal, revelando-se um causídico ardoroso e culto, o que lhe valeu a vitória de inúmeras causas. Antes, porém, de militar no fôro, dedicava-se ao jornalismo, havendo colaborado em diversos periódicos e revistas, nos quais deixou impresso o valôr da sua privilegiada inteligência, tantos foram os vários assuntos focalizados — trabalhos de reais méritos.

Ainda quarta anista exerceu nesta cidade a Promotoria Pública, substituindo o titular do cargo em gôzo de licença.

Foi um entusiasta propagandista da campanha da abolição ao lado de outros destemidos espírito-santenses na luta em prol dêsse generoso movimento. Como fervoroso propagandista do abolicionismo, lavrou carta de alforria aos seus escravos, em fins de 1884.

Foi ardoroso idealista no combate ao regime monárquico pregando a instituição da República, em reunião com valorosos terrantezes fortes adeptos da patriótica causa.

Inúmeras sociedades e vários núcleos foram fundados no Estado com a finalidade de promover e incentivar o movimento em prol da liberdade dos escravos e da instituição da República, participando dessas entidades o destemido e veemente tribuno.

Eminentes brasileiros que se esforçavam por tão nobres causas influíram poderosamente no espírito de Afonso Cláudio, quando ainda estudante, as empolgantes idéias anti-escravistas e republicanas. E os seus inflamados discursos conveniam arregimentando decididos partidários que muito contribuíram para êxito da luta no Estado.

Afirma-se que discursou pela primeira vez em público, no dia 4 de junho de 1883 — era estudante — perante a urna funerária do Dr. Azambuja Meirelles, em nome da mocidade, sendo a oração publicada no periódico "A PROVÍNCIA", no dia 6 do mesmo mês.

Dr. Francisco Gomes de Azambuja Meirelles foi membro do Conselho Diretor da "SOCIEDADE ABOLICIONISTA DA ESCRAVATURA DO ESPÍRITO SANTO" fundada em 17 de outubro de 1869, a mais antiga que existiu no Estado. Em seguida a esta foram fundadas outras entre elas a "LIBERTADORA DOMINGOS MARTINS" inaugurada em 5 de agosto de 1883 e da qual foi orador o Dr. Afonso Cláudio que proferiu, em 20 de abril de 1884, a primeira conferência.

A "PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO" assim se referiu à conferência: — "Foi principalmente sob o aspécto jurídico-histórico que o Dr. Afonso Cláudio estudou na sua conferência o problema da escravidão. Começou declarando que a Sociedade que lhe delegou poderes para em seu nome encetar a propaganda emancipadora não vinha armar contra o direito mas marchar com êle. Tratava-se de uma grande causa nacional ou mais do que isso — de uma causa eminentemente

souro Provincial de 1884 a 2 de agosto de 1887, passando depois a reger a cadeira de Geografia e História Universal no Ateneu Provincial.

Ocupou o cargo de Presidente da Intendência Municipal de Vitória por ato de dezembro de 1891.

As luzes do seu saber jurídico o elevaram ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, havendo exercido a presidência por várias vezes.

Fora da sua terra natal exerceu o magistério superior como catedrático na Faculdade de Direito de Niterói que irá comemorar solenemente o centenário do seu nascimento. Lecionou nela várias matéria de ensino, principalmente, Direito Romano que era sua especialidade, impondo-se com a sua vasta cultura, as suas atitudes nobres e a sua respeitável personalidade, perante seus alunos e colegas de magistério.

À frente das causas que o empolgaram foi um defensor convicto e com êxito.

Em todos os altos postos que ocupou foi zeloso, esforçado, operoso e eficiente, havendo prestado inestimáveis serviços ao Estado e ao País.

São de sua autoria as seguintes obras: — “Formulários e Comentários a Lei de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo” (três volumes); “Controvérsias e Julgados” (dois volumes); “Consultas e Pareceres” (um volume); “Comentários ao Código Civil Brasileiro”; Rudimentos sobre a Teoria dos Contratos”; “Elucidário Forense”; “Comentário as Leis do Estado Civil”; “Direito Romano: Teoria das Pessoas e Direito das Coisas”; “Direito Internacional Privado” (duas teses); Dois trabalhos sobre “Direito Penal Militar”; Um trabalho sobre “Filosofia do Direito”; “Insurreição de Queimado” humana e carecia-se do concurso de todas as atividades, para levá-la vitoriosa ao domínio da história pátria. — (Passei para a ortografia atual). (2).

Proclamada a República o Benjamin Constant espírito-santense — Afonso Cláudio — foi nomeado primeiro Governador do Estado do Espírito Santo cujos destinos guiou de 20 de novembro de 1889 a 9 de setembro de 1890, assoberbado pelas dificuldades em resolver sérios problemas criados pela mudança do regime, os quais, com energia e sábia inteligência, conseguiu solucionar quanto possível.

— “Afonso Cláudio, homem ilustre, com um passado de lutas na terra natal, não pôde realizar, no governo todos os planos que, por certo, arquitetara o idealista da propaganda republicana”. — “... os recursos locais eram exíguos, não permitiam a indispensável resistência aos embates provocados pela revolução no setor base da economia e das finanças”. — Assim afirmou José Teixeira de Freitas em sua História do Estado do Espírito Santo.

Exerceu o cargo de Procurador Fiscal dos Feitos do Te-

(edição de 1885 e de 1927); "Biografia do Dr. João Clímaco"; "História da Literatura Espírito-Santense" (editada em Portugal no ano de 1913); "História da Propaganda Republicana no Espírito Santo"; "Elogio Histórico do Padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte"; "Bosquejo Biográfico do Dr. Clovis Beviláqua"; "Trovas e Cantares Capixabas"; "Da Expressão do Ideal no Paganismo e no Cristianismo"; "Ensaio de Sociologia, Etnografia e Crítica"; "Conferência sobre Domingos Martins"; (12 de junho de 1914) — "Discurso sobre o fuzilamento de Domingos Martins" em 12 de junho de 1817; — "O Remorso", peça teatral encenada no Melpômene. Outras composições suas dramáticas foram representadas no mesmo Teatro onde se recitaram muitas das suas poesias cívicas. (3).

Afonso Cláudio foi uma figura exponencial no cenário da vida pública, política e social do Espírito Santo.

O seu nome está ligado a um município do Estado que celebrará festivamente a data centenária do seu nascimento, expressiva efeméride que o Governo do Espírito Santo e as Instituições Culturais entre elas o Instituto Histórico e Geográfico do qual foi Afonso Cláudio um dos fundadores, comemorarão condignamente, realizando solenidades num significativo culto à memória dêsse vulto que se projetou ativo e conceituado no meio em que viveu, pelos seus reconhecidos méritos intelectuais e morais.

-
- (1) — "Homens e Cousas Espírito-Santenses. Amancio Pereira, Pags. 35 a 36.
 - (2) — A mesma obra de Amancio Pereira. Ata da instalação da "Sociedade Abolicionista da Escravidão do Espírito Santo" — Pags. 123 — 124. — Resumo da primeira conferência — pag. 130.
 - (3) — "Afonso Cláudio" de Judith Freitas de Almeida Mello. Da pag. 89 a 94. — "Homens e Cousas Espírito-Santenses" de Amancio Pereira. Pag. 38.

COMEMORAÇÃO CÍVICA EM HOMENAGEM A DOMINGOS MARTINS

AFONSO CLAUDIO

Discurso proferido no centenário do seu fusilamento, na noite de 12 de Junho de 1917, em o Teatro Melpomene, da Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, pelo orador oficial do Instituto Histórico e Geográfico do mesmo Estado, desembargador Affonso Cláudio.

AOS VELHOS COMPANHEIROS DA PROPAGANDA
NO CLUB REPUBLICANO DA VITÓRIA:

Wlademiro da Silva
Domingues Ramos
Alvaro Coutinho
Joaquim Freitas

Saudosa recordação do Autor.

VITÓRIA
EDIÇÃO DO DIÁRIO DA MANHÃ
1917

(Transcrição graças à oferta do consócio Norbertino Bahiense).

Exmo. Snr. Presidente do Estado
Minhas Senhoras.
Meus Senhores.

A festa cívica que aqui nos congrega, fecunda iniciativa nascida do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO ESPÍRITO SANTENSE e que teve a bafejá-la o amor de alguns espíritos que com rara e louvável tenacidade se opõem à inumação das nossas tradições histórico-políticas, cuja longevidade remonta à época luzitana, é bem um hino de fraternização e de apoteose, destinado a marcar a data de nossas reivindicações, em um tempo em que as unidades componentes da Federação Brasileira deviam estar na pacífica e plena posse das imunidades e prerrogativas que lhes assegura a lei máxima de sua organização institucional, caminhando tôdas elas, grandes e pequenas, para o alvo de seus anelos, consoante os recursos da atividade, inteligência e capacidade de trabalho dos seus naturais, entregues á preocupação exclusiva de viver à sombra das leis que derrocaram o trono único que subsistia, no fim do XIX século, na América, sem intromissões irritantes, sem insinuações descabidas e sem ameaças tirânicas.

Quizera, Senhoras e Senhores, que me ouvis com tamanha benevolência, que o lema radioso que a República consubstancia — o governo do povo pelo povo — fôsse um artigo de fé nas maiores como nas menores circunscrições em que se fraciona o nosso país e mais ainda que o depositário dos poderes supremos da nação, alheio às injunções das frações, estranho ao deflagrar das ambições imoderadas, estadiasse imperturbável, imparcial e grave; no pôsto que lhe destinaram os seus concidadãos, reproduzindo na mecânica social, a harmonia que, na mecânica celeste, relaciona o astro central do sistema planetário aos seus satélites.

Quizera, sim, deleitar-me convosco ante a perspectiva encantadora de um quadro dêstes, vivido em suas linhas salientes, vigoroso pela expressão do colorido e verdadeiro pela interpretação de um ideal superior a que PLATÃO denominou a angelisação dos humanos!

Perdôe-me o seletto auditório o extravasamento do queixume que das frases proferidas ressumba; certo é porém, que não se desarraigam do madeiro os corpos estranhos que lhe contamam o cérne, pela só ação do tempo; mistér é que o ferro do lenhador penetre-lhe os tecidos e exponha à luz purifi-

cadora do sol, a carcôma em formação que o ameaça de morte lenta.

Isto dito à guisa de preâmbulo, permiti que volva ao assunto precípuo desta magna reunião.

Hino de fraternização e de apoteose, chamei eu a esta solenidade, ao começar a minha oração desataviada de galas e que tem por mérito único... eu o confesso... a sinceridade de convicções com que é pronunciada.

Com efeito, ainda ecôam no ambiente as notas dulcorosas do cântico patriótico que as vozes melífluas da mocidade feminino escolar, aqui formada em brilhante cortejo, entoaram, fazendo vibrar como nas áureas épocas da Hellade de PINDARO e ANACREONTE, tôda a gama da sensibilidade humana!

Dos peitos juvenis que o alçaram tão alto, tão límpida e tão tocante, tudo quanto a palavra desautorizada de quem vos fala poderia dizer não resumiria as impressões que em vós perduram.

É que Senhores, fenômenos há que deslumbram os sentidos, mas na linguagem humana não encontram tradução.

Serei vítima do meu próprio raciocínio? Vejamos.

Quem jamais pôde transportar ao livro ou ao painel, o maravilhoso espetáculo do mundo estelar?

Desde a primeira idade, nos acostumamos a contemplar o azul infinito recamado de esferas refulgentes, que se lhe engastam como diademas na régia fronte de desconhecida potestade.

Crescemos, e bem que os anos uma a uma vão ceifando tôdas as nossas mais queridas ilusões, imanente em nossa alma subsiste a idéia dessa epopéia de luz que nas alturas os corpos celestes executam com o ritmo de um pêndulo, e que se nos afigura sempre, qual se a harmonia dos mundos planetários incomensuráveis, irrompesse das cordas onímodas pelos dedos de mágico "Stradivarius"!

Dir-me-is que procuro fazer a miniatura de tela que não sofre reduções; concedendo que assim seja, tomemos outro fenômeno e vejamos se a inteligência humana pode transportá-lo em sons articulados, nítidos, perfeitos.

Sirva-nos de tema o rório matinal, o aljofar da poesia universal ou orvalho do vulgo.

Diz-nos a ciência que nêle se encerram levíssimas gôtas de vapor aquoso, que se depreendem dos corpos do nosso sistema planetário e refluem sôbre a terra.

Mas a tudo que vive à superfície do planeta que habitamos, a ação do orvalho afeta de uma forma particular.

Nos minerais manifesta-se pela agregação e desagregação das moléculas; aqui, imprimindo-lhes a forma prismática; alí, a de calcáreos homogêneos; nos animais, revela-se pela maior ou menor aptidão para a luta pela vida, aparelhando-os

ou não para a concorrência vital em dadas Zonas; finalmente, nos vegetais palpita nas fôlhas da palmeira alterosa que açoitam o espaço em que se arqueia a haste, na corola do cactus que docemente se descerra ao albor da madrugada e nas pétalas das rosas cuja fragrância embalsama o éter em ondas de volúpia.

E que é a voz feminina, modulando os acordes da poesia, sinão o mais depurado aljofar a reanimar os combates da vida, quando o desânimo empolga os lutadores?

A vós, portanto, gentis compatrióticos, todos os meus louvores pelo fulgor que emprestais com a vossa assistência, a este tentamen patriótico.

— 1 —

Senhores! cem anos são decorridos, que na bela terra pernambucana, um pugilo de brasileiros, sentindo refter nas artérias o ideal cristão da liberdade, aquecido pelo lume que na trajetória dos séculos, vêzes sem conta fêz ruir tronos e corôas, amotinou-se contra a ordem de coisas existentes e hasteou a flâmula da revolta.

Era a luta em campo aberto de um pequeno grupo de patriotas, quase sem armas e sem munições, contra o poder absoluto da realza, acastelado nos seus privilégios, forrado aos vae-vens da sorte pelas espadas e mosquetes de exércitos aguerridos, que no mar e em terra firme pelejaram centenas de batalhas gloriosas.

Trava-se a ação; a vitória sorri aos rebeldes e a aurora de 6 de março de 1817, envolve, em uma auréola de luz os revoltosos da terra de PEDRO IVO!

Os elementos geradores da conjura, obedecendo à direção sinérgica do movimento triunfante, organizam o govêrno, provêm de leis a incipiente República, dirigem-lhe os primeiros passos sem os horrores das hecatombes, aliviam o povo das fintas vexatórias e tentam consolidar o regimen constituido, propagando-o ao norte e ao sul de nossa Pátria.

Eles, como outr'ora os discípulos de Jesus, ungidos pela fé que derroca os rochedos, acreditavam que a palavra devia ser o montante a empregar contra a força opressiva do monolito que pesava sobre os destinos do povo brasileiro, seduzidos pela grandeza da idéia que propugnavam.

Eram sinceros e estavam de bôa fé bastará uma indicação para mostrar-vos quanto vale a convicção emergente de almas não contaminadas pela malícia.

A bandeira a cuja sombra surgiu a República nortista, representava o espaço azulado, cortado pelo arco-iris, tendo acima dêste uma estrêla e abaixo o sol nascente. Uma faixa branca com uma cruz vermelha ao centro cortando em semi-círculo o arco-iris, era o remate do pavilhão nacional.

Há no conjunto do dezembro um simbolismo fácil de explicar.

O fundo azul do estandarte recorda o firmamento — a maior das campinas que percorrem as duas mais possantes e velozes forças que iluminam o mundo : — o pensamento e a eletricidade; mas aos olhos dos senhores de 1817, representa o lábaro intangível a que se acolhem as supremas aspirações humanas, vencedoras ou vencidas.

A estrêla da manhã, é a precursora das promessas dadas do dia; no sentir dos conjurados, porém, a que se destaca no painel, relembra que na alta antiguidade foi o farol que indicou aos magos o humilde bérço do rei dos judeus, ao mesmo tempo que determina a posição astronômica em que na Pátria brasileira a democracia fundou o primeiro marco!!

O arco-iris simboliza a coesão das capitanias na preservação dos mesmos ideais e a tácita aprovação ao movimento libertador.

O sol nascente sintetisa as esperanças para a nação de um porvir sorridente, livre do jugo estrangeiro que lhe pelava as energias.

A fita branca, o emblema da concórdia, a paz que devia reconciliar um dia as opiniões divergentes, encaminhando-as a um alvo comum.

Finalmente, a rubra cruz, quer dizer que, assim como o sangue do Justo nela jorrou em pról da regeneração humana assegurada e prometida nas táboas de sua doutrina, o de seus filhos não se faria poupar enquanto no mundo o dogma da igualdade fôsse contestado, a liberdade vilipendiada e a fraternização entre os povos, pelo amor entre os homens, não recebesse a definitiva consagração!

Em guarda contra as reações que não podiam demorar, mas firmes na convicção de não lhes ser recusada a adesão das forças vivas do país, cedo começaram a experimentar que demasiado confiaram na solidriedade das capitanias reais.

Não tardou que os acontecimentos viessem confirmar o perigo que ameaçava estrangular a incipiente rebelião redentora.

Duas causas principais contribuíam para o resultado a que aludi.

Uma, fôra a precipitação do movimento revolucionário que acontecimentos imprevistos fizeram explodir em momentos inoportunos; outra, fôra a heterogeneidade dos elementos que o impulsionaram, obstando a unidade de ação requerida pelo fim colimado.

Assediados por mar e por terra pelas armas reais, os sublimes rebeldes tentam na batalha da PINDÓBA, de 30 de abril, o derradeiro golpe e aí, vencidos, são entregues à vindita do vencedor!

Na formosa cidade de Recife, bloqueada por numerosa

esquadra portuguesa, a que se juntou o exército de terra, mandado da Bahia por Alagoas, reúne-se a junta militar e 9 companheiros de THEOTONIO JORGE, bem como este denodado patriota, sobem ao patíbulo; para a capitania da Bahia são enviados DOMINGOS JOSÉ MARTINS, seu irmão FRANCISCO MARTINS e outros prisioneiros da jornada de Pernambuco, e, identicamente condenados à morte, são justicados no **Campo da Pólvora**, com flagrante violação das próprias leis do reino, com o maior acinte que já uma vez foi feito aos preceitos de humanidade, por parte de juizes servilmente dóceis!

Aí tendes, Senhores, nos fugidios traços de uma tela de amador imperito, focalizada a epopéia grandiosa de 1817.

Quem se afaina, Senhoras e Senhores, na meditação dos acontecimentos que se desenrolaram em nosso país, desde que nêle despertaram os germes da nacionalidade, reconhece ao mais superficial exame, que os antagonismos etnicos entre os colonizadores e os naturais da região brasileira, foram tão pronunciados, que, ainda hoje sentimo-nos menos prevenidos em relação aos invasores holandeses e franceses, que a respeito dos nossos ancestrais de além-mar.

Mas semelhante oposição, incongruente em seu primordial aspecto, emerge de fatos que atenuam-na quando de todo não a justificuem.

O holandez foi um dominador brando e civilizado, as suas galés cruzando os mares, outro fim não visavam sinão a dilatação do seu comércio nas raías em que o Direito Internacional do Tempo o permitia.

O francês foi um hóspede inofensivo; o seu convívio entre nós teve a fugacidade do meteóro; mas o português, aqui como alhures, foi um senhor tirânico.

Desde a propagação do Cristianismo entre os povos bárbaros, foi sempre um cuidado especial dos evangelistas, enfrentar a incredulidade pagã e reduzi-la, pela ação suasória da palavra e dos exemplos, pelos gestos de bondade e benevolência.

Os grandes servidores da igreja que na América estadiaram, os apóstolos do Novo Mundo que se chamaram — ANCHIETA, NÓBREGA, ANTONIO VIEIRA e seus irmãos em crenças — astros de uma constelação desaparecida para sempre do nosso hemisfério — vêzes inúmeras clamaram contra os excessos dos serviços d'El-Rei, traduzidos na escravisação brutal dos índios, na tolerância e prática do tráfico africano, no vexame dos tributos e monopólios reais, nos castigos infligidos às crianças, velhos e mulheres selvícolas, na depravação e soltura de costumes das autoridades coloniais, na desenfreada cobiça do ouro e riquezas, que constituia o apanágio da fidalguia aventureira!

É a primeira colisão que se manifesta entre os próprios portugueses desde logo, isto é, entre os legionários da cruz e os mandatários da corôa e não há quem desconheça que, á me-

dida que a catequese religiosa penetrava o interior brasileiro transformando cada taba em um pôsto avançado da fé o gentio subtraía-se ao contato dos conquistadores lusos, levado pelo mesmo instinto que afugenta a córsa do cerrado em que o jaguar faz a sésta!

Era de esperar que tôdas essas angústias em breve se manifestassem de qualquer modo e assim succedeu; primeiro pelos golpes da palavra e depois pelo das armas.

O grande vate bahiano, GREGÓRIO DE MATTOS, no século XVII, satirizou a fidalguia e os costumes dos reinos; a trova anônima fêz dos portugêses o alvo de suas chacôtas e não estareis esquecidos, Senhores, de que entre as pessoas do nosso povo, fazia-se, como uma espécie de retorção injuriosa, a resposta aos epítetos de **cabra**, **bode**, **carrapicho** e **mulato**, pelos equivalentes à gente ibérica : — **galego**, **pé de chumbo**, **marinheiro** e **marôto**...

Creio que far-me-eis a justiça de acreditar que não me delicio na revivescência de desfeitos agravos; se até esta altura tive de chegar, obedeci ao dever que me impôs o encargo que sôbre os ombros tomei e à verdade histórica é indiferente a suscetibilidade dos indivíduos como a dos povos.

— II —

A história escrita pelos narradores palacianos, insinúa, Senhores, que, todos os fatos a que me tenho referido, cessaram como que por encanto, do século XVII em diante e que no reinado de D. João VI, tanto a metrópole como a colônia brasileira, viviam na mais completa bemaventurança.

Não quero prevenir-vos os ânimos contra mendaz asserção dos defensores do absolutismo; sêde atentos aos seus depoimentos.

É de um dêles o seguinte arrazoado : “Com a chegada da família real, iniciára-se para a terra de Santa Cruz um ciclo inesperado de ininterrompidas prosperidades”.

Ganharam em força e intensidade, como ao toque de vara mágica, tôdas as manifestações da vida social.

Tudo conspirava para tão feliz resultado. Abriam-se cursos de instrução superior, facultando-a assim ao menos àqueles a quem escasseiavam os haveres e não podiam por isso recebê-la nos estabelecimentos da metrópole; em outros ensinavam-se as artes liberais, de que até ali viviam sequestrados pode se dizer os filhos do Brasil; multiplicaram-se enfim por todos os modos e por tôda a parte os bebedouros para as sequiosas inteligências daquê-mar.

Repetidos decretos e disposições sem número, haviam fomentado a riqueza pública, já favorecendo a agricultura, impulsionando as indústrias existentes e criando outras, já desenvolvendo o comércio e estabelecendo o trato contínuo com os portos europeus.

Por outro lado, o caráter do príncipe-regente, mais propenso a bondosa tolerância que a atos de energia, e, menos ainda, de severidade, influia sobre a escolha das primeiras autoridades, pondo termo as tradições de dominação e violências, que caracterizavam as administrações antigas.

A despeito de abusos, e muito, que perduravam, sentiam-se em geral os povos da capitania, atesta um historiador, mais felizes com o governo do Rio de Janeiro, pôsto vagarosamente lhes chegassem os benefícios, que mais rápidos prestariam ao próprio governo vantagens superiores. (1)

Não ficaram no que foi trasladado, os ditirambos a sua real majestade o regente : houve escritor que considerou a reforma do regime colonial e a franquia dos portos brasileiros, "rasgos de generosidade do venerável ENÉAS, do verdadeiro fundador do império, do primeiro imperador-pae". (2)

A história verdadeira e independente. Senhores, a registradora fiel dos acontecimentos humanos nos cenários em que eles se esboçam, não endossa os conceitos transcritos.

Si dúvida paira em vosso espírito, ouvide :

Não há um só escrito que, falando de D. João, não traça a indecisão e a timidez como base principal do seu caráter : acrescentando o próprio autor da FUNDAÇÃO DO IMPÉRIO, que por isso, faltava muitas vezes ao cumprimento dos seus deveres e às exigências de sua própria dignidade quer como particular, quer como soberano.

Em nem uma circunstância do seu reinado, porém, aquelas qualidades deploráveis sobressaíram mais do que nos últimos anos do XVIII século e princípio do XIX, quando a França de Napoleão atingia ao apogeu de sua glória.

Adotando a mesma política hostil á República Francêsa, ao assumir a regência de Portugal, entrou na liga da Hespanha com a Inglaterra, contra a França.

Mas depois dos desastres do Rousillon correu a aliar-se com a França contra a Inglaterra, aliança que não foi aceita ; pelo que de novo voltou aos Ingleses, enviando uma parte de sua esquadra e soldados para operar de acôrdo com NELSON no Mediterrâneo.

Napoleão, sempre preocupado com a idéia de enfraquecer e de subjugar a Inglaterra, que se tornara o centro e alma das coligações contra êle, fomentou a guerra entre Portugal e Hespanha, firmando com esta o tratado do 29 de Janeiro de 1801, por intermédio de LUCIANO BONAPARTE.

(1) — J. Dias da Rocha Filho, na "Revista do Instituto do Ceará" XX, 15-16. No mesmo sentido. "Pereira da Silva", História da Fundação do Império Brasileiro."

(2) — "Varnhagem História Geral do Brasil", 11, 313.

Submetendo a Áustria e a Prússia, publicou em Berlim, a 21 de novembro de 1806, o célebre decreto comunicando o assombroso **blocus** continental, que fechava a Inglaterra os portos da terra firme.

Era, porém, necessário submeter a Rússia e separá-la do mar, retirando dos ingleses o recurso do Báltico.

Efetivamente atacou-a, e depois de cinco gloriosos combates, ganhou a sangrenta e decisiva batalha de Friedland, que lhe assegurou a paz de Tilsitt, e a ocupação de Strassend e Dantzig.

Logo depois a publicação do decreto de Berlim, o Marechal LANNES, embaixador francês, intimou o governo de Portugal a tomar um partido decisivo, pela França ou pela Inglaterra; D. João não sabia o que fizesse, ora voltava-se para uma, ora para outra, cheio de timidez e irresolução.

Inimigo da França até êsse momento com a consciadas hostilidades feitas ao governo francês, receiava perder Portugal, não se pronunciando em favor da França.

Da Inglaterra temia o poder marítimo, e não lhe convinha desprezar a aliança que com ela mantinha, para não arriscar as suas possessões d'aquém e d'além-mar.

O tempo urgia, era preciso resolver de pronto.

Em vêz disso, pediu à Inglaterra que lhe movesse uma guerra aparente; mas esta recusou-se, porque também só lhe convinha uma decisão definitiva.

Nada decidiu; e afinal lembrou-se de captar as boas graças de Napoleão, enviando-lhe pelo Marquez de Marialva ricos presentes e solicitando a mão de uma filha de LUCIANO BONAPARTE para seu filho Pedro que apenas contava nove anos de idade!

Napoleão que não podia perder tempo, respondeu a tudo isso fazendo retirar de Paris os diplomatas portugueses e ordenando igualmente a ROUYNEVAL, ministro francês em Lisboa, que pedisse os seus passaportes.

Foi nestas circunstâncias que D. João, cheio de apreensões e temores, declarou guerra aos ingleses e resolveu-se adotar o **blocus** continental.

As suas hesitações haviam comprometido cada vez mais a situação política de Portugal; porque àquela declaração de guerra seguiu-se por ordem de lord Chatam, chefe do gabinete britânico, o bloqueio dos portos portugueses e a ocupação da ilha da Madeira.

Como era natural, Napoleão depois de todos êsses fatos, e no intuito de isolar os ingleses do continente, fêz seguir um pequeno exército sobre Lisboa antes que elles aí estabelecessem a base de suas operações contra a França, e assim dificultassem os seus planos políticos.

D. João, informado da aproximação do exército francês, embarcou precipitadamente para o Brasil, com toda a família

real, deixando o govêrno entregue a um conselho presidido pelo Marquez de Abrantes.

Si era difícil resolver o melhor partido, nem um por certo podia ser mais desastrado do que o da timidez e das hesitações; porque, sem decidir cousa alguma, reduzia Portugal fatalmente a um campo, onde inglêses e francêses iriam disputar a sorte da política continental a tiros de canhão, como afinal succedeu.

E para chegar aí, quanta instabilidade, quantas humilhações e desprêzos!

Logo que **Junot**, o general das fôrças invasoras, chegou à Lisboa, disse na Proclamação de 1 de fevereiro de 1808, cheio de indignação : — O principe do Brasil abandonando Portugal, renunciou a todos os seus direitos quanto a sobernaia dêste reino.

A casa de Bragança deixou de ser reinante em Portugal.

O imperador Napoleão quer que êste belo país seja administrado e governado todo êle em seu nome, e pelo general em chefe do seu exêrcito.

E nessa mesma ocasião publicou um decreto dissolvendo o conselho criado por D. João, e nomeou outro em nome do imperador dos francêses, ao qual todos os portuguezes se submeteram e até pediram ao general um rei da mesma família daquêle monarca!

Desde êsse momento Portugal passava a ser francês, e como consequência natural de tal fato, o Brasil, que ficou sendo a séde da monarquia, tornou-se independente e livre do regime colonial.

Pondo agora de parte os acontecimentos da Europa vejamos o que ocorreu nesta parte da América, depois da chegada da família real.

O Brasil favorecido pela natureza, com terrenos fertilissimos e minas abundantes, não podia mais continuar a exportar os seus produtos industriais e agrícolas para a metrópole, que havia desaparecido.

Necessitava, portanto, de um regime interior, de leis econômicas, de relações políticas e mercantis com os Estados amigos da Europa e da América, com os quais pudesse livre e prudentemente trocar os seus produtos.

Ora, si nem uma classe social contribue mais para aumentar a riqueza de uma nação do que a agricultura e o comércio, era indispensável ao Brasil abrir as suas portas e franqueá-las livremente a tôdas as nações e satisfazer ao mesmo tempo a primeira condição reclamada pelas facilidades produtoras do país.

Mas, si tudo isso devia estar nos cálculos e previsões do govêrno, como attribuir a rasgos de generosidade do venerável **Enéas**, segundo o alcunha **VARNHAGEM**, êsse benefício, filho da imperiosa necessidade do dinheiro?

Como dever a rasgos de generosidade, o que era reclamado pelas urgências do Estado?

Como prescindir dos meios indispensáveis ao governo?

Entre as opiniões adúladoras, ditadas e aceitas pela vaidade ou pela superstição, o historiador pára e reflete, e só depois do mais severo exame procura distinguir o falso do verdadeiro." (3)

Eis, Senhores, a resenha veraz da crônica do príncipe que nos veio governar no começo do passado século, bem como de suas beneméritas intenções e obras, tão apregoadas pela lição dos cortesãos, quão mesquinha em seus resultados.

Mas eu preciso neste passo descrever-vos a situação em que nos achávamos sob os paternais cuidados do absolutismo bragantino, e para tanto, força é que ainda por alguns minutos me concedais a benevolência até agora dispensada a este fastidioso assunto.

Em escrito que dei à estampa na capital da República, vai para três anos, baseado em documentos irrecusáveis, eu demonstrei que de 1600 a 1820, o total do ouro escoado do Brasil para a metrópole, atingiu a 53.116 arrobas. (4)

Do que eram a corte real trazida ao Brasil e a própria família do soberano; do alcance das leis que nos regiam os destinos, deixai que reproduza do meu trabalho publicado anteriormente, o seguinte extrato :

"Foi uma revolução completa em toda a existência exterior dos habitantes, que se fez no país; mas ao mesmo tempo nas almas e nos espíritos também se operou nesse momento uma grande transformação.

Era evidente que essas mudanças tumultuárias, provocadas por uma família principesca inteiramente corrupta, seriam como foram, acompanhadas de funestos efeitos.

Um príncipe fraco e bisonho que reinava, havia mais de 20 anos em lugar de sua mãe louca; ao seu lado uma esposa pródiga e debochada com quem não se juntava maritalmente por motivos de notórias infidelidades, formando esta por sua vez um partido com ajuda do qual tecia as intrigas políticas entre a colônia e a metrópole; juntando-se a isso um filho, que, estimulado por perigosa ambição, tinha, desde a mocidade começado a minar o governo do seu próprio pai — é bem de ver que elementos tais não podiam constituir uma corte capaz de pôr em prática uma política honesta".

(3) — "M. Lopes Machado, introdução à historia da Revolução" de 1817, XV — XIV.

(4) — "Dr. Sacramento Blake, Dicionário Bibliográfico", XII.

As palavras supra, que são as de que se serviu em sua História do XIX Século, o grande historiógrafo alemão Ger-vinus, são perfeitamente exatas; de como fomos governados dão notícia resumida estas indicações — as Ordenações do Livro V que equiparavam o Brasil à África como estação correccional dos piores crimes; a carta régia de 30 de agosto de 1766 que mandou fechar as lojas de ourives em nosso país estabelecidas, sequestrar-lhes os instrumentos, assentar praça aos artistas solteiros, vedando-lhes o uso da mesma arte sob pena equivalente à do crime de moeda falsa; e o alvará de 5 de Janeiro de 1875, que mandou fechar também tôdas as fábricas, manufaturas e teares, de ouro, prata, seda, linho, lã, ou algodão para uso dos negros, índios e famílias pobres. (5)

Não é verdade que a presença do soberano português e de sua corte no Brasil, inaugurasse um ciclo de prosperidade em nossa Pátria.

Um dos mais autorizados narradores do império, assim se exprime: “Um enxame de aventureiros, necessitados e sem princípios, acompanhou a família real; foi necessário admiti-los nos diferentes ramos da administração.

A rivalidade sempre prevaleceu entre os portugueses e brasileiros natos, e este procedimento de parte do governo português tendia a aumentá-la.

Os novos hóspedes pouco se interessavam pela prosperidade do país, consideravam temporária a sua ausência de Portugal e se propunham mais a enriquecer à custa do Estado, do que a administrar justiça ou a beneficiar o público.

Era notável a extravagância e a prodigalidade da corte; ao mesmo tempo que a HUCHARIA por si só consumia seis milhões de cruzados e as suas despesas eram pontualmente pagas, os empregados públicos estavam atrasados 9 e 10 meses na percepção dos seus honorários, vendo-se por tanto obrigados a recorrer á prevaricação para poderem subsistir.

A moral da corte era a mais baixa”. (6)

Vale a pena, Senhores, perlustar os documentos e cronistas da época joanina, para se adquirir uma noção exata do que foi esse governo.

Ides ouvir uma página instrutiva, pôsto que árida, da história da administração do rei português no Brasil.

“O governo, que não despedia com a instrução pública, nem com estradas, e antes parecia sufocar até as próprias faculdades produtoras do país, obrigava o povo ao trabalho sob o peso dos mais excessivos tributos para os desperdícios da

(5) — “Conferência de 12 de Junho de 1914”, 12.

(6) — “J Armitage. História do Brasil,” 10-12.

côrte e bem estar daqueles aventureiros que além disso e sempre que podiam, assaltavam os cofres do Estado.

Não era possível que, com o influxo de causas tão poderosas, o espírito revolucionário deixasse de criar maiores alien-tos.

Quase nada faltou que não fôsse gravosamente tribu-tado.

O açúcar e o tabaco, além dos donativos de 1682 do sub-sídio de 1799 e do terremoto de 1755, da dízima de exportação, do dízimo do consumo no país, pagavam, para a saída de im-pôsto e pensão, 480 réis por caixa ou 240 por feixe: o algodão estava sujeito ás mesmas taxas.

O vinho de mel, que produzia de direitos mais 200,00, ficou também obrigado ao dízimo e direitos quando transformado em garapa.

O gado pagava o dízimo e o quinto do couro, ainda quando vivos os animais; meio real em libra de carne e o sub-sídio do sangue; as carnes secas importadas estavam iguamen-te sujeitas a tributos.

Além dos direitos de exportação, pagavam-se direitos de **internação**, cobrados por arrematação, e incluindo os escravos, passagem de rios, direitos territoriais, donativos, officios, po-tescentes militares, Siza sôbre compras e vendas e arrematações de bens de raiz e semoventes, décimas dos prédios existentes nas cidades e vilas, alugados ou ocupados pelos respectivos pro-prietários.

Inventou-se mais um impôsto destinado exclusivamente a ocorrer ás despesas da real junta do comércio, indústria, agricultura e navegação.

Criou-se o sêlo sôbre o papel, livros de negociantes, de câmaras municipais, de tabeliães, irmandades, procurações e escrituras particulares e públicas.

Estabeleceu-se o luto obrigatório pela morte dos mem-bros da família real, com designação da fazenda de que se de-via usar, e as contribuições forçadas para dotação dos principes e princesas.

Houve ainda coisa pior: a ganância dos exatores e os monopólios privilegiados.

E tudo isso era pouco.

Nada chegava para as necessidades sempre crescentes do governo, que com tanta ostentação determinava o serviço público.

A imigração dos portuguezes continuára em larga es-cala, e longe de mandar o governo distribuir terras entre os que se amontoavam em diferentes pontos do litoral sem terem o que fazer, ordenava que em tôdas as capitanias onde apor-tassem ou permanecessem fôsem sustentados pelas autorida-des, acomodados como fôsse possível e empregados nos cargos que vagassem!

De forma que, ou eram empregados públicos para ter o que comer, ou ociosos, acomodados e sustentados sem limitação de tempo pelo dinheiro dos contribuintes!

O povo de Pernambuco murmurava, e por fim queixou-se ao príncipe regente, representando por intermédio das câmaras municipais, contra essas tantas contribuições gravosas, que lhe arrancavam todo o pão do seu trabalho, reduzindo-o sem proveito do Estado, à miséria e à indigência.

O governo irritou-se e mandou que seu delegado, o governador Caetano Montenegro, com o maior segredo e circunspeção, procurasse saber quem havia sido o autor da representação, e si existiam pessoas que, por suas opiniões e discursos, fôsses perigosas ao Estado, pois não podia atribuir aquele procedimento sinão à ingratiidão e rebeldia para com o príncipe, sempre desvelado em promover a felicidade de seus leais vassallos." (7)

— III —

Minhas Senhoras e Senhores!

Um grave pensador francês do findo século, escrevia em obra cheia de ensinamentos proveitosos e sólidamente demonstrados, que, quanto mais compararmos as revoluções em si, tanto mais veremos justificadas as expressões fermentação, fermento e levedura revolucionárias, desde muito introduzidas na linguagem vulgar pelo bom senso da massa popular.

E' que realmente, diz êle, o fermento intervêm para determinar a rutura do equilíbrio e na nova ordem que se estabelece nas coisas, dir-se-ia que a natureza especial do agente interventor, da cousa primitiva da rutura, desaparece e se anula.

E' um paralelo que dá bem a idéia da semelhança que entre si revelam os fenômenos da ordem física e os da ordem social. (8)

De fato, há uma analogia que não se pode ocultar.

A primeira avalanche que se despenha do alto da serra e rola pelo vale, pode ser absorvida pelo solo ressequido ou em seu seio transforma-se em um lago, se a estrutura do terreno se opuser à dilatação do curso natural da massa d'água; mas outras virão e de tal modo frequentes, que um dia a superfície tranquila, intumescida de chofre, galgará os penhascos, transformar-se-á em torrente, e, a semelhança do ciclone, arrastará ao oceano os robles gigantescos, que pareciam zom-

(7) — "História da Revolução de 1817", introdução, XXIX-XVII, officio de 13 de Janeiro de 1816; "História da Fundação do Império, 11, 46.

(8) — "A. Cournot, De l'Enchainement des Idées Fondamentales" n. 517.

bar da sucessão ininterrupta dos séculos, que lhes testemunharam o aparecimento e a floração.

Fenômenos idênticos reproduzem as sociedades humanas; a idéa que faz prosélitos, vive quando se supõe extinta, renasce quando a compressão cessa que a tem estrangulado.

Pouco importa que os seus primeiros propagandistas pereçam antes de vê-la triunfante; outros virão subeder-lhes no apostolado e no martírio, até que um dia o número de crentes se faça legião e o triunfo do movimento vitorioso possa repetir aos vencidos as palavras de S. REMÍGIO no batismo do rei dos francos : — Curva a frente sicambo; adora o que tu queimaste e queima a quem tu adoraste!

A idéa republicana, que tivera no país por precursores, Bernardo Vieira de Mello em 1870, em Pernambuco, e os incondidentes mineiros em 1789, a despeito das correntes contrárias que lhe embargaram o trânsito, revigorou-se nas refregas de 1817, 1824 e 1848, onde se altearam os vultos imorredoiros de DOMINGOS MARTINS, Frei JOAQUIM CANECA e NUNES MACHADO; e, Senhores, deixai que ultime este trecho com calor que me aquece a alma de brasileiro : foi sobre o vértice do triângulo da fé na democracia, que esses nomes representam, que a nossa nacionalidade pôde izar a bandeira de 15 de novembro de 1889, pelo férreo braço de DEODORO!

— IV —

Tempo é de dizer, Senhores, da alta individualidade do espírito-santense, que há um século, entregou-se em holocausto na pira sacrosanta do amor á Pátria!

Já salientei em outro ponto desta exposição incolor, que um dos motivos do insucesso da proclamação da República em 1817, foi a heterogeneidade dos elementos que impulsionaram o movimento; cumpre que acrescente, que paralelamente, esta circunstância é a mais eloquente atestação da sinceridade e abnegação dos patriotas pernambucanos.

Padres, comerciantes, militares e maçons posta de lado divergências científicas e crenças religiosas, irmanam-se, e unidos, se enfileiram na defesa da liberdade política da terra que os viu nascer; parecerá á primeira vista que semelhante ligação constituiria uma anomalia e entretanto bastará um golpe de vista sobre o cenário da política européia no comêço do século passado, para se compreender que dessa fusão de elementos dissimiles, mais de uma vez resultaram benefícios de valor incomparável para os povos oprimidos, principalmente quando a maçonaria assumiu a posição de medianeira entre as ambições das dinastias e as aspirações populares, como succedeu no tempo de Napoleão, em que coube o grão-mestrado a seu irmão JOSÉ BONAPARTE.

Na Inglaterra ela amparou os quakers contra a pres-

são da Tirania dos reis, pugnando pela liberdade religiosa dessa seita até então malsinada, que mais tarde veio a ser nos Estados Unidos uma das forças dirigentes da libertação dos negros e um dos fatores da grandeza moral da República.

Devemos à ação eficiente das sociedades secretas, o reconhecimento da independência do Brasil pelas nações européias, notadamente pela Inglaterra, cuja aliança com Portugal dificultava o acôrdo diplomático.

Sí, pois, outras razões não tivéssemos em ordem a justificar a aliança que se realizou entre os paladinos da República de 1817 e a maçonaria, bastaria o que fica dito para torná-la credora de nossas simpatias democráticas.

Prosigamos, porém, no estudo da individualidade do patriota DOMINGOS MARTINS.

Assinalam os cronistas do passado século, que foi no Itapemirim, dêste Estado, então capitania, que teve o berço o maior dos espírito-santenses, em 1781, sendo seus pais, o official de milícias, Joaquim Ribeiro, ali destacado e Joanna Martins.

Com ambos passou a infância nesta capital, até que deslocando seus genitores o domicílio para a capitania da Bahia, acompanhou-os até ali, catando por sua inteligência o favor e a intimidade da família DOURADO, cujos descendentes ainda hoje vivem em nosso país, rodeados de aprêço público. (9)

É de crer que na praça baiana atraído pelas fascinações da época, pela extensão e largo conceito dos negócios e do crédito da casa DOURADO, DIAS & CARVALHO, lhe sorrisse a vida comercial; certo é, porém, que foi de curta duração o atrativo, transportando-se dentro em pouco DOMINGOS MARTINS a Lisboa, e em seguida a Londres, onde veio a fazer parte da dita firma de que mais tarde foi o chefe.

A situação tôda especial do comércio inglês, protegido pelos privilégios que lhe advinham da aliança com o rei português constantes de tratados explicitos, abriu-lhe com exclusão dos demais povos, os portos das capitânias brasileiras, de modo que DOMINGOS MARTINS, para conhecer do abandono a que ficavam totalmente expostos os interesses coloniais, por parte da metrópole, não teria necessidade de outro meio de averiguação que não fôsse a praça londrina, nessa época abastecida de produtos transportados da América.

(9) — Uma tradição que reputo fidedigna, permite supor que DOMINGOS MARTINS devia ter habitado a Vitória, mais ou menos até a puberdade, que é quando os rapazes formam os seus círculos de relações e amizades. Talvez se ligue a essa permanência, a alcunha de Bem-Bem que aqui recebeu.

Os tratados de METHUEN e os dois últimos assinados por D. JOÃO, antes de seguir para o Brasil, entregavam o nosso país por 15 anos á exploração da Inglaterra, que tinha além do mais, a vantagem de ser tratada com as regalias de nação mais favorecida.

Mas a vida mercantil não absorveu a atividade do brasileiro que estadiava na opulenta albion, nem o desviára do pensamento de ver um dia a sua Pátria restituída ao grêmio das comunhões humanas independentes.

Os dados acêrca das desditas do Brasil, que a experiência lhe ia penosamente ministrando no mênio dos negócios, êle os teve confirmados nas colunas do — *Correio Brasiliense* — jornal publicado em Londres, de 1808 a 1823, pelo compatriota HIPPOLYTO JOSÉ DA COSTA PEREIRA FURTADO DE MENDONÇA, que perseguido por 20 anos em Lisboa, fixára residência na capital inglêsa, para mais em desafio pleitear a nossa independência contra o absolutismo estrangeiro.

Como se não bastassem essas fontes de esclarecimentos das coisas políticas de nossa terra, em Paris uma outra existia desde 1791, inaugurada pelo general venezuelano FRANCISCO MIRANDA, emigrado político, que na capital franceza diligenciava pela libertação das colônias do Pacífico do jugo hespanhol, lembrando nas conferências dos clubs e nos seus pamfletos inflamados de entusiasmo, a redenção política dos Estados Unidos e da República Argentina.

Êsses dois pioneiros da liberdade da América do Sul, foram os pais espirituais de DOMINGOS MARTINS: de ambos herdou o espírito combativo, a energia nas palavras e nos gestos, a presteza das resoluções e movimentos, a facilidade de formular raciocínios e mais do que tudo — a coragem de afrontar sobranceiro as situações, sem se lhe dar das consequências.

Entretendo relações cada vêz mais estreitas com o jornalista patricio, e o caudilho venezuelano, com êles aprendeu a ponderar a urgência de um golpe de fôrça em sua Pátria, e, afim de que não dessem na vista as suas viagens a Pernambuco, onde desde muito a idéia de torná-la Estado independente e republicano, sob a proteção de Napoleão, fôra acalentada pelas sociedades secretas, DOMINGOS MARTINS reformou e ampliou os estabelecimentos sucursais que a firma possuia, nas capitânicas de Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia, com as quais se pôs em contato dirêto, graças à frota que mantinha como propriedade sua, exclusiva, embora ao serviço das referidas sucursais.

Enquanto em Pernambuco o pensamento democrata excitava as suspeitas reais contra os seus próprios servidores, como o capitão-mór de Olinda, FRANCISCO DE PAULA CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE, que, com vários amigos foi prêso, não sucedendo o mesmo a seu irmão JOSÉ FRAN-

CISCO DE PAULA CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE por ter fugido de Lisboa para Londres, e o Areópago de Itaimbé, fundado por ARRUDA CÂMARA, com a feição de sociedade política, secreta, tramava contra o despotismo monárquico, com ajuda do marquês de Abrante e bons officios de Gomes de Araujo e do conde de Linhares, o rebelde conterrâneo, a pretexto de interesses comerciais, deixava o Reino Unido em busca do Recife e apenas chegado, entregava-se ao trabalho da propaganda revolucionária, apurando o governador Montenegro, no inquérito policial, que ás reuniões havidas na casa do patriota, afluíam continuamente, de 40 a 50 pessoas.

Foi assim que se succederam as suas viagens ameudadas ao núcleo da agitação, até o momento em que uma agressão aos brios dos officiaes brasileiros, motivou a repulsa de JOSÉ DE BARROS LIMA o Leão Coroado, que com a espada pôs termo aos dias do brigadeiro português que a iniciára, precipitando os acontecimentos.

É durante o governo e a resistência às forças reais, que sobresáem as superiores qualidades de DOMINGOS MARTINS.

Agitador, entre o povo enfrentou as forças legais até ser prêso; membro do governo provisório da República, foi quem propôz que os ministros não receberiam remuneração por seus cargos; quem evitou o flagelo da fome abastecendo a cidade com os gêneros transportados dos Estados Unidos por seus navios; guerreiro, lutou contra o exército real, á frente de 300 homens, até ser vencido no derradeiro combate; prisioneiro e carregado de ferros, entregou o peito á descarga, calmo e sobranceiro, proferindo apenas estas palavras memoráveis :

“Soldados! executae as ordens do vosso sultão!

Eu morro pela liberd”...

Refere a crônica do seu passamento, que antes de pronunciar a última sílaba da palavra que o levára ao suplicio, um sacerdote cristão lhe fechára os lábios interpondo a mão direita, ao mesmo tempo que o pelotão atirava-o por terra [transpassado pelas balas dos mosquetes reais!

— V —

Perdôai-me ainda uma vêz, Senhoras e Senhores, se a imperícia do artista não lhe consente, dar à têla que debuxa, as tonalidades que o tema reclama; lêde na sobriedade das linhas e na quasi nudez da cena descrita, o turbilhão de sentimentos que deve brotar de uma alma patriótica, ao ver cair com o último obreiro, a derradeira pedra de um monumento que parecia indestrutível!

Nada há, meus Senhores, de persistente na materialidade das coisas humanas; tudo quanto aos nossos sentidos parece o produto de uma organização original, é apenas a transformação, a nova forma afetada pelo que já fôra conhecido sob vestidura diferente, em éras remotas.

Mas si a vida objetiva cessa quando as energias do organismo perecem, alguma coisa há que permanece, após a extinção terrena dos beneméritos da Pátria, dos abnegados servidores dos ideais da humanidade; é a vida subjectiva, o culto cívico, com que os pósteros lhes sagram a memória e a heroidade!

Onde quer que tombe o campeão de uma idéa, amortalhado na sinceridade da crença que propugna, renasce nas gerações futuras que lhe secundam o esforço, revive e se renova no sangue que pulsa nas artérias dos legionários que a conduzem á vitória!

Volvi o olhar para a história da civilização humana e em cada página encontrareis ao lado de uma doutrina fecunda ou de uma instituição benemerita, o martírio do primeiro apóstolo que a evangelizou e não raro o vilipêndio e os apêdos com que seu nome em gáudio das turbas ignaras, foi atirado ao volutabro; mas dia virá em que se há de operar a reivindicação e então é a posteridade que resgata da urna do passado, as cinzas venerandas dos levitas da fé e da verdade, guardadas em refens pela iniquidade dos tiranos que por sôbre elas tripudiaram!

Tal é Senhores, o conteúdo de idéias que o vocábulo — glória — encerra!

A glória é S. Lourenço queimado nas grelhas a fogo lento, sorridente, a pedir ao algoz estupefato, que o crestasse do lado oposto por haver recusado entregar ao prefeito da Roma de Domiciano, os tesoiros com que socorria a orfandade, a viuvez e a velhice!

A glória é S. JOÃO EVANGELISTA submetido á orália do óleo fervente, por não ter querido renegar os dogmas da sua fé!

Mas a glória também é SILVA XAVIER expiando no cadafalso a rebeldia de haver sonhado o advento do regime democrático no Brasil; a glória também é DOMINGOS MARTINS arcabuzado, por ter arvorado o primeiro pendão republicano na terra que habitamos!

Que tenha, Senhoras e Senhores, um culto em os nossos corações essa memória excelsa; e vós, sr. presidente do Estado, que com a vossa presença pondeis em relêvo a consideração que vos merecem as manifestações dos vossos concidadãos; vós que sois um homem do povo e com êle aprendestes a amar a liberdade e os ideais da democracia, empenhai o melhor do vosso es-

fôrço na ereção do modesto monumento que tem de perpetuar a memória do patriota conterrâneo!

É ao bronze das estátuas dos seus heróis, que as nações oprimidas, nos momentos angustiosos pedem as energias que as retemperam nas justas a que se abalançam contra os inimigos audaciosos e cruéis.

Pois bem, senhor Presidente do Estado, seja o bronze de DOMINGOS MARTINS o refletor em que a mocidade se acostume a venerar os homens que morrerem pelejando pelas reivindicações populares, ao escrever com o próprio sangue a derradeira lição de civismo!

Glória a' DOMINGOS MARTINS!

SALVE! Três vêzes salve! a República!

CENTENÁRIO DO DR. ANTÔNIO AGUIRRE

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA

No dia 24 de agosto de 1959, às 20 horas, foi solenemente comemorado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, o centenário de nascimento do grande humanitário médico dr. Antônio Aguirre. A sessão, a que compareceram os membros do Instituto, pessoas gradas e representantes da família Aguirre, foi presidida pelo dr. Ceciliano Abel de Almeida que exaltou a figura do grande republicano e disse do significado daquela solenidade.

A oração oficial foi proferida pelo prof. Norbertino Bahiense, ilustrado historiador. Foi em verdade um trabalho substancial, conforme se poderá ler adiante, transcrito na íntegra em páginas desta Revista.

Como presidente da Associação Médica do Espírito Santo, falou a seguir, o Dr. José Moisés, solidarizando-se, em nome da classe, com as justas homenagens ao saudoso médico capixaba.

Por fim, agradecendo em nome da Família Aguirre, o Dr. João Luís Aguirre pronunciou a breve e comovida oração que esta Revista reproduz numa das páginas seguintes.

No início da solenidade, foi inaugurado, no salão de honra do IHGES, o retrato do Dr. Antônio Aguirre, um dos fundadores do colégio, tendo descerrado as fitas que prendiam a bandeira do Estado, no ato da inauguração, o dr. João Luís Aguirre e a senhorita Celina Florêncio, ambos descendentes do ilustre homenageado.

CONTENTS OF THE ANNUAL REPORT

THE COMMISSIONERS

The Commission on the Administration of Justice, created by the Executive Order of the President, has the honor to submit to the President and the Congress its report on the progress of its work during the year 1911. The Commission was organized on June 1, 1911, and has since that time been engaged in a study of the various problems connected with the administration of the courts of the United States. It has held numerous public hearings, and has received many suggestions from judges, lawyers, laymen, and the public. It has also conducted extensive research into the various phases of the problem, and has endeavored to formulate a plan of reform which will meet the needs of the country.

DR. ANTONIO GOMES AGUIRE

Seu centenário de nascimento

Discurso pronunciado no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, no dia 24 de agosto de 1959 por NORBERTO BAHIANSE. —

Do pessimismo deprimente de muita gente, ao lado dos eternos detratores de nossas cousas e dos costumeiros e corriqueiros destruidores de nossas gloriosas tradições surgiu, de fonte duvidosa e má, a expressão chocante de que **"O Brasil é um deserto de homens"**. Felizmente isto não é verdade. A pecha é ferina, infamante e injusta. Consola-nos a certeza de que a pedra atirada, não atinge o alvo de nossa querida Pátria e muito menos aos homens de bem que a enriquecem, no próprio conceito de seus filhos e no conceito universal dos povos civilizados. Volta-se em ricocheteio causticante, para esmagar a fonte de onde foi vilmente impulsionada.

Os nossos homens aí estão enfileirados nas vanguardas do saber, da dignidade, da inteligência, da cultura e da honradez, glorificando o passado, honrando o presente, iluminando o futuro e os pósteros.

O que acontece, o que sentimos, o que se vê, é a falta de discernimento, a lamentável deficiência de educação das massas, a ignorância campeando e cavalgando desabridamente, o desprezo e o menosprezo aos legítimos valores da nação, a franca e triste subordinação à demagogia perniciosa, distanciada quilometricamente das atitudes sinceras e construtivas que se convertam em favor da coletividade.

É um mal que vem de longe. É um mal que nasceu muito antes da era cristã, muito antes dos delírios do povo, dos loucos que aplaudiam os espetáculos dos circos romanos, — onde as feras estrapalhavam os adeptos do grande Rabino da Galiléa. Muito antes dos que rodeavam e festejavam o imperador romano, ao se inspirar nas labaredas que destruíam a cidade eterna, ao dedilhar e ao tanger de sua lira satânica e mefítica. Muito antes dos que se rejubilavam com os sacrifícios das fogueiras da Inquisição e que, na época, passavam como santas. Muito antes dos que batiam palmas aos afiados cutelos da Re-

volução Francesa. Muito antes dos que, insistentes e frenéticos, clamavam pela condenação de um Dreyfus, para depois clari-narem a sua inocência. E ainda muito antes, na plenitude de nossos dias, dos entusiasmos de um povo que leva um homem à presidência de sua República e em menos de seis meses, ain-da rubro do sangue de seus irmãos, correndo em caudais, vol-ta-se contra êsse homem e pede sua condenação á pena má-xima. Repetem-se os mesmos desvarios que se seguiram à to-mada da Bastilha.

Assim é a massa. Manejada ao sabor das paixões ou in-suflada por falsos líderes que sacrificam os interesses da co-letividade em favor exclusivo dos seus interesses pessoais, — hoje aplaude — amanhã escorraça. Ontem escorraçava hoje aplaude. É a mesma gente que mata ou manda matar. Estimula, cria pretensos líderes e leva-os ao poder. Derruba-os de-poís e os sacrifica. Quando não morrem, voltam em festas. Quando morrem, são cantados como heróis. As coroas têm significações e efeitos opostos. Hoje são de espinhos, amanhã serão de louros. As pedras são substituídas pelas flôres e as flôres são substituídas pelas pedras. E vêzes há em que nem flôres vemos, embora no dizer do poeta, elas tanto enfeitem a vida como enfeitam a morte.

As páginas da história estão cheias e repletas de fatos comprovadores desses tristes contrastes, desses extremos e ao serem perlustradas, através dos século, chegamos, não raramente, a exageros estonteantes. Sentimos amidiadas dificuldades em peneirar os seus registros para que dêles arranque-mos a expressão real da verdade. Dos materiais levados e fun-didos nos cadinhos históricos, nem sempre extraímos o ouro puro que almejamos.

Êste é o panorama.

Mas o “deserto de homens”, não existe. O Brasil os tem e dos melhores, dos mais ilustres, dos mais honrados, dos mais inteligentes, dos mais preparados e, — na expressão do dia, também os de mãos limpas.

Não é nosso propósito, agora, invocá-los ou convocá-los nominalmente, porque isso encheria páginas e mais páginas e tomaria tempo. Cabe-me, entretanto, neste instante de fes-tas, convocar o meu querido Espírito Santo, para que se ponha de pé e se orgulhe de poder, neste mesmo mês de agosto, neste mesmo ano de 1959, trazer às ribaltas da história, aos palcos e às gambiarras da nação, entre festas de centenário, não um, mas dois grandes e ilustres filhos desta gloriosa terra de Do-mingos Martins, — a cujos pincares ascendem empunhando os estandartes da glória — AFONSO CLÁUDIO e ANTÔNIO AGUIRRE. —

Honrou-me o preclaro dr. Ceciliano Abel de Almeida venerando e culto presidente d'este Instituto Histórico, d'este sodalício a que me orgulho de pertencer, dando-me a incumbência de nesta solenidade, falar sobre Antônio Aguirre.

Farei o possível para não desmerecer, nem causar decepções: mas, se isto acontecer, queiram me perdoar.

Exatamente há um século, num sábado do dia 23 de agosto de 1859, Antônio Gomes Aguirre, nascia em São Mateus, às margens do Cricaré, no extremo Norte de nosso Estado. Dentre as vilas e cidades capixabas, algumas se destacam nos registros da História. São Mateus é uma delas. Aparece como cenário, quando os seus índios bravios e destemidos, enfrentam os emissários de Mem de Sá, e lhe sacrificam o filho que chefiava suas tropas. Como cenário, surge ao abrigar e receber as lições e as bênçãos do inolvidável Anchieta. Como berço, oferece-nos filhos ilustres, da estirpe de Antônio Aguirre, da pujança de Graciano Neves do quilate de Ceciliano Abel de Almeida e da rutilância de muitos outros.

Foram pais de Antônio Aguirre: O Tenente José Antônio Aguirre e d. Rita Sudré Aguirre. O posto de tenente da Guarda Nacional, foi conferido a José Antônio pela Princesa Isabel, junto a quem, mais tarde, Antônio Aguirre cantaria hosanas, pela vitória dos ideais esposados em favor da libertação dos escravos.

Viveu tôda sua meninice na boa terra que é a do nascimento. Não dispomos de elementos para ajuizar do meio ambiente de sua juventude, nem acompanhá-lo através das copadas e centenárias matas do Norte, de suas campinas verdejantes, de seus rios caudalosos, regatos poeticos e lagoas tranquilas, nem mesmo surpreendê-lo nas travessuras idênticas as de um outro menino que anos depois, surgiria naquelas mesmas paragens, armando arapucas, pegando passarinhos e que ainda hoje continua armando outras especies de arapucas — as arapucas do saber, não mais para pegar passarinhos, mas para prender corações que não se cansam de admirar o grande autor de "O Desbravamento das selvas do Rio Dôce", o provecto presidente desta casa.

Escapam-nos elementos capazes de nivelar êsse meio ambiente aos quadros vivos de uma "Mansagana", de Joaquim Nabuco, de um "Mangaraí" de Afonso Cláudio, tão bem pintado por sua ilustre filha d. Judith Freitas de Almeida Melo; de uma "Canaan", de Graça Aranha ou de um "Rio Dôce", de Ceciliano Abel de Almeida. Mas posso afirmar que o meio era senhoril, era o das Casas Grandes, tão bem cantadas por Gilberto Freire. E como o meio é tudo, influindo em nossos destinos, tanto como os nossos pais e os nossos professôres — o mateense, mais do que quaisquer outros capixabas, apresentava-se, como se apresenta até hoje, com um mais pronunciado censo de independên-

cia, e certa altanería que o faz notado e observado em todos os círculos onde se apresente.

Aos 14 anos, em pleno viço da juventude, e em face do falecimento da genitora, vem para Vitória, residir com a avó, d. Rosa Antunes Aguirre, viúva de um Espanhol José A. Aguirre. Nêsse segundo e carinhoso lar, encontrou, além da avó, duas filhas do casal, — suas tias Maria Vitória e Maria da Penha Aguirre. Esta foi, então, sua devotada professora. Os ensinamentos, aliados aos princípios rígidos e da aprimorada educação de sua avó, muito concorreram para que o jovem mateense começasse a vida através das boas trilhas que, mais tarde se alargariam e se ampliariam.

Prosseguindo os seus estudos, iniciou os preparatórios no **Ateneu Provincial**, e os terminou no Rio de Janeiro para onde o Tenente Aguirre, sonhava vê-lo, na árdua carreira da engenharia na qual se encheriam de glórias, as figuras marcantes de Paulo de Frontin, de Pereira Passos, de Teixeira Soares, de Pedro Nolasco e outros.

Chegou a cursar a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas a matemática não o atraía, descambiando-se logo de início para a Faculdade de Medicina onde se diplomou, apresentando brilhantíssima tese — um dos pontos altos de sua vida — a 30 de setembro de 1884, subordinando-a às seguintes epígrafes:

D I S S E R T A Ç Ã O

CADEIRA DE CLÍNICA MÉDICA E CIRÚRGICA DE CRIANÇAS DA ALIMENTAÇÃO NAS PRIMEIRAS IDADES

Estudo critico sôbre os diferentes métodos de aleitamento.

PROPOSIÇÕES

SECÇÃO ACCESSÓRIA

Das quinas químico-farmacologicamente consideradas. --

SECÇÃO CIRÚRGICA

Das luxações em geral

SECÇÃO MÉDICA

Sintomatologia e diagnóstico diferencial das lesões protuberanciaes.

Era Diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o Conselheiro Dr. Vicente Cândido Figueira Saboia.

A 4 de outubro do mesmo ano de 1884, a Comissão encarregada do exame e da análise da *tése*, declarava: — “Esta *tése* está conforme os Estatutos. Dr. Caetano de Almeida, Dr. Benício de Abreu e Dr. Oscar Bulhões”.

Em dezembro colava grau.

Antônio Aguirre, tinha, então, apenas 25 anos.

Não sabemos como se portou como estudante, mas ao formarmos a *tése* que tenho em mãos, neste instante, por deferência especial da professora Celina Florêncio e a quem me referirei mais adiante, — *tése* magnífica, proferida há 3/4 de século — isto é, há 75 anos e ainda no vicejar de suas vinte cinco primaveras — verificamos que o saudoso capixaba já se revelava homem bondoso que sempre o foi e um grande estudioso da ciência de Hipócrates voltado inteiramente para as grandes causas, pois considero a causa da criança, uma das maiores e mais belas que se conhece.

O seu trabalho foi esplendido.

Naquê tempo, aqui pouco se falava e se cogitava de pediatria. As especialidades eram raras. Não foi, no gênero, um pioneiro, porque os seus estudos se fundamentaram nos mestres de além fronteiras, — mas no Brasil, foi um dos primeiros que se voltou para a tão magna causa da infância.

Pelo que se infere do seu substancioso estudo, foi um pesquisador profundo e meticoloso indo buscar o saber nas mais variadas e ricas fontes. Como no Brasil elas eram então raras, valeu-se apenas de duas, de dois mestres da medicina contemporânea: O Barão de Lavradio e Barata Ribeiro. Entretanto, as que foi buscar, entre cientistas e filósofos das mais variadas e adeantadas nacionalidades, foram muitas. No discorrer do seu extraordinário trabalho, contei, pelo menos 57 e vale a pena citar os nomes para que possamos aferir do grau de pesquisas e estudos do grande mateense, lendo-os no original e em línguas diferentes.

Citemos-los:

Johann Steiner. Bertillon, Parrot, — Jacobi, Tomaz Curtis, Beaugrand, Manot, Brochard, Bergeron, Marjolin, Aubert, Fonssagrives, Bufon, P. Lorain, Divergie, Doné, Bouchardat, Quevena, Mecquerell Scanzoni, G. Tomas, Burnes, o ginecologista Churchill, Nonat, Rosseau, Archambault, Blot, Vogel, Melsen, Leconte, Soleil, Marchant, Wenkel, Nachet, Mallasey, Oilem, Groussin, Natalis, Guilhot, Bouchaud, J. Simon, Crequy, Fauvel, Rosen, Rosentein, Lavergne, Bergeron, Afonso Leroux, Hufelnam, Lieberkuhn, Troussseau, Wan-Swueiten, Kutarer, J. Guerin, Delabarre, Casalis, Fleischmann, Deschamps. Ducoudray e Estevão Fontelle.

Há, na tese de Antônio Aguirre, alguns pontos superados pelo avanço da medicina de nossos dias: e nem podia deixar de o ser. Mas isso em doses reduzidas, pois a maioria dos seus estudos, conceitos e conclusões, afina-se perfeitamente com a atualidade. O que dizia há 75 anos, o que clamava então, o que se ouvia de suas clarinadas, poderia ser repetido hoje, a no século inquietante do jato e da era atômica.

Se não, vejamos.

Chamando a atenção para os delicadíssimos cuidados requeridos pela primeira infância, dizia, citando Bertillon: “Uma criança ao nascer tem tantas probabilidades de morrer no decurso do primeiro ano, quantas tem um velho de 80 aos 11 anos”.

Apontando exemplos de então que seriam exemplos de hoje, estigmatizava contra as graves deficiências da alimentação: “Não é difícil encontrar-se por aí, envolvidos em cueiros muito grandes, pequenos seres pálidos, magros, encarquilhados, com uma diarréia constante, e que, se não se der remédio, não tardarão em breve a sucumbir”.

E a seguir: “São crianças que as mais das vezes em lugar de serem postas no seio, foram submetidas ao aleitamento artificial o mais mal conduzido possível”.

Desdobrando-nos os vícios da alimentação através da ignorância das mães e até descuidos dos próprios médicos assistentes, destacando a influência maléfica das parteiras bizonhas e das “comadres” estultas e ignorantes, leva-nos das choupanas humildes às mais ricas habitações, onde, apesar dos banhos iniciais em peças de ouro, a criança era levada para o pior da alimentação, a franco caminho da morte, quando em sua frente lhe surgia caminho e os sorrisos da vida iniciante.

E diz:

“Diante de um quadro tão desolador como este e tão desproveito para o nosso país, ninguém negará sem dúvida, a importância que tem o estudo de uma questão como esta, a alimentação da infância, meio de remover os inconvenientes de que a sociedade brasileira está eivada”.

Do seu São Mateus guarda preciosas observações, colhidas entre os índios, observações que converte em subsídios como este: “Se compararmos o que se dá nos países civilizados com o que tenho o prazer de observar nas tribos indígenas, nas tribos dos Botocudos, veremos que o aumento de população entre os aborígenes é um algarismo tal, que no cálculo é desprezado, tão diminuto e variável é ele. Qual a razão? Sabemos porventura? A falta de higiene para qualquer das fases que se encare, demonstra-nos imediatamente a razão de ser de tal anomalia. O índio naturalmente cuida mal do seu filho”.

Comprovando, em 1884, estar em dia com o que se vinha fazendo na Europa e lamentando o pouco que se realizava no Brasil, em favor da infância, afirma, incisivo:

“A alimentação das crianças na Europa é um assunto que preocupa tôdas as inteligências médicas e principalmente aquelas que se dedicam especialmente às molestias da infância. Se lá isso acontece, entre nós, já o disse e repito, o assunto parece de somenos importância! Nada se tem feito”.

Hoje diríamos:

A saúde da criança vem sendo olhada de modo mais cuidadoso em nosso País, — mas isto acontece somente em alguns dos grandes centros. Noutros e no interior, o quadro ainda é, lamentavelmente, quase o mesmo que despertou a atenção do nosso biografado.

Revelando-se conhecedor profundo da situação, divide sua tese muito bem, e, no primeiro capítulo, aponta os melhores caminhos da amamentação materna; no segundo, insurge-se contra o aleitamento mercenário; no terceiro estuda o aleitamento artificial e no último o desmame.

Ao término da mesma entra pela farmacologia (cadeira de farmácia) em 13 conclusões sôbre as quinas químico-farmacologicamente consideradas, mais 12 acêrca das luxações em geral (cadeira de Patologia cirurgica e diagnostico diferencial das lesões protuberanciaes (segunda cadeira de Clinica médica), ultimando-a em latim, com seis Hypocratis Aphorismi.

Formado, veio para Vitória. Apenas um ano depois, em 1885, reunia nesta capital, os mais destacados profissionais e juntamente com o dr. Cerqueira Lima, difundia a tese de que aos cemitérios urbanos não eram a causa da insalubridade reinante na capital da Província.

Em outubro de 1886 surgia em Cachoeiro do Itapemirim, pronunciando substanciosa conferência em um dos grêmios locais sôbre Instrução, dando expansões aos seus francos pendores para a causa pública.

A 11 de novembro do mesmo ano, casa-se com a Exma. Snra. D. Florência Gonçalves. Ressurge ainda em 1886, em Cachoeiro do Itapemirim onde permanece até à proclamação da República.

Do seu São Mateus trazia as melhores tradições. Das beiras do Cricaré passava para as margens do Itapemirim, à sombra benfazeja do “Itabira” e do “Frade e a Freira”. Mais em baixo um pouco, as brancas areias de Marataizes testemunhas vivas do nascimento, em suas proximidades, daquelle que, mais tarde, se tornaria o maior nome do Espírito Santo e um dos maiores do Brasil e do mundo — Domingos José Martins, glorioso patrono dêste Instituto.

Talvêz inspirado pelos ideais dêsse grande vulto de nossa História, Aguirre se lança a fundo na defesa desasombrada das grandes causas que empolgavam a nata brasileira, através dos vultos mais destacados e proeminentes da nacionalidade — o abolicionismo e a República.

Em Cachoeiro do Itapemirim encontrou um denodado companheiro — Bernardo Horta de Araujo. Agiganta-se, então, na defesa das duas grandes causas. Participa do "Centro Republicano", pondo a sua pena admirável e a sua palavra candente a serviço dessas magnas causas que sacudiam e faziam vibrar o Brasil inteiro.

E não eram sômente elas que empolgavam o jovem médico. Outras esposava. A proteção aos imigrantes que para aqui vinham em tão boa hora, tinha em Antônio Aguirre um defensor devotado.

A nossa terra não recebia da Côrte a consideração merecida quanto à escolha de seus governantes e dirigentes. Mandavam-nos às duzias e os substituíam amiudamente, sem a precaução de valôres e dos mais capazes.

De fato, da Independência em 1822 à República em 1889, de Inácio Acioli de Vasconcelos — o primeiro governador da Província, a José Caetano Rodrigues Horta, o último, — nada mais e nada menos de que 97 governadores teve a terra de Maria Ortiz. Em alguns anos tivemos mais de um, valendo o registro: Em 1829, 1831, 1843, 1848, 1851, 1860, 1861, 1865, 1868, 1869, 1875, 1877, 1878, 1879, 1883 e 1887, tivemos 2 governadores em cada ano. Em 1830, 1842, 1844, 1849, 1854, 1863, 1872, 1882 e 1889, contamos 3 dirigentes também em cada ano. E em 1846, nada menos do que 4 governaram o Espírito Santo.

Por ironia do destino ou ultrage ao berço de Domingos Martins, um dos governadores para aqui enviados pela Côrte, foi o célebre Caetano Pinto de Miranda Montenegro o mesmo que dirigia Pernambuco em 1817, deposto pela Revolução vitoriosa e chefiada pelo nosso inclito conterraneo. Sua vida foi então poupada porque os revolucionários de 1817 não rezavam pela mesma cartilha do Conde dos Arcos e seus rafeiros e nem pela de D. João VI e seus aulicos. Arcabuzado Domingos Martins e seus denodados companheiros, aquêlê cuja vida foi mantida, como mantidos foram as de todos os vencidos, o Espírito Santo sofreu a humilhação de ser governado, por pouco tempo, é verdade, em 1829, por aquele que a história resguardou o epiteto de Caetano no nome, Pinto na coragem, Monte na altura e Negro nas ações. Era a vingança que vinha recair sôbre o Espírito Santo apenas 12 anos depois do sacrifício do grande herói capixaba, no Campo da Polvora, na Bahia, a 12 de junho de 1817.

Contra o descaso e o elidir da Côrte e dos magotes de governadores que passaram pela nossa terra, insurgiu-se

Antônio Aguirre. Grita, sombranceiro, pelas colunas de "O Cachoeirano" de 26 de agosto de 1888 brandindo a sua pena destemerosa. Vamos transcrever apenas o começo do libelo, sob a epigrafe de "Administração Provincial".

"Nada se pode tentar; o desalento invade a todos os corações patrióticos deante da contradição constante dos administradores das Províncias. A nossa Província parece fadada a esse intermínio vai e vem de individualidades presidenciais; uns, trazendo com os seus nomes algumas esperanças para os espírito-santenses; outros nada trazendo, simplesmente carregando com o título da nomeação imperial, a caderneta de criados de servir, tendo a nota de obedientes e submissos às impertinências do patrão. Não teremos grande trabalho em reportar-nos a períodos remotos para demonstrar a nossa asserção, porque no período do domínio liberal, sete anos e alguns meses, tivemos seis presidentes e longos períodos de interinidades dos vice-presidentes. No domínio conservador, que se inaugurou a 19 de agosto de 1885, fazendo agora 3 anos, já temos nada menos de 3 presidentes e 2 interinidades.....etc. etc..."

E não fica por aí. A 9 de setembro de 1888, ainda pelas colunas de "O CACHOEIRANO" põe a calvo as mazelas imperiais, com vibrante artigo intitulado "Nossa nobreza".

A campanha republicana vai chegando ao auge com o calor dos grandes embates. Grimando de mais as suas alturas o seu emérito companheiro, Bernardo Horta, passa pelo desgosto de se ver compelido a entrar em tréguas, porque do lado oposto estava o seu pai, dr. José Feliciano Horta de Araujo.

Proclamada a República, volta Antônio Aguirre para Vitória onde e quando ainda mais se projetaria.

Afonso Cláudio foi nomeado para a primeira governança do Estado, assumindo-a a 22 de novembro de 1889.

Na imprensa local e com Antônio Aguirre, pontificam homens da estirpe de um Aristides Braziliiano de Barcelos Freire, que nos daria mais tarde essa brilhante figura espírito-santense que é o seu filho dr. Mario Aristides Freire; do porte de um Cleto Nunes, da envergadura de um Moniz Freire e do desassombro de um José Horácio Costa. Mas com a República vinham também as efervescências políticas, as mesmas eternas efervescências que ainda poluem a República de nossos dias.

Afonso Cláudio tentou um governo de apaziguamento, aproveitando até elementos adversários da véspera. Sendo-lhe

adversos os resultados colimados, procurou apoiar-se num Congresso do Partido Republicano que se reuniu a 23 de maio de 1890 sob a presidência de Torquato Moreira e do qual participavam Antônio Aguirre e Bernardo Horta. Dos trabalhos do Congresso surgiram novos dirigentes, motivando o seguinte pronunciamento de Antônio Aguirre, pelo "O Estado do Espírito Santo" de 24 de maio de 1890, conforme citação do dr. Nelson Abel de Almeida, no seu discurso de posse na Academia Espírito-Santense de Letras:

"Em resposta ao editorial d'"A FOLHA DE VITÓRIA" de 22 do corrente, cujos conceitos estão acima do que valho, tenho de dizer que nada mais sou na direção política do Estado. Não me cabem mais responsabilidades nos negócios do Espírito Santo. Resignei o cargo de direção que ocupo, com dignos companheiros da estatura moral de Bernardo Horta, e com êle resignamos os de 1.º e 2.º vice-governadores. Voltem-se as vistas para o novo Diretório eleito e para o Governador que tem a confiança de todo o Estado... Mais felizes do que fomos, é o que deseja-lhes o dr. Antônio Aguirre. 23 / maio / de 1890".

Com a renúncia de ambos, coube ao 3.º vice-Governador Constante Gomes Sudré, a substituição de Afonso Cláudio em 9 de setembro de 1899, que por motivos de saúde e também de amargas decepções, renunciou à governadoria do Estado para a qual foi na República, o primeiro a ser guindado.

Mas o afastamento de Antônio Aguirre da liça estadual, não foi definitiva. O seu acendrado amor pela causa republicana, não o permitia e em julho de 1890, com Aristides Freire e o Barão de Monjardim, fundam a "UNIÃO REPUBLICANA ESPÍRITO-SANTENSE", ligados aos dissidentes anteriores. Os situacionistas e conservadores ficaram ao lado de Moniz Freire, com o "PARTIDO REPUBLICANO CONSTRUTOR". A ala vitoriosa era a de Antônio Aguirre e a 7 de março de 1891 é nomeado governador, por Decreto-Federal, substituindo a Henrique Coutinho, assumindo o governo a 11 do mesmo mês. Era, então, aliado ao Barão de Monjardim, bafejados pelo prestígio do Barão de Lucena, o homem de Deodoro. José Candido, citado por Teixeira de Freitas, afirma que Deodoro jogava Antônio Aguirre contra Moniz Freire, porque êste o hostilizava. Com Aguirre no governo, processa-se a eleição do Congresso Constituinte Estadual e a seguir é eleito governador o Barão de Monjardim. Surgem, então, no cenário nacional, as lutas que derrubaram Deodoro e levam Floriano Peixoto ao poder. O Marechal de Ferro

prestigia Moniz Freire, enfraquecendo-se o governo do Barão. Amparada a oposição pelo titão alagoano, que chegou a mandar um observador a Vitória — Inocencio Serzedelo Correia, — investe contra o poder estadual e força a renúncia de Monjardim a 18 de dezembro de 1891. Antônio Aguirre, então 1.º vice-presidente, assume a presidência nesse mesmo dia, mas apenas por algumas horas, pois, sem forças que o sustentassem, abandonava-a no dia seguinte, para que subisse ao poder a Junta Governativa composta por Inácio Henrique de Gouveia, Graciano dos Santos Neves e Galdino Teixeira Lins de Barros Loreto.

Caía um grande líder das causas republicanas e abolicionista.

Mais tarde voltaria como Diretor do Tesouro e depois, no governo de Bernardino Monteiro, como Deputado Federal no triênio 1917/1919 e sua consequente mudança, somente durante o período, para a Capital Federal.

Já encanecido, como o conheci, volta para a capital de seu Estado.

Na seara histórica, além de um batalhador tenaz em favor das grandes causas do País, foi um dos fundadores desta Casa.

No domínio das letras, é o patrono da Cadeira número 34, da Academia Espírito-Santense de Letras, brilhantemente ocupada pelo dr. Nelson Abel de Almeida. Na imprensa foi um gigante.

No terreno esportivo, presidiu com os melhores resultados possíveis o Clube de Regatas "Saldanha da Gama".

Nos limites da saúde pública, foi o dedicadíssimo Inspetor da Saúde do Porto.

Como profissional era o médico dos pobres, profundamente devoto, bom, caritativo e humano.

Tão bom, tão amigo, tão simples, tão despido de vaidades que, ao que se afirma e me foi dito por pessoa insuspeita de sua família, era o homem que mais afilhados contava nas paragens capixabas. 915 afilhados, afirmou, certa vez, à sua filha adotiva Celina Florência.

Consultado e compulsado o arquivo de seus parentes, lá encontramos as suas "últimas vontades", em carta de 11 de janeiro de 1928 dirigida à sua família. São de enternecer. Pedia e recomendava o ilustre varão: "Caixão preto, alças de lenho enroladas de preto, nada de dourados". "Não quero flôres pois as amei muito em vida". "Não desejo coroas.. Quem as trouxer, reduza a dinheiro e entregue ao Orfanato Cristo Rei". "Desejo que meu caixão seja retirado de casa e levado à sepultura pelos quatro marinheiros, motorista e mestre da Saúde do Porto e na lancha da Saúde".

E assim se fêz. Apenas cinco meses depois, a 10 de junho dêsse mesmo ano de 1928, finava-se o saudoso capi-

xeba. A 11, o sepultamento. A lancha "OLGA" transformada em câmara ardente e na qual sempre o via a caminho dos navios que inspecionava, puxava o grande cortejo marítimo até Santo Antônio.

Ali, formado, do cais ao cemitério, esperava-o o "Colégio Americano" tendo a frente o seu diretor, Mr. Loren Reno, grande amigo do extinto, prestando-lhe a última e tocante homenagem.

Cumprindo o desejo manifestado, por escrito, o ataúde era carregado pela tripulação da "OLGA", assim constituída: Maquinista: Pedro Alcantara de Jesus; Mestre: José Nascimento; Marinheiros: Francisco Nascimento, Josino Nascimento e Manoel Reis.

Mais tarde, ir-lhe-ia fazer companhia, sob aquelas lapides brancas de mármore de Carrara, sua virtuosa esposa, D. Florência. Ao baixar à morada final, falaram: Alfredo Melo, pela loja maçônica "União e Progresso"; dr. Aristoteles da Silva Santos, por este Instituto, e João Milton Varejão em nome da mocidade e dr. Alvaro Melo, pela classe médica. Os funerais às expensas do Estado.

Sobre a campa 223, doada pela Municipalidade, lá estão os seus nomes, com a própria letra. A cruz de Cristo abençoa-a e a ornamenta. Nada mais. Simples, tudo muito simples, como simples foram em vida.

Apesar da omissão dos que conheciam e respeitaram suas últimas recomendações, ainda assim, homenagearam-no com, pelo menos, 66 corôas de flores naturais e artificiais.

O acompanhamento foi, devêras, impressionante e tocante. Tantos foram, que os seus nomes, encheram quatro colunas do "DIÁRIO DA MANHÃ".

Vamos, agora, à sua genealogia.

Seus pais:— José Antônio Aguirre e d. Rita Sudré Aguirre.

Sua irmã:— D. Rosa Aguirre Bastos, casada com José Antônio dos Reis Bastos Junior, ambos falecidos.

Tio, pelo lado paterno:— Farmacêutico João Aprigio Aguirre, falecido e que deixou numerosa prole a honrar o nome de seus antepassados e que foram e são: Comandante José do Couto Aguirre, Dr. Mario Couto Aguirre e Dr. Olinto Aguirre, todos falecidos. E mais, ainda vivos: D. Altair Horta Barbosa, casada com o dentista dr. Luiz Horta Barbosa, Ormanda Aguirre Robinson, casada com o comerciante Stanley Robinson e Maria Aguirre de Freitas, casada com o Dr. Alarico de Freitas.

Do Dr. Mario Aguirre, também saíram dignos e ilustres filhos, conhecidos e bem situados no cenário nacional e estadual. Aí estão o dr. Gildo Horta Aguirre, grande sanitarrista, sediado na Bahia; o dr. João Luiz Horta Aguirre, digno

e eficiente Vereador Municipal, o dr. Oswaldo Horta Aguirre, Promotor Público, o Dr. José Horta Aguirre, engenheiro da Cia. Vale do Rio Dôce, D. Helena Aguirre Sarlo, casada com o dr. Alvaro Sarlo, e d. Laura Aguirre Câmara, casada com o Sr. José Câmara, em S. Paulo.

Pelo lado materno, por aqui passou a figura popularríssima e querida do seu primo o dr. Arlindo Sudré, que também deixou conceituada descendência. O pai do dr. Arlindo Sudré, era irmão da genitora do dr. Aguirre. São bem conhecidos entre nós, os dignos filhos do dr. Arlindo Sudré: Raul e Cícero, aposentados da Prefeitura, Ernani e Ciro, madeiros e Zilda, conceituada funcionária estadual.

A esposa do dr. Aguirre era d. Florência Gonçalves Aguirre, filha do médico dr. Florêncio Francisco Gonçalves, com quem se casou no dia 11 de novembro de 1886 e falecida em 6 de junho de 1958. No governo do dr. José Sette, foi-lhe arbitrada uma pensão de Cr\$ 4.000,00 mensais.

Não teve filhos o casal. Mas, adotou, desde um mês de idade, a uma graciosa criança. Foi a sua filha dileta e querida. Educou-a convenientemente. É hoje a consagrada e querida professora Celina Florêncio.

Criou também e educou desde os três anos, um sobrinho de sua senhora, o engenheiro Lauro Gonçalves de Paiva, que ocupou alto cargo no Observatório Nacional onde se aposentou, residindo na Capital Federal.

— — — — —

Permiti-me, agora, um ligeiro desvio para depois voltarmos ao amago inspirador desta solenidade.

Ligado por laços espirituais a uma veneranda e santa senhora, a filantropa e filósofa NADA Glover, — em 1928 — tivemos a felicidade de receber sua visita em nosso lar, quando por aqui passava em um navio que a levaria a longínquo destino. Chegou-nos de surpresa, e ficamos perplexos quando nos disse que o seu navio estava, há dous dias fundeado ao largo da barra e que, para aproveitar o tempo e a beleza do cenário magnífico, à sombra protetora do Convento da Penha, não titubeou em se atirar às águas atlânticas, por diversas vezes, refrigeirando-se da causticante canícula. Arrepiou-se um pouco quando lhe disse que se havia arriscado a alguma surpresa desagradável da parte dos tubarões, mas

desviou o assunto e, voltando-se para os interesses da coletividade, perguntou-me, de chofre, o que estava eu fazendo nesse sentido. Nada, ou quasi nada, respondi. — Quando eu voltar, vc. poderá me dar uma resposta melhor? — Prometo disse.

Quando do seu regresso, estava fundado, em Argolas, o "POSTO MÉDICO DOS POBRES" a 29 de agosto de 1929, 6 dias depois do aniversário de Antônio Aguirre, portanto há 30 anos, entrando logo em plena atividade.

O Posto funcionava em um cômodo gentilmente cedido pelo nosso distinto amigo dr. Silvestre Lopes, em sua residência, tendo como seu primeiro médico, o dr. Pedro Feu Rosa. O seu movimento começou logo a crescer. Outros médicos vieram depois. Tratamos de construir a sede própria que se impunha. Meu saudoso pai, Joaquim Bahiense Filho, cedeu o terreno. Pouco tempo depois a casa estava pronta e em pleno funcionamento. Logo de início foi deliberado: Aqui nada será cobrado dos assistidos. Nada, absolutamente nada. Funcionando bem no centro da pobreza, pode-se avaliar o quanto cresceram os seus benefícios e também as suas dificuldades. Mas a despeito de tudo, iam progredindo e até conseguindo a ampliação do prédio onde já não funcionava um simples Posto Médico, mas uma autêntica Policlínica: Pensou-se, então, em um nome para a mesma. Condições impostas: 1.º — ser de um morto; — 2.º — ser de médico — 3.º — ser caridoso — 4.º — ser amigo dos pobres — 5.º — ser estimado por todos.

E o nome surgiu — ANTÔNIO AGUIRRE.

Reorganizamos os Estatutos, a partir de 7 de setembro de 1935. O "POSTO MÉDICO DOS POBRES" passou a se denominar "POLICLÍNICA ANTÔNIO AGUIRRE". O final de seu artigo 1.º reza:— "Policlínica Antônio Aguirre, em homenagem ao saudoso, humanitário e ilustre clínico que foi o dr. Antônio Aguirre".

Já consagrada com o nome do nosso ilustre homenageado, a Policlínica continua crescendo, e tivemos de movimentar-nos para construir nova sede, em magnífico terreno, obtido, por doação, da Leopoldina Railway. Projetado o edifício com todas as acomodações adequadas a uma Policlínica, fizemo-lo por etapas. A primeira, até a cobertura. Na segunda deixamos pronto o andar terreo e para o mesmo transferimos tudo que havia no primeiro prédio. Na terceira ultimamos o andar superior e nele instalamos e inauguramos o Hospital Infantil, honrados com a presença e com o estímulo

confortador do então Governador do Estado, nosso preclaro amigo dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg.

Diversos médicos nos têm ajudado e entre os que por ali passaram e ainda conosco colaboram, há muitos anos, destaco as figuras exponenciais, dedicadas e amigas do chefe da clínica médica, dr. Nestor Lobo Leal e João Manuel de Carvalho Filho, chefe da clínica pediátrica e do Hospital Infantil.

Lá, no saguão principal, estimulando e encorajando-nos, o retrato, em ponto grande, do nosso patrono.

Lutamos com as mais acerbadas dificuldades para, como instituição particular, atendermos aos pobres dentro das condições espontaneamente assumidas e estatutárias: Tudo gratis.

Os nossos fichados já ultrapassaram a casa dos 30.000. Eles vêm de toda parte. De diversos municípios e até do vizinho Estado de Minas Gerais. São escassos os nossos recursos, e, quando cansamos de pedir aos homens, nos voltamos para Deus e suplicamos: Ajudai-nos, Senhor! Ajudai-nos a sustentar essa obra. Ajudai-nos a manter sempre içada a bandeira de Antônio Aguirre, desse espírito-santense illustre, desse varão sublime, que sempre honrou e dignificou o seu Estado e sua Pátria. Passam e sucedem-se as gerações, corre o tempo através dos séculos, mas não fenece, não se deslustra, nem se apaga a memória de homens do porte, da envergadura e do quilate adamantino de um Antônio Aguirre.



Discurso do Dr. João Luiz Aguirre, agradecendo a homenagem do Instituto a seu illustre parente Dr. Antonio Gomes Aguirre.

Por determinação do destino, imponderável nos seus desígnios, tenho a honra e grata satisfação de me encontrar nesta casa onde se cultua o passado e se preserva a história, frente a homens que se situam em um plano ímpar na coletividade, pela sagrada e espinhosa missão de exaltar a personalidade daqueles que a possuem praticando uma triagem de valores para que os escolhidos não se diluam na avalanche de negatividade que infelizmente prepondera nas sociedades organizadas.

Pelo alto padrão moral dos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, se constitue honra inexcusável, sem a necessidade de comendas, craxás ou títulos honoríficos, a homenagem sóbria que hoje recebe o meu muito caro e saudoso antepassado Antonio Gomes Aguirre que em 23 de agosto de 1859, nascia em São Mateus, celeiro fértil de homens dedicados à sua terra e à sua pátria. Antonio Gomes Aguirre, na sua simplicidade, nunca poderia supor que um dia viesse merecer tamanha homenagem e que seu nome fôsse preservado à esponja do tempo. Em vida tenho certeza, não aceitaria Antonio Aguirre estas homenagens que hoje são prestadas à sua memória. Antes de falecer, pediu que as coroas e flôres de praxe, fossem transformadas em donativos para os pobres, — pediu mais — que seu corpo fosse transportado para o cemitério de Santo Antonio pelos catraeiros seus humildes amigos de todos os dias e de tôdas as horas e o que foi visto naquela oportunidade, foi uma demonstração de que a gratidão e a amizade não são graduadas em escala de riqueza ou posição social.

Cêrca de 200 botes, remados por catraeiros de olhos úmidos e faces maceradas pela dor, acômpanharam nos seus barquinhos aquêles que em vida soubera ser amigo. Foi o último adeus, foi a última homenagem que aquêles homens simples prestaram ao bondoso velhinho de intensos olhos azuis e cabelos brancos que diâriamente singrava a baía de Vitória aceitando a uns e outros de dentro da lanchinha "Olga", dirigida

sempre por Pedro de Jesus e tripulada pelos mestres Isidro e Josino, nas visitas que fazia aos navios que aportavam em Vitória, como Inspetor da Saúde do Porto, função que exerceu até seus últimos dias. Não posso deixar de referir sem emoção aos funcionários da antiga Saúde do Porto, Dr. Cerqueira Lima, Giton Espíndula, Dr. Zaluar Dias, Dr. Dauster e nos últimos tempos também o meu irmão Dr. Gildo Aguirre. Funcionários dedicadíssimos pelos exemplos que recebiam do estimado chefe.

Muito poucos sabem que Antonio Aguirre morreu pobre apesar de ter ocupado os mais elevados cargos administrativos e eletivos do Estado. Para atender às despesas com o enterroamento, foi necessário um movimento entre amigos e parentes. Assim foi Antonio Aguirre, esbanjou bondade em vida, sempre prestimoso e sem se preocupar nunca com o dia de amanhã, pois sendo bom por natureza, tinha certeza de possuir bons amigos como realmente possuía e possui até hoje.

Sem me fixar em outras facetas da vida pródiga de Antonio Aguirre, muito bem focalizadas pelo Dr. Norbertino Bahiense, desejo, finalizando, apresentar em nome da família do homenageado e também em meu próprio nome, os melhores e mais sinceros agradecimentos pelas justas homenagens que hoje são tributadas, como um preito de reconhecimento às qualidades reconhecidas e gravadas para a posteridade, pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, ao Dr. Antonio Gomes Aguirre.

ANTÔNIO AGUIRRE

Mário A. Freire

Viajando pelo Espírito Santo precisamente há um século, Biard, pintor estrangeiro, que frequentara a Corte, no Rio, e presenciara inúmeras discussões políticas, referia a suposição de estar o norte trabalhando por idéias separatistas, de fundo republicano, regime que as dificuldades das classes agrícolas prenunciavam talvez próximo...

A Fala do trono de setembro de 1859, no encerramento da sessão legislativa, anunciava a próxima visita dos imperantes ao norte, até a Paraíba. Iniciando-a pela Bahia, os soberanos chegaram ao Espírito Santo, na volta, em janeiro seguinte. O Imperador, que foi a Linhares, deixou de conhecer a prospera e tradicional cidade de S. Mateus, onde, pouco antes nascia Antônio Aguirre, um dos mais ardorosos e entusiastas propagandistas capixabas da República.

Concluído o curso primário na Capital desta então Província, estudou no Rio o curso secundário; e, após ligeira passagem pela Escola Politécnica cursou a Faculdade de Medicina onde se diplomou em 1884. Jovem médico, em abril de 1885, reunida uma comissão dos melhores profissionais de Vitória sustentava, juntamente com o ilustre Dr. Cerqueira Lima, não serem os cemitérios urbanos, cuja mudança o governo projetava fazer, os focos principais da insalubridade desta atrasada urbe provinciana.

No ano seguinte, em outubro, ocupava-se da instrução pública, e proferia a respeito uma conferência no "Grêmio Bibliotecário" de Cachoeiro de Itapemirim.

Incansável, promoveu lá, com Rodolfo Henrique Batista, a 1.^a Exposição Regional da Comarca de Itapemirim, iniciativa que levou "O Cachoeirano" a divulgar-lhe o catálogo, em edição especial comemorativa a 15 de dezembro de 1886.

Com Bernardo Horta, outro notável republicano, assumiu em 29 de julho de 1888, a redação do referido periódico, imprimindo-lhe cunho partidário, orientação que determinou o



Antonio Aguirre

afastamento daquele, para não estabelecer polémica com o pai, proeminente membro do partido conservador.

Fundado a 23 de maio de 1887 o Clube Republicano do Cachoeiro, Aguirre, secretário na primeira diretoria, foi eleito presidente do Clube, na sessão comemorativa do primeiro aniversário da fundação. No arquivo de Saldanha Marinho, entre outros officios enviados de lá por Bernardo Horta, secretário, lemos o de 9 de junho comunicando essa eleição e o início das conferências de propaganda. A 26, vinha a lista dos 37 primeiros republicanos daquele município e o nome dos representantes do clube ao congresso do partido. Aguirre sustentava ser necessário excluir os partidários que favorecessem a eleição de candidatos monarquistas. Em setembro promoveu no Cachoeiro um congresso provincial republicano, com a adesão de mais de dez clubes, e fez esteriotipar a 4.^a edição de "A República Federal", de Assis Brasil. O congresso elegeu-o membro da comissão permanente do partido na Província.

Fazendo nobremente justiça aos dois citados propagandistas, Afonso Cláudio, depois, o mais autorizado deles, assim descreveu o trabalho de Antônio Aguirre: — "Era um demolidor pertinaz, sempre calmo e persuasivo; por efeito da profissão, dir-se-ia, ao vê-lo na tribuna das conferências ou nos comícios ao ar livre dissertando sobre o republicanismo, que se afanava na extirpação da velha urze política, como se fizesse, na clínica, a ablação de um quisto incômodo". E acrescentou: "Médico da pobreza, insinuante, perseverante, incansável, mas acima de tudo calmo, não havia fadiga que o vergasse; êsses dons, de par com a lhaneza do trato social, o desprendimento e a simplicidade das maneiras lhe asseguraram a estima do povo, em cujo contato estava".

Quando a República organizou as primeiras secretarias do governo estadual, coube-lhe a de Finanças.

Redator de "A Fôlha da Vitória", Aristides Freire reportava-se a numerosas queixas que recebera de S. Mateus, contra o serviço da revisão do alistamento eleitoral, e ausente o Governador, apelava para Aguirre, cujo passado enalteceu e era natural daquela importante localidade. A resposta imediata, mostrou-o tendo ido estudar a lei eleitoral para apontar os recursos cabíveis. Parece ter sido o começo de uma amizade que perdurou, profunda e sincera, até que coube a Aguirre assistir, em 1922, aos derradeiros instantes daquele jornalista.

Reunido dias depois, na Capital, um congresso constituido de 17 partidários aprovou a política de apaziguamento dos políticos, como o Governador vinha praticando. Coerente com o que sustentara, em 1888, Antônio Aguirre e Bernardo Hor-

ta renunciaram os cargos de vice-governador, em carta divulgada a 24 de maio de 1890. Foi então eleito novo diretório.

A 18 de julho de 1890, Antônio Aguirre fundava com o Barão de Monjardim, da antiga facção liberal, e Aristides Freire, do extinto partido conservador, a União Republicana Espírita-santense".

Nomeado Governador por decreto de 7 de março de 1891, do Governo Provisório da República, assumiu a administração a 11. A 6 de junho o Congresso Constituinte o elegeu Vice-Governador. Chamado a assumir o governo, em grave conjuntura, no dia 18 de dezembro, foi deposto a 19 pelo 32 batalhão de infantaria, cuja officialidade, em boletim impresso e largamente distribuido, reconheceu-lhe a bravura e se declarou enganada pelos políticos para o que fizera.

Enquanto o "Comércio do Espírito Santo" foi órgão da "União Republicana", publicado sob a responsabilidade de Aristides Freire, um dos principais redatores foi sempre Antônio Aguirre. A "União Republicana" desapareceu com a organização em 1896, do Partido Republicano Federal.

Nesse ano, um surto de cólera-morbo, no sul do Estado, revelou a todos a dedicação de Antônio Aguirre como devotado profissional.

No começo do ano letivo de 1898 o Ateneu Diocesano, de vida efêmera, cerrou as portas. Tendo desaparecido antes o Colégio S. Carlos, ficaram os meninos capixabas, em idade ginasial, sem recursos. Nessa emergência, Antônio Aguirre buscou Aristides Freire, que fôra também professor e, apontando para o filho que este conservava sem saber para onde encaminhá-lo, animou o antigo pedagogo a fundar, com êle, o "Ateneu Santos Pinto", aberto a 1.º de junho de 1898. Nêsse colégio, sem o menor interêsse, Aguirre logo se revelou excelente professor de Francês e de Inglês.

Longos anos Inspetor da Saúde do Pôrto, em Vitória, a política novamente o atraiu em 1919, quando foi eleito deputado federal e integrou na Câmara, a comissão de obras públicas.

Sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, em 1916, é patrono da cadeira 34 da Academia Espírito-Santense, de Letras.

Esse o notável capixaba cujo centenário de nascimento o Espírito Santo sinceramente comovido celebra.

ANTONIO AGUIRRE — JORNALISTA

Mário Freire

Fundado em 1891, como órgão da "União Republicana Espírito-santense", o Comércio do Espírito Santo voltou três anos depois à responsabilidade de Aristides Freire, uma vez verificada a dissidência do barão de Monjardim, fundador do partido Autonomista, com um periódico que assim denominou. Antônio Aguirre continuou com o antigo companheiro de diretório da União; e, co-proprietário do jornal, jamais deixou de comparecer-lhe à redação, à rua Duque de Caxias, 22, na altura do atual Edifício "Silva". Em 1894, a indicação de nomes à Câmara Municipal de Vitória está assinada por ambos.

A campanha oposicionista por parte do "Comércio" foi sempre nos mais elevados termos, mesmo quando o projeto n. 7, de 1894, pretendeu a reforma da Constituição, para reeleição do Presidente Muniz Freire. As palavras do modesto diário capixaba repercutiram então na imprensa do Rio. Rejeitado o projeto, Aguirre, na ocasião em Guarapari, assim telegrafou a Aristides Freire, em 11 de dezembro: — "Felicit-o pelo triunfo jornalístico". Dessa campanha resultou virem para oposição dois operosos deputados estaduais — Vlademiro da Silveira e Antero de Almeida. Este, também jornalista, por ter as mesmas iniciais de Antônio Aguirre, dificulta identificar hoje artigos de um ou do outro. De Aguirre, deviam ser o artigo de 27 de junho, por ocasião do assassinato de Sadi Carnot, presidente da França; e o da saudação de 4 de julho aos Estados Unidos.

A 18 de janeiro de 1895, os dois representantes do diretório da "União" firmavam três períodos de incisiva declaração: — não haviam mandado propôr acôrdo algum ao chefe do partido Autonomista.

A 13 de fevereiro desse ano, o "Comércio" noticiava o seguinte: — Ainda uma vez, o Dr. Antônio Aguirre vem prestar os serviços de sua profissão, nas dificuldades em que se encontra o município da capital, invadido pelo febre amarela. É escusado dizer que, no ano passado, em comissão idêntica, cedeu a corporações beneficentes as vantagens do cargo que ocupou".

Assim sempre foi o Dr. Antônio Aguirre.

Em março de 1895, delegado do 6.º distrito de Higiene,

proibia mediante editais, inacreditáveis práticas anti-higiênicas mesmo na capital. Para extinção de focos fêz iniciar visitas domiciliares, quando a Inspetoria aguardava, do Rio, estufa e aparelhos apropriados para desinfecção. A 12, seguiu para o Sul, com 80 praças do Exército, e trabalhou em Guarapari, Benevente, Piuma, Alfredo Chaves e Rio Novo. Confiou a clínica a um distinto colega que, ao deixar depois Vitória, em 1896, por sua vez, recomendou-a à clientela que tinha. A 13 o "Comércio" o divulgava : — "Nosso dedicado amigo e companheiro de luta, Antônio Aguirre, seguindo a serviço de sua profissão para Benevente, aonde o leva o sagrado dever do concurso nas tristes emergências em que se acha o sul do Estado, pede-nos para dar ciência que seu ilustre colega Dr. Goulart de Souza o substituirá durante sua ausência da capital".

De grave irregularidade, que ainda em 1896 agitava o fôro do Espírito Santo, a redação dêsse diário deixou de comentar certos incidentes, pelo muito que lhe merecia o mesmo amigo e companheiro, a cujo conhecimento haviam chegado de modo muito particular.

Assumindo a direção eventualmente, em artigo de 2 de julho de 1895 lembrou como havia previsto, em "O Cachoeirano", a preterição de republicanos históricos, por velhos políticos monarquistas. Citou Bernardo Horta — Alma da propaganda republicana; Diogo Amorim — personificação da pureza de caráter;; Pedro Cunha — intemerato companheiro da antiga comissão permanente do partido republicano, sempre pronto para todos os sacrifícios. Salientou os esforços do Grêmio Bibliotecário e os cachoeiranos, em geral, nunca surdos, se convocados, para obras de progresso ou idéia adiantada. Em outro artigo, defendeu a idéia de uma subvenção do Estado às grandes companhias que traziam transatlânticos a Vitória, para que não cessasse essa prática. A 18 de julho, excelente apreciação do panorama republicano daqueles dias. A 3 de agosto, enérgica repulsa ao "Estado", que procurava explorar os sentimentos de numerosa colônia italiana, a propósito das críticas às obras de drenamento do Campinho, por profissionais daquela procedência : fêz então justiça a antigos companheiros italianos da propaganda. A 11 de outubro, insistindo naquela necessidade de subvencionar as companhias estrangeiras para que não deixassem de trazer à Vitória seus grandes navios, repelia insinuações, acentuando o seu desprendimento de republicano convicto e a franqueza com que falava quem dedicára energias de jovem ao Estado do qual jamais buscara recompensas; queria somente, levar avante, afirmava, seu ideal republicano. A 15 e 19 de novembro criticava o manifesto dos monarquistas, que pretendiam formar partido, mas concluia assim : — "Tudo pela lei; respeito às convicções de outrem; seriedade e honestidade em negócios públicos".

A 22 de setembro de 1896 assinava uma nota contra o jornalista que, no exercício cumulativo de Promotor Público, com funções de Curador de Órfãos, e ainda de Procurador da Fazenda, procurava agredir o redator que, dias antes, iniciara uma série de artigos contra tais acumulações.

Na inauguração do primeiro trecho da Sul do Espírito Santo, coube a Aguirre entregar ao respectivo engenheiro-chefe Inácio de Oliveira, como êle, de S. Mateus, a caneta de ouro com a qual assinou a ata, oferta dos proprietários do "Hotel d'Europe". : — Antônio Nascimento e João Pedro.

Dêle, a notícia de haver cessado a guerra civil no sul. Transmitida em telegrama do Rio, a 24 de agosto de 1895 foi divulgada em boletim do "Commércio" : — "A cidade está em festa pelo fato da pacificação. Viva a República". (ass.) Antônio Aguirre.

Animador do desenvolvimento da pitoresca Vila Velha, quando a primitiva empresa de navegação ameaçou suspender as viagens para lá, como fêz, Aguirre promoveu a imediata organização da Companhia "Vasco Coutinho". E, restabelecidos os transportes por aquela, a nova empresa ou sociedade anônima entrou em liquidação, foi um dos membros incumbidos da liquidação e, por último, liquidante, convocava a todos os acionistas para receberem, na redação do Commércio, o que a cada um coubera.

Nunca o preocupou a remuneração dos serviços que dedicadamente prestava. Em 1894 e 1895, presidia uma das comissões seccionais do alistamento eleitoral, ao mesmo tempo que ocupava a mordomia da Santa Casa, e presidia o Clube Atlético. A Sociedade Auxiliadora sempre o teve entre os seus mais prestimosos sócios. Vi o nome dêle lembrado pelo comércio de Vitória, em 1896, para Governador Municipal, função naquele tempo gratuita.

Deixei-o em 1904, com meu saudoso Pai, na direção do único ginásio de Vitória, o Ateneu Santos Pinto, onde, sem a menor remuneração, lecionava Francês e Inglês.

Assim era Antônio Aguirre.



INAUGURADA A GALERIA DOS PRESIDENTES DO INSTITUTO — POSSE DO DR. JOSÉ PAULINO ALVES JUNIOR

Em sessão solene realizada no dia 23 de maio de 1959, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo inaugurou a Galeria de retratos dos seus Ex Presidentes.

Foi singela mas expressiva a cerimônia, tendo falado, na ocasião, o Senhor Presidente Ceciliano Abel de Almeida, que pronunciou a seguinte oração, vivamente aplaudida:

A 12 de junho de 1916 reuniram-se em uma das salas do edifício do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo, como então se denominava a atual Assembléia Legislativa, cedida para a fundação e sede provisória de uma associação cultural destinada ao estudo da história nacional e geografia, especialmente no que se referisse ao Estado do Espírito Santo, além dos promotores da idéia — Drs. Antônio Francisco de Athayde, Carlos Xavier Paes Barreto e Archimimo Martins de Mattos, quarenta pessoas de alto relêvo incluindo o representante do presidente Dr. Bernardino de Souza Monteiro.

Nessa reunião combinou-se: —

- a) — que se chamaria Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo a associação que se ia fundar;
- b) — que ficariam vigorando provisoriamente os estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;
- c) — que fôsem considerados sócios todos os que compareceram à reunião;
- d) — que fôsse designada uma comissão para organizar os estatutos definitivos.

Na segunda reunião do Instituto realizada a 28 de abril de 1917 foram apresentados os estatutos cujo relator foi o Dr. Araujo Primo e, a terceira reunião, que se verificou no dia imediato, foram discutidos, artigo por artigo, e por fim aprovados com as emendas aceitas.

E assim nasceu este Instituto, cujo patrono é o espírito-santense Domingos Martins, um dos chefes da revolução de

1817. Tem crescido silenciosa e vagarosamente. Tem vencido crises áspers, duras e apinhadas de dificuldades. A princípio, sem ter séde própria, valeu-se da acolhida do Congresso Estadual até que, em 1941, foi lavrada no Cartório do 4.º ofício do Dr. Waldemiro da Silva Santos a escritura de doação, dêste prédio em que está funcionando, feita pelo Govêrno do Estado, legalmente autorizado pela lei n. 1515 de 30 de junho de 1925, sendo presidente do Instituto o dr. Celso Calmon Nogueira da Gama.

É por excelência esta associação cultural a Casa do Espírito Santo. Aquí se tem pesquisado, reivindicado, esclarecido o passado de nossa terra meticolosamente, em todos os escaninhos.

Esse passado dignificante de esforços de lutas indescritíveis perdura por quarenta e dois anos e há de perdurar porque temos fé em que êste Instituto jamais se extinguirá. Vinte e uma diretorias com zêlo já dirigiram os seus destinos. E neste momento reconhecemos e proclamamos a pesada e contínua tarefa, que por elas, galhardamente, foi executada. E é justo, pois, que homenageemos as diretorias pretéritas dêste Instituto, representadas por seus nobres, e denodados, e inesquecíveis, ex-presidente inaugurando a galeria de seus retratos.

A seguir, agradeceram, em nome das famílias dos ex-Presidentes, falecidos ou não, os senhores: Cassiano Castelo Filho (em nome da Família do seu ilustre genitor); Adherbal Athayde Guimarães (em nome da Família do saudoso Dr. Antônio Francisco Athayde) e o Desembargador Manoel Xavier Paes Barreto Filho, representando o eminente consócio Desembargador Carlos Xavier Paes Barreto e os demais homenageados.

Na mesma sessão solene, após a cerimônia da inauguração da Galeria dos ex-Presidentes, realizou-se a posse do novo consócio Dr. José Paulino Alves Junior.

Recebeu o consagrado beletrista patricio, o orador oficial do Instituto, Professor Nelson Abel de Almeida. Ambos os discursos foram entusiasticamente aplaudidos.

INAUGURAÇÃO DA GALERIA DO PRESIDENTE DO I. H. G. E. S.

Foi a seguinte a oração do Desembargador
Paes Barreto Filho :

É sempre com unção religiosa que transponho os humbrais vetustos desta Casa que tem a atenção voltada para a magnificência rutilante da nossa história.

As estantes empoeiradas guardam para as futuras geração a documentação preciosa, as pesquisas trabalhadas.

Os quadros com molduras díspares, que se acotovelam nas paredes silenciosas, evocam variados figurantes dum mundo que já vai longe.

Aquêles grupo de fotografias, que parece retratar terras estranhas, reproduz trechos curiosos da nossa ilha pequenina e evidencia a capacidade de um povo que, à semelhança dos holandeses, tomou parte do mar para construir as suas avenidas agigantadas.

Ali está uma mostra da operosidade do capichaba que atacou os morros ingremes, estrondou as rochas e aterrou os mangais próximos para decuplicar a área da sua cidade.

Quadros simples e desbotados agasalham gigantes de outróra.

Os numes do passado aqui revivem para o esplêndor do presente.

Tudo aqui é evocação. Tudo é culto da terra e dos homens.

Justa, portanto, a atitude respeitosa com que sempre penetro nessa ambiência augusta tão conspícua, nessa Casa de altos estudos e tanta devoção ao solo dadivoso.

O emerito presidente do Instituto Histórico e Geográfico, admirável padrão de honorabilidade, silhueta singular de educador, engenheiro de raras qualidades com remarcados serviços prestados á comunidade e enfiatura moral que tanto se agi-

ganta pelos dotes morais e intelectuais que exornam a sua simpática pessoa — resolveu, com aquêl irreteovível senso de Justiça, que o caracteriza, — tributar uma homenagem simples e profunda a todos os antigos dirigentes desta veneranda Casa.

E aí enfileira, na quietude mansa desse sodalício, figuras que evocam um pouco do passado da terra e um pouco das nossas glórias.

Eles ajudaram, inegavelmente, a construir o radioso Espírito Santo de hoje.

A todos êsses varões ilustres eu tive a honra de os conhecer. A parca inviolável e traiçoeira já nos furtou a alguns. Outros continuam a trabalhar pela coletividade, a incentivar o culto da terra abençoada.

Antônio Francisco de Ataíde, Arquimimo Matos, José Batalha Ribeiro, Cassiano Cardoso Castelo, Celso Calmon Nogueira da Gama e Artur Lourenço de Araujo Primo — presidentes dêste Instituto têm um lugar reservado na nossa devoção, pelas remarcadas qualidades que possuíam pela pujança da sua atividade social.

E Carlos Xavier Paes Barreto, Arnulfo Matos, João Manoel de Carvalho, Americo Ribeiro Coelho, Euripedes Queirós do Vale e Ceciliano Abel de Almeida (que ali não se encontra por intransigência do atual presidente, mas está reinando no nosso coração por direito e por Justiça) — todos esses que gozam da fortuna da vida — são, inegavelmente, credores da nossa admiração pelo muito que fizeram pela progressividade da gleba e pelo incremento dado ao estudo da história.

Delegou-me o Desembargador Carlos Xavier Paes Barreto a honrosa incumbência de representá-lo nesta emocionante festividade.

É com carinho todo especial que me desincumbo dessa missão gratíssima, eis que, não obstante o parentesco que me liga afeiçoadamente ao homenageado, eu me acostumei, desde cedo, a admirar os seus talentos como historiografo, como publicista, como magistrado, como orador, como jornalista, professor e jurisperito.

Ele sempre amou essa Instituto que ajudou a fundar e e, atualmente, o unico membro da comissão promotora que ainda vive.

Ele foi o orador que na sessão de instalação — há quarenta

• dois anos passados — justificou para a intelectualidade capichaba, reunida festivamente na Assembléa Legislativa, os motivos diretores da fundação do grêmio que iria preliar pelo estudo da história e destacar o nome daquêles que haveriam de se projetar para o futuro como obreiros remarcados do passado.

Nobre foi a Casa conferindo-lhe, cinco anos depois, o título especial de Orador de Honra e, mais tarde o de Presidente de Honra.

Em vários certames de Geografia êle representou o Instituto e aqui mesmo promoveu a reunião, com repercussão em todo o território nacional, do VIII Congresso Brasileiro de Geografia, para o qual apresentou teses de inegável valia.

Carlos Xavier sempre foi um delicado enamorado da história capichaba, sempre venerou esta terra que o acolheu tão maternalmente e é o berço sacral da sua espôsa amantíssima e dos seus filhos diletos.

Sòmente a crueza do destino impiedoso lhe impediu que viesse comungar com tão conspicuos confrades, nessa hora suave de recordação e esplendor.

O seu pensamento, porém, está todo êle voltado para o Instituto Histórico e Geográfico, para os ilustres companheiros de jornada e para êsse falangiário das boas causas que é o presidente Ceciliano Abel de Almeida.

Seja-me permitido, com emoção incontida e alegria íntima desbordante, manifestar à Casa os agradecimentos profundos de quem está apartado por imposições dos fados, mas que vive com os sentidos voltados constantemente para o Espírito Santo e seu povo.

Em nome de Carlos Xavier — as homenagens da sua entranhada estima e da sua quantiosa admiração ao venerando Instituto Histórico e Geográfico.

E, em virtude de autorisação que recebi há poucos instantes, trago á Presidência, também, a gratidão de todos os homenageados, presentes alguns e representados por sua família outros.

Êles se declaram sensibilizados e vencidos pela distinção excelsa de se enfileirar na nobre e estimável Galeria dos Presidentes.





Romaria cívica ao monumento a Domingos Martins, no dia 12 de maio. À esquerda: o Governador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, Darcy Queiroz (Secretário do Interior e Justiça), Desembargador

AS VOZES DOS BRONZES

Discurso de posse, a 23 de maio de 1959, do
Dr. José Paulino Alves Junior.

Aqui estou. Eis que aqui me encontro entre vós, recebido com tanta cortesia, numa festa de intelectualidade e teor social, a que não faltou a comparência das mais altas autoridades, civis, militares, judiciárias e eclesiásticas do Estado do Espírito Santo.

É-me grato, neste dia que marca, aliás, em nosso calendário cívico, a gloriosa efeméride da colonização, ter definitivamente ingresso no Instituto Histórico e Geográfico, sob o patronato de Domingos Martins, para, de futuro, em meio de tanta gente culta, e (por que não dizê-lo?) já estimulado pela investidura que me dá a condição de membro dêsse sodalício, poder trabalhar, também, numa esfera de atividade intelectual, consentânea com a minha formação. Aqui estou, trazido pela mão amiga de Norbertino Bahiense, o que, sobremodo, me honra. Sendo Norbertino Bahiense quem é, como historiador notável, autor de obras apreciadas que honram a literatura, nesse setor de atividade cultural, além de outros atributos peregrinos da inteligência e excelsa qualificação, como homem e cidadão, — é claro que êsse fato, de per si só, bastaria para enobrecer-me. Sou-lhe grato, e também a Nelson Abel de Almeida, cujas palavras, no ato de recepção, muito me confortam. Se exígua tem sido, até agora, a minha obra no que diz respeito a trabalhos de índole histórica, quase que restringida essa obra à divulgação de feitos romanceados na auréola da ficção, guardando todavia o substrato da verdade, — posso, entretanto, nesta hora solene, assumir o compromisso de continuar a trabalhar pelo adiantamento espiritual do Estado do Espírito Santo, que me sucede em lugar daquele do nascimento.

Era meu intento, no dia de hoje, trazer à vossa consideração trabalho de mais fôlego, atinente à obra construtiva dos Jesuitas no Espírito Santo; depois pensei em estudar os fatos relativos ao naufrágio ocorrido com o poeta fluminense Fagundes Varela, na Ponta dos Castelhanos, município de Anchieta, onde fui juiz. Está visto que, a pretexto de fato que poderia parecer insignificante, subjacentemente

se agradariam outros, na mesma corrente de idéias, porque outros naufrágios houve (e tantos foram os navios que se perderam nos baixéis das imediações: Piuma, Guanabara, Cabo Frio, Rio Itapemirim, Faria Lemos, Belúcio, etc. etc.) e isto daria margem a estudos da região, em todos os aspectos ambientais, para os conseqüências da Geografia, da História, da Sociologia. Depois, por sugestão de Norbertino Bahiense, a quem consultei a respeito, como autoridade no assunto, quis restringir os estudos à Igreja de Araçatiba, já em ruínas, e, também, aos escombros do chafariz, obra dos Jesuítas, existente em Viana, à margem da estrada de rodagem. Teriam sido excelentes temas esses, a que não faltariam subsídios de ordem literária, principalmente. Mas o afã não fôra de literatura, senão de história. E o nosso ilustre e venerando presidente Ceciliano de Almeida, homem digno de acatamento, por todos os títulos, manifestou claramente a vontade de que eu fôsse recebido, improrrogavelmente, nesta data, — e, dêste modo, senti-me compelido; bem ou mal, aqui me encontro.

Pôsto que aposentado, ainda não consegui pôr ordem na minha vida, no sentido material, a fim de possibilitar os meus trabalhos no futuro, na esfera da atividade literária, a que me quero dedicar, como outra maneira de ser útil ao Espírito Santo e ao Brasil, da mesma feição que o fiz, embora sem brilho, mas com honra, no magistério e na magistratura.

Foi obediente à injunção dêsses fatos que optei, em face, principalmente da angústia do tempo, pelo tema — “A Voz dos Bronzes”, que vai ser objeto de dissertação.

Está fazendo 9 dias hoje, pois o que vou contar-vos sucedeu em 14 de maio dêste ano de 1959, às 13 horas, na Praça Oito, nesta cidade... As cousas que se narram, se dispostas assim, segundo a ordem natural, nas relações exatas de lugar, dia e hora, ficam como que mais abalizadas convenhamos...

Está fazendo nove dias hoje, estava eu a conversar com um amigo, quando se aproximou de nós o sr. Sidney Miranda Costa, cidadão que conheço dos meus tempos de Guarapari. Se vos dissesse que êle nos abordou, naquele instante, fôra frase encontradiça em livros e jornais, e imitada do francês, — e eu a repudiaria solenemente, porque infensa ao meu nacionalismo que começa aí, nas cousas de linguagem. Digo, neste caso, com simplicidade e exação, que êle se aproximou de nós, e, dirigindo-se a mim, sem ambages e puridades, foi logo afirmando que tinha, para mostrar-me, certo objeto de que eu iria gostar. Pediu-me então que o acompanhasse até ao estabelecimento comercial “Flor de Maio”, situado na mesma praça, a fim de vermos um objeto de valor artístico e interesse histórico. Assenti, de bom grado.

Acompanhei-o até aos fundos da loja, onde êle penetrou com desembaraço. E, apanhando, numa mesa próxima, um objeto cuidadosamente envolto em papel de luxo, mostrou-me, dentro dum estôjo, um castiçal de bronze, hierático e pesado.

— “Que é isto?” — indaguei curioso.

E o Sidney explicou:

— “Êste castiçal, que o sr. está vendo aqui, fui quem o adquiriu das mãos de Julião Lino, residente em Anchieta...”

— “E daí?” — perguntei, de novo, já espicaçado na minha curiosidade.

— “Êsse Julião Lino, por seu turno, — continuou êle, — obteve êsse objeto das mãos dum preto, de apelido Benedito Tatão.”

— “Mas, que importância tem isso, Sidney?” — insisti.

— “Ora, Doutor!” — retrucou êle. “Êste castiçal foi encontrado pelos homens que procediam, há muitos anos passados, por ordem de Joaquim Loureiro e consentimento do Padre João Arriague, (que Deus tenha na sua glória!) às excavações na igreja feita pelos Jesuitas, em Benevente.

— “Ah! Muito bem!” — disse-lhe eu, já muito satisfeito. “Se assim fôr, êste castiçal terá valor histórico... Mas a dificuldade está na falta de algum sinal autêntico, ou inscrição nele,” — acrescentei, sem obtemperação.

— “Sim!” — disse êle. “Mas as relações de causalidade podem-se estabelecer, também, pelo exame da textura do bronze, estudando-se-lhe, na liga, os elementos de composição, quantitativamente. O sr., naturalmente, sabe que a liga tem variado em proporcionalidade, nos tempos e nos lugares, segundo os fins a que se destinam os objetos: o bronze de um sino, por exemplo, não terá a mesma relação de quantidade, nos elementos de feitura, que o bronze, destinado a ser canhão, ou objeto de arte...”

— “Não há dúvida, Sidney”, — concordei. “Mas... não haveria outro jeito de provar, mais exequível: o testemunho, por exemplo, de pessoas altamente qualificadas?”

— “Isto é possível, Doutor! Neste sentido é que venho invocar a sua ajuda, bem como a do Des. Queiroz do Valle, a quem, igualmente, já falei, a respeito do que pretendo fazer.”

E foi então que o sr. Sidney Miranda Costa (que deve estar presente a esta solenidade) contou o seguinte episódio:

Duma feita, havendo êle mostrado a D. Helvécio Gomes de Oliveira, glória do episcopado brasileiro, êsse castiçal, — o venerando antistite, que, nessa ocasião, como é costume, passava temporada de verão, na cidade de Anchieta, — pequena, mas dêle muito amada, — deteve-se, longamente, a mirar êsse objeto, afagando-o na ternura das benfazejas mãos, num estado de evidente comoção. Depois, com voz firme, D. Helvécio ordenou:

— “Fala, Castiçal! Fala!”

Lembrou-me, nesse lance, o que aconteceu a Michelangelo Buonarrotti.

Diz Romain Rolland, no conhecido livro “La Vie de Michel-Ange”, que as obras mais perfeitas do genial artista, aquelas que realizam, melhormente, o equilíbrio das paixões e da vontade, são *Moisés e Os Escravos*.

Como sabeis, *Moisés* era uma das seis figuras colossais, feitas para o monumento funerário do Papa Júlio II; essa obra imortal está na Igreja Santo-Pietro-in-Vincoli, na Cidade Eterna.

Em verdade, para a maioria dos críticos de arte, é nessa obra que está a revelação maior da sua genialidade. Contam que, quando Buonarrotti a terminou, ocorreu fato extraordinário. Michelangelo, embevecido, contemplava a própria obra, a certa distância, de braços cruzados. Mas, de repente, olhos desorbitados, fitos na estátua, como que espavorido, começou de empalidecer... Aquelas formas anatómicas eram humanas, perfeitíssimas. A estátua parecia ter alma. Palpitava nela uma individualidade consciente. Havia, naquele bloco frio de mármore que o seu gênio plasmara, um frêmito de vida, um clamor tão grande de realidade, que o artista não pôde conter-se. Encaminhando-se, às tontas, para a estátua, já aureolada, naquele momento, de fulgurante prodígio; transfigurada, já então, na majestade do vulto de olímpica excelência na serenidade das formas; nimbada, não se sabe por que, da claridade vivificante do mistério que anima os seres, — empunhou Michelangelo, na dextra crispada, em estado convulsivo tremendo, o escopro, que era o instrumento da sua glória, e bradou alucinado:

— “Parla!”

Isto ocorre a todos que buscam o mundo inquietante dos mistérios. Eu, também, quis que o tempo me desse, nas cousas feitas de bronze, — fôsem sinos, canhões ou estátuas — a auréola de mistério que lhes exalta a expressão de vida. E elegi o tema: AS VOZES DOS BRONZES.

Que sedutor e empolgante é êle!

E recordei... Foi no dia 13 de dezembro de 1501, dia de Santa Luzia, que as naus de Américo Vespúcio chegaram à baía de Vitória. Daí, o desejo de visitar a capela de Santa Luzia, (que não é, aliás, dessa época), já hoje em dias convertida em Museu de Arte Religiosa. Quis ver os sinos que lá estão no campanário. Quis ver aquêl outro que pertenceu à Igreja da Misericórdia... aquêl que tocou rebate, na irrupção dos franceses, em 1561, e está rachado. Contemplei-o, demoradamente, na disposição de sentimento à ternura, de ânimo movido pelo que via, e, principalmente, por aquilo que não podia ver.

E disse de mim para comigo, no exalçamento do amor ao passado:

— “Ah! Se os sinos falassem! Ah! Se todos esses objetos de bronze — sinos, canhões e estátuas — contassem a própria história!”

Há sábios que dizem que isto é possível. Por mais estranho que isto nos possa parecer, afirmam eles, na pre-emptoriaidade das convicções filosóficas e científicas, que, na estruturação física de todos os objetos os quais os homens criaram, pelo poder da arte e da ciência, ou dos quais se apossaram, ou com os quais estiveram em contacto, estão, em latência metaetêricamente estratificados, não só a história dos episódios geológicos, paleozóicos, arqueológicos, conforme o caso, senão ainda os próprios acontecimentos humanos. Se nos fôsse possível surpreender, por processo supranormal de perquirição, o ementário de vibrações constitutivas das expressões cósmicas, — debruçando-nos ansiosos, na inquietação da pergunta, sobre a frialdade das pedras ou sobre o silêncio majestoso dos bronzes — poderíamos lograr, numa revelação transcendental, o conteúdo dos eventos, no relato da vida que passou, — e, então, essas pedras e esses bronzes falaria... Fôra então o caso de dizer como o poeta: *Sunt lacrymae rerum*. Entretanto, para mim, isto é impossível. Contento-me, pois, com rever em imaginação.

E pus-me a excogitar.

Se pudéssemos ouvir os velhos sinos da capelinha de Nossa Senhora do Rosário, a repicar por festa e sinal ruidoso de alegria, quando Antônio Mota levava às costas a imagem de São Benedito; se, de novo, na vibração do rebate, pudéssemos ouvir, no mesmo alvoroço cantante, os sinos do Convento de São Francisco; se pudéssemos ouvir, não somente esses, senão todos, na orla da praia ou pela terra a dentro, postos nos campanários solitários, que branqueiam no cimo das colinas, — principalmente nas horas dramáticas de calamidade pública, rebelião ou morte, — então isto fôra milagre de restituição que a morte faria à própria vida

E esses bronzes seculares, — uns que eu via, outros que eu não podia ver — numa acúsmata de sonoridades, puseram-se a repicar, ora festivos, ora lamentosos... de novo, alegres; ou, de novo, tristes; desordenados, no ululo dos rebates, agora; e, pouco depois, sem voz rugidora, como na suavidade do entardecer, na hora elegíaca da Ave-Maria...

Rendi-me à sugestão!

Era o clamor dos sinos nas ermidas brancas, nesta região bendita, “vilão farto” de Coutinho, exalçada no louvor de Afonso Braz, — e merecidamente, — porque acomodada aos interesses do céu, pela ação nobilitante dos Jesuitas... Era o clamor dos sinos, na circunscrição político-administra-

tiva de outrora, quase a mesma na atualidade, das margens do Mucurici às do Itabapoana, na beira do mar ou na penetração de Oeste...

Era o clamor dos sinos, em toda parte, a começar do topo da colina, onde está hoje a Catedral, mas foi, outrora, a capelinha humilde que se erguera, — no alto, — para ser almenara da fé e fazer rebate de inimigos que irrupiam nas frechas hervadas dos índios, ou na ronda dos flibusteiros de cá... Era o clamor dos sinos, outrora no meio da indianada brava, do colonizador forasteiro, e, até mesmo, dos transgressores das leis de Deus e das leis dos homens, — nascidos aqui, ou transmigrados para aqui; aqui mourejando, aqui procurando assentar vivenda ou encontrar homísio... Era o clamor dos sinos, nesta terra, onde a luz do Evangelho chegou, precipuamente pela ação dos Jesuitas, e, mais que todos, por Anchieta, o “cavaleiro da mística aventura”... Era o clamor dos sinos, feitos de bronze, que têm sonoridade, porque é mais íntima, nêles, a coesão molecular... Era o clamor dos sinos, de textura eril... sinos, cuja adoção nas igrejas teria sido iniciativa do Papa Sabiniano, para anunciar os ofícios religiosos... Era o clamor dos sinos que, outrora, disseminaram o sentimento de fé no coração das breñas... sinos que chamaram os fiéis ao recolhimento e à oração... sinos nas suaves vibrações da hora matinal ou da hora do Angelus... sinos, no alvoroço das festas de batismo, ou de casamento... sinos, na tristeza dos dobres a finados... sinos, na algazarra heroica dos rebates... Era o clamor desses sinos o que nos chamou primeiro, no apêlo da voz metálica... Era o clamor desses bronzes, que se tornaram vozes e nos transportaram a Deus, no enlêvo dos espaços infinitos.

Já num desvairo, eu não entendia comigo, e exclamei:

Tangei, bronzes perdidos das Casas Grandes, lembrando fausto e lágrimas, a um tempo, suor e escravidão, na agitada vida rural! Tangei, bronzes da morte, na epidemia de 1559! bronzes heroicos de 1561, de novo, às mãos do Padre Braz Loureiro, para acossar os franceses! Tangei, que vos quero ouvir! Tangei, bronzes pequeninos da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, que o Padre Fabiano de Lucena ergueu! Tangei, bronzes misteriosos da Ermida das Palmeiras, no alcantilado da Penha, que os navegantes, a rezar contritos, contemplavam do mar, e, em terra, buscavam em romaria! Tangei, de novo, velho sino da Igreja da Misericórdia; tangei, na badalada rugidora; tangei, na troada alucinante da vossa fúria; tangei, com a força da mais excessiva tensão,... violentamente, doidamente,... até que estronde,... até que rompa,... até que rebente, às mãos das heroínas da nossa terra, para espantar os invasores! Tangei, de novo, chorando, ó sinos que anunciastes a morte de Pedro Palácios; tangei, que vos quero ouvir, de joelhos!

Tangei, bronzes magníficos de 1625! Tangei, de novo, às mãos de Frei Manoel redívivo, muito alvoroçadamente, para dizer que os soldados de Pieter Pieterszoon Heyn estão fugindo! Tangei, bronzes sagrados de tôdas as igrejas! Tangei!

Calaram-se as vózes dos sinos... Mas a ressurreição dum mundo, remoto e triste, verificou-se dentro em mim. Dissipou-se, de novo, a realidade atual, — e tornei-me contemporâneo dos eventos. Vi, pelo mágico poder da evocação, as povoações e vilarejos assolados a ferro, nos bulções horripilantes e fumosos: ouvi a artilheria troando, retroando, estremecendo a terra... Escutei, épicamente! Havia vozes de bronze nas bombardas. Foi preciso empregá-las. Era a lição da História. A Batalha de Crécy, em 1346, antes de as terras de Santa Cruz serem reveladas ao mundo, poderia servir de exemplo, pois foi nessa ocasião que os ingleses, pela primeira vez, empregaram a artilheria de bronze e pólvora, e infringiram tremendo desastre ao exército feudal de França.

Por isto é que D. Francisco de Souza, Governador Geral, confirmando-se nos antecedentes históricos, fêz colocar fortins em toda a costa, — e Vitória, então, recebeu o primeiro canhão, aparelhado com duas peças, já tècnicamente aperfeiçoado. Mas, antes dessa medida que era de caráter geral, para guardar a imensa orla litorânea, já havia fortins no Espírito Santo. E, pôsto que de pequeno alcance, sem mutabilidade no ângulo de inclinação, carregados pela bôca, ainda muito primitivos, portanto, são, apesar de tudo, êsses canhões de bronze fundido, que guarnecem êsses fortins, e asseguram a defesa da terra. São eles que dão os três tiros no fortim a que os índios davam o nome **Mboab**, — e espantaram os franceses. Na fortaleza de Marerique, no Cricaré, os canhões troaram, vomitando a morte, como em outros lugares. Foram de dois fortins construídos à pressa, perto da então Vila de Vitória que se organizou eficientemente a defesa contra Thomas Cavendish, em 1592, no tempo do Governo de D. Luiza Grimaldi. E os tiros dêsses pequenos canhões, e as frechas dos duzentos homens de Jupiaçú, numa reação homérica, asseguraram a vitória, — para marcar, di-lo Teixeira de Oliveira, “o fim da carreira criminosa do pilhador de Santos”. Quando os flamengos aqui estiveram, — crê-se que isto foi em 1625 — estavam, também, em uso, embora precariamente, na obra de defesa, as rocas de pedra; os canhões que as lançavam, chamavam-se “bombardas roqueiras”. Frei Vicente do Salvador assevera que havia aqui, nessa ocasião, quatro roqueiras, — e essas peças de artilheria primitiva, troando os ares, na dizimação de inimigos, concorreram, necessariamente, para a defesa da Capitania. E, alguns anos depois, isto é, em 1640, quando os holandeses voltaram a atacar o Espírito Santo, já mais próspero e feliz, foram cinco canhões que na terra havia, segundo Varnhagen, assestados do alto dum morro, que despejaram o fogo, o trom, a morte, contra a gente do Coronel Koin, desbaratando-a.

Contemplemos, agora, o monumento de bronze, obra admirável do escultor Crépaz, irradiante de sugestões cívicas, pôsto na assomada da Pedra Branca, por ordem do Governador Santos Neves, grande homem de Estado, que nossa terra jamais poderá esquecer.

Se quiséssemos ouvir, de novo, a silvar nos ares, no som agudo que amedronta, as setas dos índios termimimós, teríamos de contemplar, no simbolismo maravilhoso que lhe empresta a arte, o Sagitário da Pedra Branca, um dos joelhos flectido e outro distendido, na acomodação da luta, músculos tensos, na postura do combate... Se o índio enrista a frecha, no arto fléxil que se ajeita, puxando a corda para o peito inflado, para encarrar no alvo, sentimos que não ressurtam baldadas, no esforço heroico da peleja, as setas saraivadas da reação contra franceses, holandeses e, até mesmo, as hordas selvagens. E, em particular, sem preocupação de outra ordem, bendizendo o Governo Santos Neves, que fêz erguer êsse monumento de bronze para que pudéssemos dar culto aos heróis, então, num ato de sortilégio que sòmente o amor à terra engendra e a imaginação transfigura, para realçar; é então, sim, que ouviríamos a voz de Araribóia, ou a voz de Maracaiáguassú, valorosas ambas, concitando os bravos ao heroísmo da resistência e cantando, afinal, por timbre da epopéia gloriosa.

Mas deixemos de escutar as vozes tonitroantes dos bronzes que vomitam a morte, — e falemos naquêles que são expressão de vida. Deixemos os tempos em que bramavam hórridas bombardas.

Comecemos pelo monumento de bronze que está colocado, já agora, na Praça Municipal. É a homenagem ao Trabalho. Se o "amor ao trabalho é a virtude do homem em sociedade," escutemos, agora, a voz do bronze, que lhe está consagrado. O operário impunha o malho. É símbolo. Nas sociedades do futuro, só haverá o primado do trabalho e da inteligência. Compreenda-se: da inteligência que construi. Não importa: trabalho manual e intelectual se identificam.

É impossível estabelecer entre as duas maneiras de operosidade, exercidas pelos homens, fundamental, rigorosa, absoluta distinção. O trabalho manual não prescinde dos recursos da inteligência, por mais grosseiro, e maquinal que seja, ou tal nos pareça; do mesmo jeito, o trabalho da inteligência, para traduzir-se em ato e lograr conceito de expressão, pressupõe a intervenção manual. Os homens de gênio precisam das mãos, para que se consubstanciem em ações fecundas e perduráveis os surtos da imaginação criadora. O escopro, o buril, a pena, o pincel, e a espada obedecem aos ritmos e aos estremecimentos dos grandes corações e dos espíritos de mais intensa vibração emotiva, mas de maneira mediata. Sem auxílio das mãos, o escultor não transfundiria a sua alma na alma opaca da pedra, comunicando-lhe vida, insuflando-lhe sentimentos; o pintor não traduziria, no milagre da tela, a emoção de arte; o poeta não

comporia as suas canções; os músicos não transmitiriam à pauta os seus arrebatos, os seus enternecimentos, as suas preocupações, os seus anseios, a sua alegria e a própria dor; e o soldado, na nevrose da luta, no arrebatamento, na ânsia impulsiva da emoção patriótica, não modificaria com a espada os destinos das nações. Não se pode negar o conceito de identificação, portanto.

Há, na Praça João Clímaco, defronte ao Palácio do Governo, dois monumentos: o que se erigiu no dia 5 de novembro de 1917, em honra a Domingos Martins, herói da Revolução de 1817; e aquele, de autoria do escultor Leonardo Lima, erguido em reverência e memória dos Expedicionários Capixabas, caídos gloriosamente na Campanha da Itália. A inauguração desse monumento verificou-se em 8 de setembro de 1951. Ainda no benemérito Governo Santos Neves, como é notório, houve a inauguração de outros monumentos: o que se erigiu na alameda do Parque Infantil do Moscoso, em homenagem à professora primária, representada por D. Ernestina Pessoa; aquele que se levantou na cidade de Domingos Martins; e, finalmente, a estátua do grande Presidente Vargas.

Não se pode esquecer o monumento, também de bronze, que foi levantado no adro da Igreja dos Jesuítas, no dia 17 de dezembro de 1922.

Na cidade de Mimoso do Sul, encontra-se, erguido na praça principal, perto da Prefeitura, o busto de Joaquim de Paiva Gonçalves, mais conhecido pelo apelido "Gamboa". Dizem que foi homem simples e bom.

Aqui, em Vitória, encontram-se, imortalizados no bronze, os vultos de Muniz Freire, Florentino Avidos, Punaro Bley, Jerônimo Monteiro. Em Cachoeiro de Itapemirim, pôsto em excelente local, vê-se o busto, também, de Jerônimo Monteiro; e, em Guaçuí, D. Emiliania Emery, por subscrição pública, fez erguer o de Nestor Gomes. Esses são bustos dos ex-presidentes. É o testemunho da gratidão e do reconhecimento.

Estava-me esquecendo de dizer... Há outros bustos aqui em Vitória. Mereceriam alusão de mais amplitude: entre eles, está o do vestíbulo da Estação-ferroviária que lhe guarda o nome: **Pedro Nolasco**. É-me muito simpático o nome desse engenheiro, cuja vida já estudei, perfuntoriamente embora, num trabalho sobre o amor às árvores, lembrando enternecedor episódio. De igual modo, não poderia eximir-me da referência àqueles que nosso confrade Des. Queiroz do Valle, quando passou pela presidência do Egrégio Tribunal de Justiça, fez colocar no salão nobre, no dia 4 de julho de 1954, — e são os dos seguintes juristas espírito-santenses: Manoel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio, Afonso Cláudio de Freitas Rosa, José de Melo Carvalho Muniz Freire, João Fortunato Ramos. Lá está, também, o de Rui Barbsa. No salão de recepção do Palácio de Justiça vê-se, igualmente, artística estatueta que representa a Justiça. Foi presente do Des. Danton Bastos, que, por seu turno, a rece-

bera, como homenagem especial, quando ainda Juiz em Calçado.

Ao meu ver, faltam dois monumentos no Estado do Espírito Santo: um, que se deverá erguer a Pedro II, de que já se cogita, aliás, por iniciativa do Prof. Aci Nigri do Carmo, ilustrado e talentoso diretor atual da Escola Normal, de que o grande monarca é patrono; outro à grande poetisa espírito-santense Maria Antonieta Tatagiba. Neste momento, faço um apêlo caloroso à primeira dama do Estado Exma. Sra. D. Maria Queiroz Lindenberg, no sentido de tomar a iniciativa dêsse empreendimento.

Devese a Vico, fundador da filosofia da história, a demonstração de que, na Idade, a que chamou — divina —, tão constante e uniforme na vida dos povos, como na história natural, da criança, — é a lei, segundo a qual, no ciclo de evolução psicológica, é primordial a fase da imaginação, só mais tarde superada pela razão, quando se define, no esquema positivo, a noção biológica de receptividade do espírito humano.

Em síntese, e por outros termos: na compleição psicológica do homem, a imaginação precede à razão... Daí estabelecida esta premissa, deflui o conseqüência da finalidade educacional, seja para a alma das multidões que a cultura ainda não trabalhou, seja, analógicamente, para a alma dos seres ainda em formação; para uns e outros, há instante necessidade das obras de arte, porque é pelo veículo das coisas que nos afetam os sentidos que se verificam as luminosas aquisições no domínio da inteligência. Essa é, aliás, a tradição clássica; e, por isto mesmo, é de lamentar que o utilitarismo grosseiro dos tempos de hoje avassale tudo, no sistema de aniquilamento que pratica.

É assim que se pode explicar, quando se exaure o conteúdo de espiritualidade na vida dos povos, a existência de cidades, muitas vezes providas de outros valores, mas de fisionomias inexpressivas, porque não têm praças e jardins, não apresentam monumentos e obras de arte. Essas cidades não educam, não superiorizam o espírito humano... A este respeito, com muita clarividência, manifestou-se Ravaisson-Mollien, nestes termos: "O homem do povo, sobre cujos ombros pesa o fardo da fatalidade material, encontraria maior alívio para a dura condição em que se encontra, se lhe abrissem os olhos para aquilo a que Leonardo da Vinci chamou *la bellezza del mondo*, se, também ele, fosse convocado para o gozo do espetáculo dessas graças que se vêem esparsas por toda parte, e que, tornadas sensíveis ao coração, como se exprime Pascal, são o maior lenitivo para as tristezas, e, mais do que todas as outras coisas, nos dão o pressentimento e a fruição antecipada de melhores destinos".

Como exemplo, com a finalidade de induzir aos atos bons, ou para adir incentivos às nobres ações já praticadas, ou para estimular e afervorar, ainda mais, as almas, — todos esses monumentos vão ficar.

Mas não vão ficar, tão somente, na sobrevivência da devoção cívica ou no enternecimento do nosso amor ao passado, por causa dos fatos históricos que inspiraram a ereção dêles, no sentido de excitar cometimentos de alta valia, — êsses que, no dizer do vale lusitano, “se vão da lei da morte libertando”. Não! Além de serem prova de reconhecimento e testemunho de sentimentos que enobrecem, — é preciso se diga que êsses monumentos que perpetuam, na objetividade de representação, os esforços valorosos dos homens que foram elementos úteis, no passado integrando a diversidade orgânica dos serviços, na sinergia dos fatores sociais, — êsses monumentos constituem, como obra de arte, empresa de alto padrão educativo, e sugerem, como influxo providencial, uma imensa lição de bondade.

É a arte que se compatibiliza e, até mesmo, insitamente se identifica, na integração da verdade, com um processo educativo, nos seus mais variados desígnios. É a arte que poderá auxiliar o sábio, que instigará o historiador, que servirá ao empenho do moralista, quando algum dêles, no estudo do passado, para estímulo da vida no presente e confiança no futuro, quizer iluminar as inteligências e aquecer os corações a outrem.

É, enfim, a arte com função educativa, na finalidade transcendente, porque, tornando as almas sobranceiras à contingência dos brutos, vem exaltá-las.

E é contemplando estas grandes obras que temos a vontade de ser bons. Infundem-nos êstes monumentos todos a crença no bem. E, quando cremos no bem, estamos em condições de o realizar. Antes de nós e mais eloquentemente do que nós, porque traz o prestígio de tôdas as prioridades, já o disse De Bonald nêstes têrmos: “Il faut croire au bien pour le pouvoir faire”. Sim! É preciso acreditar no bem para poder realizá-lo.

Suponhamos que o lavrador, ao lançar a semente à leira e aos alfobres, não acredite na força telúrica da germinação; aventemos a hipótese de que, ao empunhar o escopro, duvide o escultor do sentimento do belo que fascina; admitamos que o sábio, ao penetrar no próprio laboratório, renuncie a si mesmo, e não acredite que êle é o ministro e intérprete da natureza, cujos segredos desvende, para aumentar o poder do homem sobre a terra; conjecturemos que os homens de ação não acreditem no poder da razão; demos como possível que o poeta não tome a natureza por modelo e a verdade por guia, e que lhe esqueça sonhar e modular as estrofes sonoras, não acreditando que encontre ressonâncias em outras almas afins; admitamos que os juízes se esqueçam da primeira lição que emana das Institutas, segundo a qual a Justiça, como norma, é a vontade constante e perpétua de dar a cada um o que é seu e, ademais disso, não saibam acrescentar um pouco de doçura e condescendência à Justiça para humanizá-la; façamos a idéia de que o amor não alvorece os corações de ternura e não seja senão ?

brutalidade do instinto; tenhamos por estabelecidas tôdas essas hipóteses, — e o que acontecerá? Há-de acontecer, por certo, que o mundo passará, ou sofrerá a eversão do mais pavoroso aniquilamento moral.

No arrôjo da textura eril, ergue-se, em logradouro público, o Monumento ao Colono de Domingos Martins, na cidade homônima. Não sei se já vistes. Posso dizer que foi feliz a realização artística, e nenhum mais belo há no Espírito Santo. De pé, contemplemo-lo o homem, na plenitude de vida, na expansão dionisiaca da mocidade, na compostura dos fortes e na elação dos resolutos, com o instrumento de trabalho ao lado, protege os olhos com a mão direita espalmada, — e perscruta numa indagação psicológica, naturalmente relativa ao próprio destino, os longes do horizonte, azulados na distância... Mas, que escruta êle? Ou qual a revelação daquele olhar? Será o olhar retrospectivo de quem, cismadoramente, contempla o vale, por onde, na romagem estoica da esperança, irrompeu um dia com a gente do seu sangue, afadigando-se na abertura de picadas, dentro dum matagal, insidiado de malefícios na perçõha dos ofídios e na agressão dos espinhos? Será que, voltendo-se para o vale, no enlêvo da visão, com as retinas iluminadas no deslumbramento panorâmico do longinquo, evoque os episódios de luta na época da penetração, feita de nobreza e sacrifício? Será que, olhando demoradamente o vale, que foi outrora balseira medonha, então sempre cerrada e feia, sempre densa, continuada e hostil, procure ver ainda, num momento de recordação, o caminho percorrido, onde realizou, com os companheiros de aventura, a Iliada de rústico pelejador, à busca do pão? Será isto? Indaguemos, ainda.

Que poderia êle enxergar na linha sinuosa do horizonte? Que poderia êle averiguar nêsse horizonte que as cordilheiras cintam na proeminência dos visos, ornatos maravilhosos, na irregularidade dos contornos?

Será que os olhos dêle, enevoados na saudade da pátria, se voltem, chorosos, na hora de regresso à casa, para os lados do mar que, lá embaixo, ficou, nostálgico e sentido?

Será que os olhos dêle se deslumbrem na irradiação duma luz, que transcendentaliza tudo, como num êxtase?

Será que êsses olhos se enamorem duma miragem longinqua, — e que só êles vêem — no resplendor duma claridade elísea, que nimba, naquela hora, as vastidões do céu?

Ou será, simplesmente, que, coberto da pelarina, agitada do vento, numa lufada fortíssima, esteja êle a sondar o horizonte, a ver se a chuva benfazeja vem? Pois a vida, na lavoura, é sempre contingente; — e que será dêle, sem a água que cai do céu?

Seja o que fôr. A atitude daquele colono, que já está em bronze, infunde qualquer coisa de sagrado à noção do trabalho quando lhe vemos, pródigo e atento aos deveres de marido e

pai, o saco de vitualhas, produto da terra que seus braços fecundaram, realizando uma epopéia de trabalho humilde, mas enobrecedor!

No conteúdo daquela concepção artística, há um poder de sugestão que comove. E sentimo-lo no conjunto harmonioso, na ordem e condição expressiva da obra revela, maxime, quando consideramos que, ao lado desse homem, está a mulher, também moça, e, sobretudo, bela, que lhe é consorte e amiga, companheira nas alegrias e nas tristezas, nas alternativas tôdas que o mundo traz, — para o beijo do amor, que, no dizer de Camilo Castelo Branco, é “a luz que não deixa escurecer a vida”, — e para a solidariedade no trabalho, que lhes propicia a fartura e a paz. Imaginai que poucos são os rostos que revelam tão excelsa beleza: — e como faz lembrar, na feição de iconografia maravilhosa da Itália, a graça arcangelical comum às Madonas de Corregio!

Infante e descuidado no regaço maternal, (e vemo-lo na imaginação, de acalanto dulcíssimo) recolhe-se a criança que, desde já, pelo imperativo duma razão jurídica, — dada a prevalência do *jus soli*, — vai pertencer à terra que a viu nascer. É bela, incomparável obra de arte!

Vou terminar.

E, fazendo-o, quero auferir o último proveito da sugestão artística, a que acabo de reportar-me. Aquêlê homem, senhores, é simbolização brônzea de escultura do pelejador anônimo que nunca perdeu a coragem, no meio das forças agressivas que o assediavam. Nos dias enublados e tristes, conjecturemos que êle, dignificado, entretanto, na compostura dos fortes, ergue também a cabeça rescaldante de nobres aspirações, contemplando o vale, cujas dificuldades superou, mas, por ser sombreado o horizonte, onde se vaporizavam os nevoeiros em contornos graciosos de clâmides esgarçadas e ser comunicativa a tristeza ambiente, viesse êle a ressentir-se.

Ah! Não teria sido assim, senhores. Os fortes não deixam que as sugestões depressivas, pôsto que transitórias, desvigi-rem as almas. Ninguém triunfaria dêles. Consideremos o símile. Os dias que nos depara a realidade nacional estão sombreados de nevoeiros fatídicos. Sejam fortes e corajosos, entretanto. Como aquêlê homem-símbolo do monumento de Domingos Martins, que se não deixou entibiar, nas horas de temerosa borrasca, que lhe vieram também, por serem parte da vida, — não consintamos que se afrouxem ou moderem as energias do patriotismo. Olhem, como êle, para os horizontes iluminados do futuro, com a lição do passado. De retinas alumbradas nas claridades dos cimos, estejamos de pé, fitando o azulado das distâncias, na expectativa promissora dos dias felizes que virão! E eles hão-de vir, porque o Espírito Santo aufere, na grandeza da destinação, o estímulo duma palavra: tinha o nome — Glória — a caravela de Coutinho. Glória, no passado! Glória, no presente! Glória, no radioso futuro! Esta é a sugestão bendita!





Dia 12 de junho de 1959. Frente ao monumento do herói capixaba Domingos José Martins, fala o Presidente do Instituto Dr. Ceciliano Abel de Almeida.



DIA DE DOMINGOS JOSÉ MARTINS

Solenidades do dia 12 de Junho de 1959

Cumprindo o Programa previamente estabelecido, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo promoveu, no dia 12 de junho de 1959, várias solenidades em comemoração à data aniversária do arcabuzamento do herói espírito-santense, Domingos José Martins — patrono do IHGES.

Às 10 horas, membros do Instituto, autoridades estaduais e municipais, representantes do Corpo consular, da Igreja, de vários Colégios da Capital, e grande massa popular, concentraram-se em frente ao monumento de Domingos Martins, na Praça João Clímaco, constando a cerimônia cívica de colocação de coroas e palmas de flores no pedestal do monumento, entoados, no ato, o Hino Nacional Brasileiro, o Hino Espírito-santense e o Hino à Bandeira pelas alunas e alunos dos vários colégios ali concentrados, e, também, do discurso alusivo à data, pronunciado pelo sócio do Instituto, o Dr. Adelpho Poli Monjardim, Prefeito da Capital — bela e vibrante alocação demoradamente aplaudida.

Após essa solenidade pública, realizou-se, no salão nobre da Assembléia Legislativa, a posse da nova Diretoria do IHGES, para o biênio 1959-1961, falando, na ocasião, além do Secretário Geral do Instituto para exposição do Relatório anual, o Dr. Ceciliano Abel de Almeida, Presidente reeleito, que pronunciou a oração transcrita na página seguinte.

Em seguida, o Professor Nelson Abel de Almeida, Orador oficial do Instituto, fez, por imperativo estatutário, o necrológico dos sócios falecidos no ano anterior, Dr. Américo de Oliveira e Professor Carlos Dias de Miranda Cunha, discurso que esta Revista publica adiante.

DISCURSO DO PRESIDENTE DO INSTITUTO

(Discurso do Dr. Ceciliano Abel de Almeida, ao tomar posse como Presidente do IHGES, na sessão solene do dia 12 de junho de 1959).

Há precisamente dois anos, que neste recinto glorioso, cedido pelo exmo. Snr. Presidente da Assembléia ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, para nêle realizar a sessão solene de posse da Diretoria, eleita para o biênio 1957 — 1959, da qual participavamos como presidente. E agora se repete o mesmo fato, que mais realça a benévola intenção do snr. Arsílio Caiado de exaltar a nossa querida Associação Cultural. E no início desta faustosa cerimônia, recomendada por dispositivo estatutário do Instituto, grato dever de reconhecimento impele-nos a agradecer a S. Excia. tão grande auxílio e cortesia.

No discurso de posse por nós pronunciado no princípio do biênio, neste momento terminado, afirmamos que só nos decidimos a aceitar a candidatura para o elevado cargo de presidente do Instituto em atenção ao apêlo dos sócios chefiados pelo ilustre conterrâneo desembargador Eurípedes Queiroz do Vale. E em reunião da Diretoria, em abril próximo passado, declaramos: — “que não eramos candidato à reeleição e que não tínhamos candidato para a eleição”, concluindo-se consequentemente, que desejávamos dar pleníssima liberdade aos nossos consócios para elegerem outro candidato de suas preferências. Por vezes e em ocasiões diversas reiterámos o nosso pensamento, mas na última hora percebemos que nossa reeleição havia sido articulada e resolvida unânimemente.

Só nos restava agradecer, como fizemos, a escolha de nossa obscura pessoa para continuar a dirigir os trabalhos culturais do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Com a ajuda de Deus faremos o que pudermos, e renovamos os nossos agradecimentos aos nossos bondosos consócios.

Pressentimos, faz dois anos, que não escasseariam esforços contínuos de nossos consócios, sempre dispostos a zelar, a afagar e a defender o passado e o presente de nossa terra estremecida. E se em 1957 tínhamos pressentimento, tínhamos esperança, e assim nos exprimimos, da cooperação dos sócios do Instituto com a nossa gestão, agora nos empolga a certeza de que suas assistências não nos serão regateadas.



Posse da Diretoria para o biênio 1959/61. A partir da esquerda: Nelson Almeida, Placidino Passos, Afrodísio Pereira, Norbertino Bahiense, Jair Dessaune, Eugênio de Assis, W. da Silva Santos e Cícero Moraes.



Minhas senhoras e meus senhores, a Diretoria eleita para o biênio 1959-1961 forma um quadro seletivo de consócios, quadro que vai, como o passado estimular, instigar o presidente ao cumprimento de deveres, de conformidade com a promessa de promover o engrandecimento do Instituto. A esse quadro, a essa equipe, caberão os atos de acerto da administração que se inicia.

O secretário Geral do Instituto — Dr. Cícero de Moraes — lerá a síntese do que ocorreu no biênio 1957-1959. Vamos, entretanto, fazer referências a fatos que achamos dignos de menção especial.

Graças a generosa determinação dos governadores Lacerda de Aguiar e Carlos Lindenberg podemos anunciar que os números 17, 18 e 19 da Revista do Instituto foram publicados e que a distribuição se fez e se fará conforme a praxe. Agradecemos às suas Excelências o nobre concurso prestado ao Instituto. Também registramos com muito reconhecimento a boa vontade dos diretores do Departamento da Imprensa Oficial: — Capitão Harry Barcellos e José Athayde Guimarães que providenciaram a impressão vencendo dificuldades que surgiram a cada momento. Não se descuidou, também a Comissão da Revista e Publicações da organização dos três volumes da Revista com o total de 419 páginas. Digno de louvor é o seu trabalho.

Destacamos a sessão Solene Extraordinária, realizada por esta Associação Cultural em 10 de maio de 1958, na qual relembramos os feitos heroicos do Legendário General Osório, atendendo, prazerosamente, ao apêlo que fizera ao Instituto General Leitão de Carvalho o Presidente da Comissão Sesquicentenário do General Osório.

Outra comemoração de alto valor na História do Espírito Santo foi o Cinquentenário do Governo de Jerônimo Monteiro. Foi, com amor, condignamente memorado pelo Instituto, numa sessão Mágnica na Escola Normal Pedro II, na palavra autorizada da consócia, distintíssima professora Maria Stella de Novaes, e, na Praça Costa Pereira, num discurso inflamado do ilustre consócio Dr. Jair Dessaune. A todas as homenagens compareceram membros da Família do inesquecível Presidente, os quais também representaram a Condessa Jerônimo Monteiro.

E ainda o Instituto não se olvidou, nem se olvidar podia, do IV Centenário da Chegada de Frei Pedro Palácios ao Espírito Santo e a êle esteve presente na palavra de seu consócio, eminentíssimo professor Beresford Martins Moreira, que produziu magnífico trabalho, sob o título "Escuta, Frei Palácios", lido em frente à Capelinha, ora restaurada, no Campinho da Penha.

Finalmente resolveu a Diretoria do Instituto homenagear os seus ex-presidentes, que realizaram obras imarcescíveis de alta pesquisa, inaugurando a galeria de seus retratos. Lá estão os falecidos: — Antônio Athayde, Archimimo Mattos, José Batalha, Cassiano Castello, Araujo Primo e Celso Calmon. E que

de saudades avivadas. E quantos ensinamentos por êles deixados de amor ao Espírito Santo, à sua história e à sua gente.

Os vivos ainda estão na trincheira, vigilantes, empolgados por esta nossa terra querida, amando-a, revolvendo o seu passado, guardando suas tradições e sempre firmes, enaltecem o Espírito Santo: — Carlos Xavier, João Manoel, Arnulpho Mattos, Américo Coelho e Euripedes Queiroz do Valle.

Antes de terminar elevamos o pensamento a recordar os feitos de nossos heróis, alcemos o patriotismo de Manoel da Silva Barroso e de Domingos José Martins, símbolos da Bravura Brasileira e de amor à Pátria.

Minhas Senhoras e meus Senhores, assegura um provérbio celta” que a música mais esplendida é a dos fatos que acontecem” e porque, quando aos heróis perguntavam, qual a música da natureza preferiam se — a da cascata, a do grito da aguiá, a do bramido do cervo e a de muitas outras procedências, êles, os heróis, respondiam “dai-nos a música dos fatos que sucedem”. Também algures descrevendo um anoitecer nas margens do Rio Doce dissemos: — atingimos a hora em que a luz solar se vai amortecendo e já lobrigamos o tremeluzir das estrelas longinquas. Começa em todo vigor a esplendida e colossal orquestra em que figuras múltiplas, cada qual mais se esmera por produzir o vozear próprio, o modesto como o dos dípteros, ou o volumoso como as gargalhadas irreverentes do acauã, ou os roncões do barbado vaidoso e blasonador, e da integração de tantas vibrações, nasce a harmonia terna e agradável.

O Instituto Histórico e Geográfico busca essa harmonia terna e agradável na música de seus fatos acontecidos e, de pesquisa em pesquisa, firma a geografia de nossa terra e estuda e esclarece os fatos históricos que acontecem.

E ELES ERAM ASSIM...

Nelson Abel de Almeida

(Discurso pronunciado, a 12 de junho de 1959, em homenagem a consócios falecidos).

Nêste instante solene, ao ensêjo dêste 12 de Junho de 1959, quando, uma vêz mais, se vê passar a data do arcabuzamento de Domingos José Martins, herói espírito-santense e chefe indiscutível da Revolução Republicana de 1817, nesta hora augusta, cabe-me, também uma vêz mais, por imposição estatutária dêste Sodalício, fazer o elogio dos nossos consócios, falecidos no ano social que, ontem, se findou.

E, ao tomar conta desta tribuna, para o cumprimento dêste tocante dever, recordo velhas leituras, que muito me ensinaram e muito me ensinam ainda; e ao meu pensamento aflo-ram os conselhos do inolvidável Fernando Magalhães quando, a todos, nos adverte sàbiamente, e, sàbiamente, nos diz — “medita no que sofreram os que trabalharam para amaciar o caminho da tua vida. Pensa no sossêgo dos que souberam esperar o favor da tranquilidade e abranda com essas recordações a amargura dos teus desespêros”.

E é, sob a impressão destas palavras admiráveis, admiráveis de verdade e de oportunidade, que, aqui, nesta hora de emoções, estamos reunidos para recordar, para rememorar ilustres companheiros nossos, ainda no ano passado trabalhando conosco, sentindo, como nós, os seus corações pulsarem de entusiasmo, vibrarem de amor pela nossa terra, pela nossa cidade querida, pelo nosso Estado.

E porque sabemos que “os mortos governam animando ou prometendo”; e porque sentimos que “os que guardam o culto dos desaparecidos sentem-nos ao seu lado, palpitantes e revividos” é que aqui estamos, para rememorar, para recordar Américo Vespucio Ribeiro de Oliveira e Carlos Dias de Miranda Cunha.

Sôbre êles, sôbre êsses dois amigos, devo, como orador oficial do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, proferir o meu discurso, fazendo-lhes o elogio, revivendo-lhes as vidas.

Dr. Américo de Oliveira

AMÉRICO DE OLIVEIRA, aquêlê médico simples, de atitudes modestas e humildes, mas senhor de um coração extremamente cristão, era natural do Estado da Bahia, onde nasceu no dia 26 de Setembro de 1890. E, ainda na Bahia tradicional, o nosso ilustre consócio vai fazer os seus cursos primário, médio e superior.

Em 1912, com vinte e dois anos de idade, está Américo de Oliveira doutor em medicina, tendo recebido a láurea em 23 de Dezembro dêsse ano, depois de ter defendido tese, que subordinou ao título TRATAMENTO DA SÍFILIS, o que, naquelas priscas éras, deve ter causado escândalo, eis que "sífilis" não era palavra que devesse andar escrita na primeira página de qualquer tratado, e ainda mais em destaque.

Formado, Américo de Oliveira, a princípio, vai ser médico em Santo Amaro e no Recôncavo Baiano, pois só em 1917 vem êle se fixar, definitivamente, no Espírito Santo, para exercer a profissão, que elegera, em São Pedro de Itabapoana, transferindo-se, mais tarde, para Guaçuí, onde, além da clínica particular, foi também prestar os seus serviços, como médico, ao Ginásio Barão de Macaúbas.

Parece, entretanto, que Vitória exercia certa atração sôbre Américo de Oliveira porque, de Guaçuí, passa êle para Anchieta e desta para a nossa querida cidade, onde, afinal, em 15 de Agosto do ano passado veio a falecer, vitimado por um colapso cardíaco.

Não há quem não tenha visto, dias seguidos, Américo de Oliveira caminhando pelas ruas desta cidade, que era a sua cidade, sempre de espírito bem humorado, sempre de coração afável, irradiando bondade e simpatia.

Muita gente, entretanto, desconhece o poder agregador de Américo de Oliveira; muitos há que não sabem do poder de atração do nosso pranteado consócio, sempre pronto a apoiar as causas elevadas, sempre pronto a prestigiar instituições que pudessem beneficiar a sua coletividade e os seus semelhantes.

Médico e funcionário público, foi Américo de Oliveira sócio fundador da Associação dos Funcionários Públicos, a qual serviu, quer como médico, quer como seu dedicado presidente.

Sentindo o crescimento da cidade, sentindo as necessidades de seu povo, aqui fundou o nosso companheiro o Serviço de Pronto Socorro, ao qual serviu, com amor, eis que, quando devia estar descansando, depois de uma longa vida de trabalho, Américo de Oliveira ainda prestava o seu plantão noturno, naquêlê Serviço.

Auscultando e vivendo os problemas sociais e os seus desajustamentos, conhecendo o desamparo da mãe pobre, Américo de Oliveira, fundou, nesta Capital, a PRÓ MATRE, da qual foi o primeiro diretor; e o médico, aparentemente indife-

rente, porque a indiferença era só aparente em Américo de Oliveira, o médico, aparentemente indiferente, vai cooperar na fundação do Hospital Infantil, batendo-se, sempre, pelo aparelhamento, cada vez mais aperfeiçoado dessa casa. Não se deve esquecer que, quando o Espírito Santo não contava com um Serviço de Leprosia organizado, Américo de Oliveira era quem, sem auxílio, prestava os seus serviços aos leprosos, então localizados na Ilha da Cal.

Sempre preocupado com o progresso científico da medicina, não faltou o nosso ilustre companheiro à convocação de outros que, médicos como êle, pensavam em sua associação e, assim, foi um dos fundadores da Sociedade de Medicina do Espírito Santo.

O nosso sempre lembrado consócio foi médico de verdade, médico dedicado, que só via o doente, sem pensar na condição social ou econômica do mesmo.

Servindo no Departamento Estadual de Saúde, comandou Américo de Oliveira, no Governo do preclaro Presidente Florentino Avidos, a campanha contra a varíola, no município de Guarapará e, anos depois, lá foi o ilustre médico dar combate à epidemia de tifo, irrompida no município de Anchieta. Também empreendeu a campanha sanitária contra a epidemia da febre amarela silvestre, neste Estado.

A dedicação de Américo de Oliveira atingiria o seu zenit, em 1937, quando, sem recursos, participou da campanha contra a paralisia infantil, moléstia que, àquê tempo, muitas crianças marcou em nosso Estado. Embora consciente do perigo a que estava exposto, embora, como êle sempre dizia, “com aquê terror de vir a ser a causa do contágio dos seus próprios filhos ainda pequenos”, o médico bondoso não fugiu ao cumprimento do dever, não desertou da batalha. Era assim o nosso consócio. Ninguém diria que aquê homem modesto, humilde e bondoso ocupara, em nosso Estado, altos postos na administração pública, inclusive a Secretaria de Educação e Cultura.

Cidadão exemplar, pai extremoso, casado com a Exma. Sra. Da. Virgínia América Ribeiro de Oliveira, deixou dez filhos (Jurandir, Irací, Ubirajara, Jaci, Corací, Arací, Jurací, Tabajara, Guarací e Mirací) que aí estão honrando-lhe o nome, venerando-lhe a memória.

Homem de imprensa, como bem salientou o jornal A GAZETA de 17 de Agosto de 1958, “onde houvesse um oprimido, lá estava para defendê-lo, com aquela coragem admirável de atitude, de quem não teme perder as benemerências do poder público”. Os jornais de nossa terra, em suas páginas, guardam os seus artigos, versando os mais variados assuntos.

Chefe de família, temperado de velhas virtudes, hoje tidas como velharias pré-históricas, costumava Américo de Oliveira dizer que, filha sua, só dormia fora de casa, depois de casada.

Era assim o nosso consócio que, também tinha um coração de poeta, uma alma de artista, deixando sempre, por onde passou, a marca de seu espírito, as menses de sua bondade. E por isso, em São Pedro de Itabapoana, velha cidade espírito-santense, fundou Américo de Oliveira, para alegria de seus concidadãos, pequena banda musical.

Era assim Américo de Oliveira. Para muitos um incompreendido. Para nós, que privamos da sua amizade, um grande médico, um grande coração, um grande interessado nas cousas de sua gente e de sua comunidade.

Professor Carlos Cunha

Em Fernando Magalhães, mestre inexcusável, encontro êstes admiráveis pensamentos — “recorda os que estão do outro lado da vida : trata-os com carinho, revive-lhes a memória, os gestos, as palavras, os hábitos, as feições porque só assim o morto não te abandona e a morte não te mortifica. O exemplo dos que passam é a garantia dos que ficam; só em refletir no que diriam êles das decisões graves e dos empreendimentos duvidosos, há oportunidade para o conselho da ponderação. O que recorda não revolve o esquecimento; afirma pelo contrário uma eternidade consoladora, a eternidade das virtudes humanas”.

E porque, nesta hora de saudade, queremos afirmar “uma eternidade consoladora, a eternidade das virtudes humanas”, é que devemos, aqui, lembrar também aquêlê capixaba ilustre, intelectual destacado e amigo da sua gente, que foi Carlos Dias de Miranda Cunha.

Carlos Cunha, como era êle mais conhecido, nascera a 10 de Março de 1915, do casal Professor José Dias da Cunha e D^a. Maria Miranda Cunha.

O seu curso primário, fê-lo o nosso insigne consócio no Grupo Escolar “Bernardino Monteiro”, em Cachoeiro de Itapemirim, enquanto que no Ginásio S. Vicente de Paulo, nesta Capital, foi concluir o seu curso secundário. Era, também bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, diplomado pela nossa veneranda Faculdade de Direito.

E diplomado, Carlos Cunha, que não nascera para a vida tumultuária de advogado, vai exercer a Promotoria Pública, a princípio em Santa Leopoldina e depois em Santa Teresa.

Dirigiu o Departamento das Municipalidades, nêste Estado e também desempenhou o espinhoso cargo de Delegado de Ordem Política e Social. Foi Carlos Cunha o primeiro diretor do Serviço de Rádio Patrulha e exerceu a elevada e difícil função de Corregedor, da Chefatura de Polícia.

Honesto, de uma honestidade inatacável, Carlos Cunha, exercendo, por largo tempo, sua atividade funcional em um setor onde raros escapam à pecha de desonestos, foi um desses raros, morrendo pobre de bens materiais.

Ao seu tempo de estudante, foi Carlos Cunha um leader de classe, figurando entre os fundadores da Casa do Estudante Capixaba.

Mas o nosso eminente companheiro foi um homem marcado, sim marcado por uma vocação — a de professor — sem dúvida herdada de seu venerando progenitor, o Professor Cunha.

Assim, Carlos Cunha foi professor no Instituto de Maruípe e, posteriormente, seu diretor.

Lecionou, também no Ginásio S. Vicente de Paula, no Colégio Estadual do Espírito Santo e na Escola Normal “Pedro II”.

A muitos parecerá estranho fôsse, Carlos Cunha, sócio dêste Sodalício. Hoje, entretanto, posso, aqui, afirmar — era êle, não só um interessado das cousas da nossa terra, mas também um historiador do nosso passado.

E procura fixar êsse passado, ora em prosa, ora em verso. E fala da história do velho Ginásio Espírito-Santense, e narra as suas dificuldades, e fixa, para a posteridade, os seus primeiros passos :

Assim é que, nos afirma Carlos Cunha :

“atravessou o Ginásio Espírito Santense um período de completo aniquilamento, até que a Providência suscitou-lhe um Salvador na pessoa do Padre Dr. Elias Tomasi. Êste ilustre sacerdote, que embora afastado, no exercício de seus deveres paroquiais, no interior do Estado, não foi esquecido pelos seus antigos companheiros de cátedra e por seus antigos alunos, iniciou o bom combate pelo soerguimento dêsse estabelecimento. Na antiga Igreja de São Tiago, cercado de um grupo de entusiastas composto de Jonas Montenegro, Adolfo Oliveira, Padre Camilo Loureiro Bento, reabriu o Padre Elias as aulas, às quais comparecia um reduzidíssimo corpo discente”.

Aí estão, com sobriedade, retratados momentos difíceis do querido estabelecimento de ensino, pela pena respeitável de Carlos Cunha.

Estudando a obra dos religiosos, na donataria de Coutinho, Carlos Cunha preleciona :

“não é tão incolor, como se supõe, a História do Espírito Santo. Assim como Pernambuco foi o bêrço do primeiro literato brasileiro, Bento Teixeira Pinto — não temos dúvida em afirmar que o Espírito Santo “serviu de ninho da literatura brasileira”.

E ainda :

“sem relegarmos a obra de Leonardo Nunes e Diogo Jacome, queremos ressaltar os relevantes serviços prestados com estoicismo à civilização brasileira, por Afonso Braz, Pedro Palácios e José de Anchieta. Ao primeiro devemos o início de progresso de nossa Capital, a construção da Igreja de São Tiago, hoje sede do Palácio Anchieta. A Afonso Braz, o levantamento de várias povoações espírito-santenses e o comêço da catequese dos tupinambás e goitacazes, trabalho a que se entregou desde 1551, quando chegou a esta Terra”.

Carlos Cunha, apaixonado da sua terra e da sua gente, também cantou, com o seu coração e a sua alma de poeta, a história capixaba.

E aqui está o soneto CONVENTO DA PENHA.

“Templo de fé que o braço humano ergueu
Sôbre escarpada rocha de granito :
Tens acima de ti todo o Infinito
E, a teus pés, rola o mar, — escravo teu.

Pedro Palácios quando pretendeu
Que tu fôsses, no alto, o lar bendito
Da Senhora da Penha, olhou, contrito,
A imponência do Céu e prometeu

Afogar-te o frescor do vento uivante,
Adornar-te a floresta verdejante
E embalar-te a sonata vespéral

Da passarada que, transpondo a brenha
Em doce reverência à Mãe da Penha
Então a litanía nemoral”.

Referindo-se a Anchieta, Carlos Cunha tem uma síntese admirável. Em frase curta, em poucas palavras, resume um oceano de pensamentos e conceitos, ao proclamar :

“Verdadeiro apóstolo. Apóstolo do Cristianismo, apóstolo da instrução, apóstolo da civilização. Apóstolo três vêzes. Aconselhou, encaminhou, catequizou, educou, moralizou”.

Sem dúvida, nestas poucas palavras, está resumida a magnífica existência do taumaturgo brasileiro.

O historiador, poeta que era, também em versos vai resumir a vida do Venerável Anchieta. E, assim o faz :

"Inferno à glória que traduz vaidade,
Enfrentando do mar loucas voragens
Tu vieste habitar entre os selvagens
E, em seu meio, fruir a liberdade.

Não temendo, da mata, a imensidade,
Nem perigos de inóspitas paragens
Ante a brisa do mar e das folhagens
Embalaste o índio nú, de tenra idade.

E na doce mistura dêsse afeto,
Procuraste aprender seu dialeto
Para incutir-lhe a fé que, inspira, a Cruz.

E morreste feliz, pois conseguiste,
A extrema hora, ver que um índio, triste,
Beijava, aflito, a imagem de Jesús!"

Jornalista de escol, colaborou Carlos Cunha em A GAZETA, A TRIBUNA, VIDA CAPICHABA, usando, vês por outra, o pseudônimo LOZAR DINIZ.

Um dia, 1.º de Outubro de 1958, Carlos Cunha, não resistindo a insidiosa moléstia, morria conformado com a desditosa sorte. Estava ainda moço, muito moço para deixar as suas atividades e os seus afazeres.

Mas a morte iníqua não indaga disso, nem respeita conveniências ou considerações.

Carlos Cunha morreu sem descendência, deixando, para venerar-lhe a memória, além de seus irmãos e parentes, a sua inspiradora — D^a. Nelmy Andrade Cunha, espôsa amantíssima e dedicada.

Todos os seus amigos o prantearam, e o fizeram sincera, e sentidamente.

As suas alunas, da Escola Normal "Pedro II", onde prelecionava História Geral, com sabedoria e proficiência, fizeram circular, em sua homenagem e memória, um edição extra do JORNAL VOLANTE.

E choraram a perda irreparável; e lamentaram o desaparecimento do mestre-amigo e uma delas, Lucildney Bastos, hoje aluna do Colégio Estadual do Espírito Santo, na página "Relembrando...", recordou palavras de Carlos Cunha, recordou que ele, em aula sempre dizia :

"A Escola Normal é um jardim, vocês são as flores, eu, o jardineiro que lhes derrama água para que floresçam. Esta água são as boas notas. Porém, quando vocês não correspondem ou se desleixam dos estudos, a Escola Normal é o inferno; eu, o demônio, e vocês as almas que vão botar a perder... o ano, com as notas baixas".

E nesta hora de saudades, antes de pôr um ponto final nestas humildes palavras, com as quais tento homenagear os nossos consócios ilustres, desaparecidos no ano transato, quero referir, que a Escola Normal "Pedro II", por deliberação do seu atual diretor, o Professor Acyr Nigri do Carmo, num preito de reconhecimento à dedicação e ao devotamento de Carlos Cunha àquela tradicional Casa de Ensino, a Escola Normal, em breves dias, vai inaugurar a sala das professôres, que será a "Sala Professor Carlos Cunha", já tendo, para tanto sido confeccionada a respectiva placa.

Aqui, cumpre-nos dizer e ressaltar — só assim, só prestando homenagens e reverências aos que bem souberam viver e trabalhar pela sua comunidade, como vai fazer a Escola Normal "Pedro II", é que se formarão consciências cívicas, capazes de servir, sem egoísmos, ao Brasil e ao Estado do Espírito Santo.

— 000 —

Eram assim os nossos consócios, ora lembrados, os nossos mortos queridos.

E porque eles eram assim, nós, os do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, lhes recordamos as vidas, lhes rememoramos as atitudes. E porque eles eram assim, nós sentimos que o Espírito Santo não os esquecerá jamais.

**NOTAS CRONOLÓGICAS DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES
DO IHGES DURANTE OS ANOS DE 1957 a 1959**

1957

- 12 de junho — Sessão solene de posse da nova Diretoria: Presidente Dr. Ceciliano Abel de Almeida; 1.º, 2.º. e 3.º. Vice-Presidentes: Desembargador João Manuel de Carvalho, Jair Etienne Dessaune e Desembargador Eurípides Queiroz do Valle; Secretário Geral: Dr. Cícero de Moraes; Secretário-adjunto: Prof. Renato José Costa Pacheco; Tesoureiro: Prof. Norbertino Bahiense; Orador: Prof. Nelson Abel de Almeida; Orador-adjunto: Prof. Placidino Passos.

Nesse mesmo dia, promoveu o Instituto a costumeira romaria cívica ao monumento de Domingos Martins, falando no ato o sócio Placidino Passos.

- 1.º de julho — Sugerida, pelo consócio Desembargador Eurípides Queiroz do Valle a elaboração de um Dicionário da Geografia do Espírito Santo.
- 12 de julho — Posse do consócio Prof. Guilherme Santos Neves.
- 25 setembro — Posse do consócio Desembargador Cândido Marinho.

1958

- 21 de abril — Posse do consócio Heribaldo Lopes Bales-trero.
- 10 de maio — Sessão solene comemorativa do sesquicentenário de nascimento do General Osório, falando sobre o mesmo o Prof. Nelson Abel de Almeida, orador oficial do Instituto.

- 23 de maio — Sessão solene comemorativa do Dia do Capixaba e do cinquentenário do Governo de Jerônimo Monteiro. Oração oficial pela Professora Maria Stella de Novais.

O IHGES participou das festas realizadas em Vitória, em homenagem ao saudoso Presidente do Estado.

- 12 de junho — Sessão solene comemorativa da fundação do Instituto e romaria cívica ao monumento do herói Domingos José Martins, com a oração oficial pronunciada pelo sócio Norberto Bahiense.

Durante o decorrer do ano de 1958, o IHGES participou das festividades que registraram a passagem do IV Centenário da chegada de Frei Pedro Palácios ao Espírito Santo, tendo sido representado pelo consócio Dr. Beresford Martins Moreira que orou, em nome do Instituto, na solenidade de inauguração da capela de São Francisco (reconstrução) no Campinho, no alto da Penha.

1959

- 19 de março — Posse do consócio Prof. Afrodízio Pereira de Souza.
- 23 de maio — Inauguração da Galeria dos Presidentes do IHGES e posse do consócio Dr. José Paulino Alves Junior.
- 12 de junho — Sessão solene de posse da nova Diretoria: Presidente Dr. Ceciliano Abel de Almeida; 1º, 2º. e 3º. Vice-Presidentes: Desembargador João Manuel de Carvalho, Jair Etienne Dessaune e Desembargador Eurípides Queiroz do Valle; Secretário Geral; Dr. Cícero de Moraes; Secretário-adjunto: Prof. Afrodízio Pereira de Souza; Tesoureiro: Prof. Norberto Bahiense; Orador oficial: Prof. Nelson Abel de Almeida; Orador adjunto: Prof. Placidino Passos. Antes da cerimônia de posse, realizou-se a romaria cívica ao monumento de Domingos Martins, falando no ato o sócio Adelphi Poli Monjardim.

- 5 de agosto — Sessão solene comemorativa do centenário de nascimento do Desembargador Afonso Cláudio, sendo inaugurado, no salão do Instituto, o retrato do eminente e saudoso portógrafo espírito-santense.

No mesmo dia, realizou-se, no salão do Instituto, a conferência da Professora Judith Freitas de Almeida Melo, que discorreu sobre a vida, as atividades e a obra do seu preclaro Pai, Dr. Afonso Cláudio de Freitas Rosa.

- 24 de agosto — Sessão solene em comemoração ao centenário de nascimento do Dr. Antônio Aguirre, um dos sócios fundadores do IHGES, inaugurando-se-lhe o retrato no salão nobre da Casa de Domingos Martins. Sobre a personalidade do saudoso médico e figura de projeção no movimento republicano no Espírito Santo, falou, então, o consócio Prof. Norberto Bahiense.

Durante o correr dos anos de 1957 a 1959 foram lançados três números 17, 18 e 19 da Revista do IHGES.

SUMARIO

Centenário de Afonso Cláudio — notícia . . .	7
Discurso do Des. M. X. Paes Barreto Filho . . .	9
Afonso Cláudio — conferência da Profa. Judith Freitas de Almeida Mello	15
"Afonso Cláudio" — Carlos Xavier	13
Afonso Cláudio nosso primeiro Folclorista — Guilherme S. Neves	23
Afonso Cláudio — Placidino Passos	25
Homenagem a Domingos Martins — Confe- rência do Des. Afonso Cláudio	29
Centenário de Antônio Aguirre — notícia . . .	49
Dr. Antônio Gomes Aguirre — Discurso de Norbertino Bahiense	51
Antônio Aguirre — discurso do Dr. João Luís Aguirre	67
Antônio Aguirre — Mário Freire	69
Antônio Aguirre, jornalista — Mário Freire . . .	73
Inauguração da Galeria dos Presidentes do IHGES. — notícia	77
Discurso do Presidente — Ceciliano Almeida . . .	77
Discurso do Des. Paes Barreto Filho	79
"As vozes dos Bronzes" — Discurso de posse do Dr. José Paulino Alves Junior	83
Dia de Domingos Martins — notícia	97
Discurso do Presidente do Instituto	98
"E eles eram assim..." — Discursos do Prof. Nelson Abel de Almeida	101
Elogio do Dr. Américo de Oliveira	102
Elogio do Prof. Carlos Cunha	104
Notas cronológicas	109